



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade Técnica de Lisboa

**A REDE SOCIAL DO CONCELHO DE OVAR E A SUA PERCEÇÃO DO
COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Mestranda: Maria Cristina Barreira Serpa Vasconcelos

Orientador: Professor Doutor Fausto Amaro

Lisboa

2011

Agradecimentos

No final de um processo que constituiu um desafio, mas que se revelou muito compensador e de um enorme enriquecimento de saberes e práticas, gostaria de manifestar o meu agradecimento a todos aqueles que comigo partilharam este período, quer a nível pessoal quer profissional, e sem os quais não teria sido possível concluir este caminho

A elaboração desta tese contou com o apoio e colaboração de pessoas e organizações que gostaria de salientar e agradecer:

Um agradecimento especial ao meu orientador Professor Doutor Fausto Amaro pelo seu esforço de orientação e preciosos conselhos e à Professora Doutora Lurdes Fonseca pela sua disponibilidade e paciência na partilha de conhecimentos sobre o SPSS;

Os meus sinceros agradecimentos a todos os que tornaram, directa ou indirectamente, possível a execução desta trabalho, com especial relevância aos representantes do Conselho Local de Acção Social de Ovar e às minhas colegas de profissão que compartilharam comigo as suas experiências e o seu conhecimento, ajudando-me a desenvolver o tema do trabalho. À minha colega de mestrado pelo apoio constante e amizade num caminho solitário como é o da elaboração de uma dissertação;

Aos meus amigos e família, com uma especial atenção para as minhas filhas, pela compreensão que demonstraram pelas minhas ausências;

As últimas palavras de agradecimento para o meu pai.

Resumo

Após uma década da implantação da Rede Social em Portugal, programa que surge no contexto das políticas sociais activas, assente na intervenção territorializada, na responsabilização e mobilização da sociedade e de cada indivíduo no combate à pobreza e exclusão social, importa conhecer e compreender melhor a relação entre estes fenómenos e o Programa, e como essa relação se processa numa determinada unidade territorial. A dimensão empírica centrou-se no estudo da percepção dos principais intervenientes da Rede Social sobre o seu impacto ao nível local no combate à pobreza e exclusão social, mediante aplicação de um inquérito por questionário aos representantes do Conselho Local de Acção Social e entrevistas a Técnicos com intervenção directa e indirecta com a Rede Social. Partindo dos resultados, a Rede Social parece ser a estratégia mais adequada para enfrentar o carácter multidimensional da pobreza e exclusão e dar a essa luta uma perspectiva global de integração, articulação e promoção de desenvolvimento social. No entanto, o estudo colocou em evidência a necessidade de se proceder a algumas mudanças que devem ser encaradas como desafios, para que a Rede Social se possa constituir como verdadeiro instrumento de combate à pobreza e exclusão social e expressão concreta de democracia participativa.

Palavras-Chave: Rede Social; Desenvolvimento Social; *Territorialização*; Participação; Acção Colectiva; Planeamento Estratégico.

Abstrat

A decade after the implantation of the social network in Portugal, a program that appears in the active social politics context, based on the territorial intervention, mobility and holding responsible society and each individual in combating poverty and social exclusion, it is important to know and understand better the relation between these phenomenon and the Program, and how this relation occurs in a particular territorial unit. The empiric dimension was focused on studying the perception of Social Network main intervenients, concerning its local impact in combating poverty and social exclusion, by means of filling a questionnaire by the representative of the Local Council of Social Action and interviews made to technicians with direct and indirect intervention in the Social Network. From the results, the Social Network seems to be the most adequate strategy to face the multidimensional character of poverty and exclusion and also to give to that fight a global perspective of integration, articulation and social development promotion. However, the study evidenced the need to make some changes that must be seen as challenges, so that the Social Network can represent a real instrument to combating poverty and social exclusion and a concrete expression of a participating democracy.

Keywords: Social Network; Social Development; Territorialization; Participation; Collective Action; Strategic Planning

Índice

Índice de Gráficos, Tabelas, Quadros e Figuras.....	5
Siglas	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	10
1.A Pobreza e Exclusão Social: Conceitos e sua Evolução	11
2.A Pobreza e Exclusão Social no Contexto Europeu.....	16
2.1.Retrato Numérico da Pobreza e Exclusão Social na Europa.....	16
2.2. Políticas de Combate à Pobreza e Exclusão Social: novos desafios e compromissos europeus	19
2.2.1.Cidadania e Direitos Sociais.....	20
2.2.2.O Modelo Social Europeu: o Estado-Providência.....	21
2.2.3. A Nova Geração das Políticas Sociais Activas.....	23
3. A Pobreza e Exclusão Social em Portugal	26
3.1. A Realidade Numérica da Pobreza em Portugal	26
3.2. Políticas de Combate à Pobreza e Exclusão Social em Portugal.....	27
CAPÍTULO II - O PROGRAMA REDE SOCIAL.....	32
1. Contextualização da Rede Social no âmbito das Políticas para a Inclusão Social e de Luta Contra a Pobreza	33
1.1.Redes Sociais.....	35
1.2.Desenvolvimento Social Local ou Territorial.....	39
1.3.Planeamento Estratégico.....	40
1.4.participação e acção colectiva.....	41
2.Objectivos, Organização e Funcionamento do Programa Rede Social.....	44
3. As Potencialidades e Obstáculos da Intervenção da Rede Social	46
CAPÍTULO III – O ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	49
1. Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico do Território.....	50
1.1.Localização Geográfica	50
1.2.Características Demográficas.....	50
1.3.Educação.....	51
1.4.Habitação	52

1.5. <i>Ação Social / Rede de Serviços e Equipamentos Sociais</i>	52
1.6. <i>Saúde</i>	52
1.7. <i>Tecido Económico</i>	53
1.8. <i>Associativismo</i>	54
2. <i>Caracterização da Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar</i>	55
3. <i>A Rede Social no Concelho de Ovar</i>	57
3.1. <i>Modelo de Organização e Funcionamento da Rede Social</i>	57
3.2. <i>Acções de Resposta às Situações de Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar</i>	58
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA: O ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS ELEMENTOS DA REDE SOCIAL	59
1. <i>Natureza e Objecto do Estudo: A Pergunta de Partida</i>	60
2. <i>Instrumentos e Técnicas Utilizadas</i>	61
3. <i>Caracterização do Universo em Estudo</i>	63
3.1. <i>Caracterização Sócio-Demográfica da População Inquirida</i>	64
3.2. <i>Dinâmica Organizacional e de Funcionamento da Rede Social</i>	68
3.2.1 <i>Processo de Adesão</i>	68
3.2.2. <i>Participação / Assiduidade</i>	69
3.3. <i>Pobreza e Exclusão Social</i>	76
3.3.1. <i>Mecanismos Produtores da Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar</i>	76
3.3.2. <i>Responsabilidade pela Redução e Prevenção da Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar</i>	79
3.3.3. <i>Casos de Sucesso no Combate à Pobreza e Exclusão Social</i>	82
3.3.4. <i>Obstáculos à Diminuição e/ou Eliminação da Pobreza e Exclusão Social</i>	83
3.3.5. <i>Impacto do Trabalho Desenvolvido pela Rede Social no Combate à Pobreza e Exclusão Social</i>	86
3.3.6. <i>Avaliação da Importância e Contributos da Rede Social no Combate à Pobreza e Exclusão Social</i>	90
3.3.7. <i>Avaliação Global da Rede Social</i>	92
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	94
Referências Bibliográficas	99
Anexos I -Questionário	
Anexo II – Guião de Entrevista	
Anexo III – Resumo das Entrevistas	
Anexo IV- Tratamento SPSS	

Índice de Gráficos, Tabelas, Quadros e Figuras

Gráficos

Gráfico 1 - Número de Famílias existentes em 2001, por freguesia	51
Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos, segundo a idade	65
Gráfico 3 - Distribuição dos inquiridos, segundo as habilitações literárias	65
Gráfico 4 - Análise da dispersão das idades dos inquiridos, segundo o tipo de instituição.....	66
Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos, segundo o tipo de instituição onde estão inseridos	67
Gráfico 6 - Distribuição dos inquiridos, segundo o cargo que ocupam na entidade	68
Gráfico 7 - Grau de Assiduidade, segundo o tipo de instituição.....	69
Gráfico 8 - Promoção de acções/actividades e projectos, segundo o tipo de instituição	72
Gráfico 9 - Grau de Participação	74
Gráfico 10 - Mecanismos produtores de pobreza e exclusão social	76
Gráfico 11 - Responsabilidade pela redução/prevenção da pobreza e exclusão social	79
Gráfico 12 - Grau de importância atribuído à prolongada dependência das pessoas das medidas de política social e outros apoios	83
Gráfico 13 - Classificação do trabalho da Rede Social	92

Tabelas

Tabela 1 - Elementos fundamentais para o desenho e funcionamento de uma rede	37
Tabela 2 - Parcerias Activas e Dependentes.....	37
Tabela 3 - Causas Potenciais de Insucesso em Estruturas de Redes	38
Tabela 4 - Medidas para uma efectiva dinâmica de participação/parceria	43
Tabela 5 - Objectivos e Princípios da Rede Social.....	45
Tabela 6 - Constrangimentos/Obstáculos.....	47
Tabela 7 - Potencialidades	47
Tabela 8 - Impactos da Rede Social	47
Tabela 9 - Indicadores de vulnerabilidade territorial	55
Tabela 10 - Indicadores de potencialidade territorial.....	56
Tabela 16 - Efeitos/Impactos positivos da Rede Social de Ovar.....	90

Quadros

Quadro 1 - População empregada em 2001, segundo o sector de actividade económica e sexo ..	53
Quadro 2 - Taxa de Desemprego	54
Quadro 3 - Participação em outros órgãos do CLAS.....	70
Quadro 4 - Participação na construção de instrumentos de trabalho	71

Figuras

Figura 1 - Mapa de Ovar.....	50
------------------------------	----

Siglas

CEE- Comunidade Económica Europeia
CEF - Cursos de Educação e Formação de Jovens
CLAS - Conselho Local de Acção Social
CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social
CME - Conselho Municipal de Educação
CNO - Centro de Novas Oportunidades
CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
CPE - Criação do Próprio Emprego
CSF- Comissão Social de Freguesia
CSI - Complemento Solidário para Idosos
DEEP - Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento
DS - Diagnóstico Social
EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos
ENPSIS - Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social
UE- União Europeia
EUA - Estados Unidos da América
IDS - Instituto de Desenvolvimento social
IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE - Instituto Nacional de Estatística
IP - Intervenção Precoce
IQF - Instituto para a Qualidade e Formação
IPSS - Instituições Privadas de Solidariedade Social
ISS - Instituto da Segurança Social
MSST- Ministério da Segurança Social e do Trabalho
MTS - Ministério de Trabalho e da Solidariedade
NLI - Núcleo Local de Inserção
NUT - Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal
ONG - Organização não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PARES- Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PAAAC- Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados
PCHI- Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania
PIEF - Programa Individualizado de Educação e Formação
PDN - Plano Director Municipal
PDS - Plano de Desenvolvimento Social
PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNE - Plano Nacional de Educação
PNI - Plano Nacional para a Igualdade
POEFDS - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POPH - Programa Operacional Potencial Humano
POR - Programa Operacional Regional do Norte
PROGRIDE - Programa para a Inclusão e Desenvolvimento
PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM - Resolução do Conselho de Ministros
REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal
RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SOLARH- Programa de Solidariedade à Recuperação da Habitação
RSI - Rendimento Social de Inserção
SOLARH - Programa de Solidariedade à Recuperação da Habitação

INTRODUÇÃO

A pobreza e a exclusão social traduzem uma injustiça, uma ofensa à dignidade pessoal e um desrespeito pelos direitos humanos, e a sua persistência e reconfiguração exigiram mudanças no Estado Social e nas políticas sociais, de forma a responderem às grandes transformações das sociedades contemporâneas. Progressivamente, as políticas sociais empreenderam novos caminhos, mais ajustados às novas circunstâncias sociais, económicas e culturais, traduzidos na nova geração de políticas sociais, nas quais os direitos sociais ocupam um papel de relevo. Aquelas passam a ser orientadas por princípios de solidariedade activa, descentralização, por uma maior coerência e redefinição das políticas sociais face a outras políticas, por novas formas de cooperação, assentes nas parcerias de base territorial e por lógicas de horizontalidade e de democracia participada.

A presente dissertação tem como tema base o Programa Rede Social, que surgiu num contexto em que se afirmavam as políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço da erradicação da pobreza e exclusão social. O programa assenta na construção de uma parceria de âmbito territorial concelhio, da qual fazem parte as entidades públicas e privadas com intervenção nesse território, e na implementação de dinâmicas de planeamento estratégico, com o objectivo de racionalizar a gestão de recursos e maximizar a eficácia e eficiência das políticas e intervenções sociais. Este programa introduziu um factor de diferenciação e inovação, em relação a outros programas de combate à pobreza e exclusão social, ao associar este objectivo a uma perspectiva de promoção de desenvolvimento social local.

Passados dez anos desde a sua concepção, a Rede social tem enfrentado momentos de grande dinamismo e inovação e outros momentos menos positivos, caracterizados por uma forte inacção e passividade na sua actuação, cada vez mais comuns, embora com níveis diferenciados consoante os territórios. Para melhor compreender estes momentos e a suas repercussões na concretização dos seus objectivos, nomeadamente o de contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social, propus o estudo do Programa Rede Social numa área territorial específica, a Rede Social do concelho de Ovar, concelho que integrou o programa experimental da sua implementação, sendo um dos 41 projectos-piloto.

A principal motivação do presente estudo foi o de contribuir para um conhecimento mais aprofundado do Programa Rede Social e do seu actual impacto num dos seus principais objectivos, o combate à pobreza e exclusão social, a partir do estudo de um caso: o concelho de Ovar

Assim, o objectivo de estudo da presente tese consistiu em estudar o papel da Rede Social e dos seus impactos locais susceptíveis contribuir para a melhoria dos processos de combate à pobreza e

exclusão social, respondendo à seguinte pergunta de partida, *qual o papel da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social?*

Para responder a esta pergunta de partida, optei por estudar a percepção dos principais intervenientes neste Programa, ou seja, dos representantes das diversas entidades que constituem o órgão principal da Rede Social, o Conselho Local de Acção Social. Deste modo, este trabalho não traduz um estudo objectivo do papel da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social, mas reflecte a perspectiva subjectiva dos seus intervenientes. Na minha opinião, esta opção do estudo é muito importante, na medida em que se quisermos compreender os mecanismos de sucesso e insucesso no combate à pobreza e exclusão social, no âmbito deste programa, precisamos, em primeiro lugar, de conhecer e compreender a percepção, a visão e a mentalidade dos principais intervenientes, ou seja, daqueles que têm um papel decisivo não só na operacionalização, divulgação e avaliação deste programa, como na promoção e execução das medidas de política social, dos seus programas e projectos. A percepção dos intervenientes sobre esta questão pode ser decisiva nos níveis de participação e de mobilização da comunidade no combate a esses fenómenos, assim como na adopção e eficácia das políticas, medidas e práticas a implementar no território.

Esta tese é, assim, um estudo das percepções existentes localmente sobre a pobreza e exclusão social e sobre a Rede Social, os seus obstáculos e potencialidades no combate a esses fenómenos, enquanto estratégia de promoção de desenvolvimento social. Este estudo, para além de permitir conhecer e compreender as percepções locais, pretende ainda contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre as práticas implementadas no âmbito deste Programa, avaliar da sua pertinência como instrumento eficaz no combate à pobreza e exclusão social e, por último, promover uma actuação mais eficiente e eficaz da Rede Social a nível local.

A Rede Social do concelho de Ovar constitui o contexto no qual se desenvolveu o trabalho de investigação. Opção ambivalente na medida em que se traduziu numa vantagem, uma vez que na qualidade de representante da Segurança Social no Conselho Local de Acção Social de Ovar, detinha um conhecimento mais aprofundado sobre a dinâmica da Rede, e numa dificuldade, que esteve sempre presente na análise, a de manter a imparcialidade científica.

Para atingir este objectivo, optei por uma complementariedade metodológica assente em várias técnicas de pesquisa que contribuiriam para facilitar uma maior capacidade interpretativa dos resultados e um maior aprofundamento da análise/objecto de estudo.

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo comecei por apresentar a análise teórica da pesquisa e, sendo o fim último da Rede Social, a luta contra a pobreza e exclusão social, foi explorado o debate conceptual que surge em torno de ambas as expressões, contextualizando-as a nível europeu e nacional. Posteriormente dediquei especial atenção ao Modelo Social Europeu e à sua nova configuração nos tempos actuais e às políticas sociais de combate à pobreza e exclusão

social, como processo de compreensão para o surgimento do Programa Rede Social. No segundo capítulo faço um breve enquadramento do Programa da Rede Social, contextualizando-o no âmbito das Políticas para a Inclusão Social e de Luta contra a Pobreza. O capítulo terceiro é dedicado ao enquadramento demográfico e sócio-económico do território em análise e o quarto capítulo à estratégia metodológica implementada, à abordagem empírica e à apresentação dos principais resultados da investigação e reflexão realizada em torno dos mesmos. Por último, o quinto capítulo debruça-se sobre as conclusões, no qual são apresentadas algumas recomendações.

No plano prático, os resultados da pesquisa, ao retratarem as potencialidades, os obstáculos e os impactos deste programa no combate à pobreza e exclusão social, num determinado contexto territorial, poderão contribuir para promover uma actuação mais eficiente e eficaz da Rede Social a nível local e nacional. No plano teórico e académico, este estudo constitui uma pequena contribuição académica para aprofundar e completar o conhecimento sobre esta temática.

CAPÍTULO I – A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

*“Um pobre não tem apenas carência de bens materiais,
Está razoavelmente «fora de Jogo»,
Sente-se inútil e sem referências e como tal é excluído e exclui-se socialmente,
Não faz uso dos seus direitos sociais e não exerce, inúmeras vezes,
O seu direito de cidadania”.*

Elza Chambel

CAPÍTULO I – A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

1.A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: CONCEITOS E SUA EVOLUÇÃO

Os conceitos de Pobreza e Exclusão Social continuam, ainda no nosso século, a ser alvo de interpretações e utilizações diferenciadas não só ao nível do senso comum, como ao nível da comunidade política e científica, sendo justificadas pela proximidade e complementaridade dos dois conceitos em alguns domínios.

A evolução terminológica e conceptual foi acompanhando o quadro das mudanças económicas, sociais e políticas. O conceito da pobreza tem a sua origem na análise anglo-saxónica, nos finais do século XIX e início do século XX, designadamente no Reino Unido, onde foi mais trabalhado, preocupando-se sobretudo com os aspectos distributivos, enquanto a noção de exclusão, mais recente, data de 1960, está mais associada à tradição francesa, que se interessou mais pelos aspectos relacionais. Na década de 1980, o debate e a reflexão sobre a conceptualização destes dois conceitos tomaram uma dimensão europeia, com o aparecimento da palavra exclusão social em documentos oficiais da União Europeia. Esta expressão deixa de estar associada exclusivamente ao pensamento da tradição francesa, onde nasceu, para passar a ser trabalhada por todas as escolas europeias. Os anos 90 reeditam o conceito de exclusão social como a não-cidadania, principalmente a ideia de processo abrangente, dinâmico e multidimensional. Desde então, os referidos conceitos têm sido alvo de diversas análises e interpretações, que se completam, mais do que se contradizem.

Na opinião de Luís Capucha (2005b:79), as tentativas de delimitação conceptual destes conceitos, mais do que acrescentarem novas características à noção de exclusão social, permitiram, sobretudo, colocar de forma articulada, num mesmo instrumento conceptual, características que já tinham sido referenciadas e trabalhadas nos estudos sobre a pobreza. Com o mesmo entendimento Bruto da Costa (1998:92) considera que o conceito de exclusão social abarca não só a riqueza da tradição anglo-saxónica, que se ocupou, sobretudo, da noção de pobreza, mas também os novos e importantes problemas sociais da perspectiva relacional e de pertença, mais patente na tradição francesa.

A evolução do conceito da pobreza e a sua desmultiplicação em várias dimensões que procuram retratar novas realidades associadas à pobreza, revelam o contributo de diversas abordagens a que o mesmo tem sido sujeito para uma melhor compreensão do fenómeno: pobreza absoluta/ relativa; pobreza objectiva/subjectiva; pobreza tradicional/nova pobreza; pobreza rural/urbana; pobreza temporária /pobreza duradoura (Rodrigues et al., 1999:67). “O conceito de exclusão social enquadra algumas das dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Concebe-se a pobreza como

um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que um resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não-material, ultrapassando a falta de recursos económicos. A ausência de recursos sociais, políticos culturais e psicológicos são enquadrados teoricamente pelo conceito de exclusão social. (...) A pobreza é a mais visível das diversas formas de exclusão social” (idem:69).

Na perspectiva de Luís Capucha (2005b:79-91), uma característica comum em todas as tentativas de delimitação da noção de exclusão social, é a relevância atribuída a duas diferentes conotações de exclusão social, uma, de origem francesa, centrada na natureza dos laços sociais que conferem coesão à sociedade, e a outra assente nos direitos de participação em diferentes esferas da vida social como direitos de cidadania. A primeira entende que estar em situação de exclusão social é ser “um não membro” da sociedade, é estar fora do sistema, resultante de sucessivas rupturas dos laços sociais com as instituições correntes da sociedade, de onde emerge a deterioração das identidades, a desorganização das relações sociais e, por último, o isolamento completo, ou seja, encara a exclusão como ruptura dos laços sociais (ibidem). A esta noção de exclusão social, como uma realidade processual, multidimensional, de carácter cumulativo e estrutural, estão associados conceitos como o da *desqualificação social*, de Serge Paugan e o de *desafiliação* de Robert Castel, que melhor descrevem os efeitos daquelas rupturas no percurso das pessoas atingidas. A primeira “centra na relação com o sistema de emprego o cerne da análise dos processos de exclusão, fazendo depender da quebra na relação dos indivíduos com aquele sistema o processo de ruptura com as outras esferas da vida social, enquanto a segunda coloca a ênfase na questão do laço social, destacando o papel das solidariedades formais e informais nos processos de ruptura ou protecção dos indivíduos” (ISS, 2005:28).

Na perspectiva exposta, pobreza e exclusão são realidades distintas e que nem sempre coexistem. Pode-se ser pobre e não excluído e ser-se excluído sem ser pobre. A segunda abordagem considera que estar em situação de exclusão “é ser um “não cidadão”, ou seja, um membro da sociedade a quem foram retirados direitos de cidadania” (Capucha, 2005b:89-91). Todas as perspectivas no âmbito desta segunda abordagem apresentam características comuns, como a alusão a várias dimensões, e a maioria tende a referir sempre uma dimensão material, social e simbólica, em que é fundamental a participação das pessoas, e nas quais, a partir de determinado grau de ausência, elas se podem considerar em situação de exclusão. Nesta linha de pensamento estar integrado significa partilhar a condição de cidadania com os restantes membros da sociedade, participar nos processos normais da vida em sociedade (ibidem).

A primeira abordagem tem sido contestada por vários autores, nomeadamente por Luís Capucha (2005b:87) que considera que “ os excluídos não estão fora do sistema (...), são aqueles que estão mais amarados e submetidos pelos mais fortes laços às piores situações de existência marginal”. Este autor nega a ideia de uma divisão entre uma sociedade e uma não sociedade, entre “incluídos e

excluídos, não apenas de agrupamentos ou contextos específicos, não deste ou daquele conjunto de recursos ou direitos, mas da sociedade geral”.

Para este autor (2005b:101), sendo multidimensional, a pobreza e a exclusão social, estas resultam da acção conjugada de três factores, nomeadamente os processos objectivos (influenciadores das condições de existência, tais como o sistema de emprego e de educação), subjectivos (formas de reagir a dificuldades quotidianas, as representações sociais) e as dinâmicas relacionais (resultantes da conjuntura sócio-política). Este modelo permite cruzar problemas objectivos com problemas subjectivos, através da percepção dos próprios às suas vivências, às suas reacções aos estigmas e às formas encontradas para superar constrangimentos, factores que condicionam as orientações de vida das pessoas e as imagens que os outros têm dela, contribuindo para dificultar uma mudança na sua situação e na construção de projectos de vida activa, inibindo fortemente as suas capacidades de interacção e participação social, sendo geradores de círculos de pobreza instalada (ibidem).

Na perspectiva de Gilbert Clavel (1998:158-180) “os excluídos não estão fora da sociedade, mas estão implicados numa relação social cujo domínio lhes escapa” e que remete para a questão da coesão social do conjunto. “A exclusão social revela-se como um último momento de um vasto movimento de desestabilização económica que gera precarização e empobrecimento; este movimento afecta a estrutura social e a posição dos grupos e dos indivíduos no seio desta”. A luta contra a exclusão exige, para este autor, uma modificação profunda das representações, das práticas, assim como do modelo de sociedade que as sustenta, exige uma “profunda evolução cultural (...) Só com esta condição é que a passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária é possível” (ibidem).

O modelo de exclusão social proposto por Bruto da Costa (1998:18) valoriza o domínio dos laços sociais tanto quanto a teoria francesa, a diferença reside no facto de esta não ser a única dimensão de exclusão, “a exclusão de um indivíduo (ou grupo) em relação à sociedade em que vive, pode também verificar-se noutros domínios” e de ser apresentado como um conceito complementar ao da pobreza e não como alternativo. A relação de uma pessoa com a sociedade não depende apenas dos laços sociais, mas de um conjunto de sistemas sociais básicos, interdependentes e que se podem sobrepor, agrupados em cinco domínios: social, área em que reside a maior parte dos laços sociais analisados pela escola francesa (grupos, comunidade e redes sociais), o económico (mecanismos geradores de recursos, o mercado de bens e serviços o sistema de poupanças), o institucional (sistemas prestadores de serviços, o educativo, de saúde, de justiça, de habitação), o territorial (bairro, concelho, acessibilidades) e o das referências simbólicas, também muito valorizado pela escola francesa (dimensão subjectiva da exclusão ligada às perdas que aquela situação origina) (idem:14-19). No último estudo sobre pobreza, coordenado por Bruto da Costa et al. (2008:62-63), é salientada a complementaridade destes dois conceitos. A pobreza é definida como uma situação de privação, entendida como uma situação de carência, de não satisfação de necessidades humanas básicas, resultante de falta de recursos. Uma pessoa que não dispõe de recursos para fazer face às

suas necessidades humanas básicas revela uma “relação fraca ou um estado de ruptura com os diversos sistemas sociais acima referenciados. “Quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão social. Concluímos assim, que a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido, pois existem formas de exclusão social que não implicam pobreza¹” (ibidem). O exercício pleno de cidadania implica, assim, o acesso ao conjunto dos sistemas sociais básicos que constituem a sociedade. Neste sentido, a exclusão tem a ver com a cidadania.

Neste modelo podem existir diversos graus de exclusão e, portanto de inclusão, existindo *um “continuum de inclusão-exclusão”* que pode ir até formas extremas de exclusão social, a exclusão social múltipla, que corresponderá à situação de ruptura com todos os sistemas sociais básicos e está frequentemente associada aos sem abrigo, contribuindo para produzir o denominado círculo vicioso de pobreza e da exclusão social (Costa et al., 2008:72-75). Neste entendimento, e na opinião deste autor, os principais factores explicativos da pobreza e exclusão social devem ser procurados na sociedade e, sendo diversos os factores subjacentes a cada tipo de exclusão, o seu combate deve traduzir-se numa intervenção multidimensional.

Outros autores acentuam mais a demarcação entre os dois conceitos, como José Pereirinha citado por Luís Capucha (2008:78) que sugere para a pobreza a “referência aos aspectos distributivos da organização social, originando situações de escassez de recursos materiais, ao passo que a exclusão se poderia referir aos aspectos relacionais e aos mecanismos de integração/desinserção social”.

Na linha de Eduardo Vítor Rodrigues (2000:174), o conceito da pobreza assenta em pressupostos de cariz mais economicista e monetarista das condições de vida dos indivíduos ou dos grupos onde se encontram inseridos, reflectindo a privação de recursos materiais que afecta as populações mais vulneráveis, como sejam as populações desempregadas ou mal remuneradas, favorecendo um processo tendencial de pauperização dos indivíduos ou dos grupos e de polarização social. A exclusão social, por sua vez, aparece associada a um processo de cariz mais estrutural, no qual a ausência de recursos é apenas uma dimensão, onde ocorre uma fragilização e ruptura dos laços sociais e conseqüente dependência do assistencialismo público, é um processo de ruptura com a sociedade. Este mesmo autor (idem:181) faz referência a três mecanismos indutores de processos de exclusão: os mecanismos sociais globais, reportando-se à lógica do mercado mundial, da localização industrial e liberalização do comércio mundial, os mecanismos sociais de carácter mais local ou regional, resultante de características mais específicas de organização sócio-económica e política de

¹ Como é o caso do isolamento nos idosos e das formas de discriminação e preconceitos que excluem as minorias étnicas da sociedade.

um país ou região e os mecanismos resultantes das características individuais e ou do grupo.² A exclusão é o resultado da articulação e interacção recíproca destes três mecanismos.

Da análise exposta ressaltam diferentes abordagens dos conceitos de pobreza e exclusão social, umas encarando-os mais como realidades distintas, de tal modo que nessa óptica poderia haver excluídos que não seriam pobres e pobres que não seriam excluídos, outras privilegiando a sua complementaridade, interdependência e, mesmo, sobreposição, resultante do facto de tanto a pobreza como a exclusão social deterem dimensões redistributivas e relacionais.

Não obstante as diferentes perspectivas dos conceitos de pobreza e exclusão social, ambos compreendem a ideia-chave de privação múltipla e continuada de recursos e direitos, visível em múltiplos domínios e situações, assim como uma perda de cidadania e dignificação humana.

No presente estudo, os conceitos de pobreza e exclusão social serão interpretados e tratados numa relação muito directa com as questões da participação e da própria cidadania, na linha de pensamento traduzida num trabalho coordenado por Luís Capucha (2005a:4), no qual a noção de exclusão social “ se liga a défices de participação dos cidadãos na vida social e de satisfação dos seus direitos essenciais de cidadania, desde logo o direito a condições materiais de vida dignas, pelo que a pobreza pode ser tomada como um indicador-chave da exclusão social”.

“Se a participação plena na nossa sociedade ou, por outras palavras, estar incluído enquanto cidadão de pleno direito, significa (i) o acesso a níveis de rendimento originado no trabalho, nos direitos de propriedade ou no sistema de segurança social, que assegure padrões minimamente aceitáveis de consumo, isto é, de acesso a bens e serviços; (ii) a participação no mercado de trabalho com direitos, propiciador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado; (iii) o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos; (iv) assegurar a todos os membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente qualidade de vida e a libertação de homens e mulheres em pé de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, a vida pública e a partilha das responsabilidades domésticas; (v) o usufruto de uma habitação com condições de conforto mínimo e a residência num território dotado de infra-estruturas, de imagem positiva e propiciador da multiplicação dos contactos sociais e do enriquecimento do capital social, então estar em situação de exclusão social é o contrário de tudo isto” (Capucha et al., 2005a:9). É estar impedido de fazer uso dos seus direitos primários de cidadania, por não conseguirem atingir níveis de satisfação mínimos das necessidades básicas.

² A baixa qualificação pode constituir um factor de exclusão, na medida em que as mudanças e avanços tecnológicos exigem cada vez mais um conjunto de recursos para o desempenho profissional.

O conceito de exclusão social está intimamente associado aos processos que nos levam à inserção social. O conceito de inserção social, segundo Luís Capucha citado por Eduardo Vítor Rodrigues et al. (1999b:79) remete-nos para um “duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoios. Estes processos são accionados ao longo da vida humana, nos seus circuitos de interacção social e familiar, bem como no acesso a informação cívica e institucional, acesso a determinadas instituições, escolarização, qualificação, emprego e participação cívica”.

2.A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO EUROPEU

2.1.Retrato Numérico da Pobreza e Exclusão Social na Europa

Os pobres e os excluídos sempre existiram, a forma de os aceitar e encarar é que mudou com a evolução das sociedades e salientou a importância da análise conceptual destes conceitos, com o objectivo de abarcar não só a diversidade das situações de pobreza, que se verificavam tanto ao nível económico, como também ao nível social e cultural, como o de encontrar as melhores estratégias para o seu combate.

Segundo o Eurostat 2010, a taxa de risco de pobreza em 2007³ era para a UE 27, de 17% (83 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza⁴), com algumas oscilações entre os países. Sem as transferências sociais⁵, esse valor aumentaria para 25%, ressaltando-se a importância desta na redução do risco de pobreza, com mais impacto nos países do Sul do que nos nórdicos. As crianças (20%) e os idosos (22%), com maior incidência nas mulheres (22%) do que nos homens (17%), são os grupos mais vulneráveis às situações de pobreza, vivendo com um risco superior de pobreza ao resto da população. Os desempregados também constituem um grupo vulnerável, 43% encontravam-se em 2007 em risco de pobreza na EU 27, assim como aqueles que saem precocemente do sistema de ensino. Com base no indicador não monetário de condições de vida, recentemente definido pelo Comité de Protecção Social, como forma de medir a exclusão social⁶, 17% da população da UE 27 (2007) encontrava-se em situação de privação material, com diferenças significativas entre os Estados-Membros, sendo igualmente o grupo das crianças a possuir a taxa

³ Taxa de risco de Pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (INE).

⁴ Linha da pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país (INE).

⁵ Transferências sociais (excluindo pensões): inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social (INE).

⁶ Este indicador traduz a incapacidade de pagar ou usufruir de um conjunto de bens ou serviços, sendo definido como a “ausência de pelo menos 3 dos 9 itens: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne, frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio” (Fonte: Eurostat, Statistics 2010).

mais elevada, ao contrário dos idosos, que vivem em agregados menos afectados pela privação material. A desigualdade em matéria de distribuição do rendimento referia um rácio de (5,0) para UE 27 (2007).⁷ Este valor era bastante significativo em Portugal (6,0), sendo um dos mais elevados da UE.

O crescimento da taxa de desemprego verificou-se em todos os países desde 2008, assim como em todos os géneros e idades, como resultado da crise económica, sendo de 7% para a UE 27. A taxa de risco de pobreza é igualmente elevada para quem trabalha, estando sobretudo ligado a situações de emprego mal remunerado, pouco qualificado, emprego precário, trabalho em part-time involuntário, e ao tipo de agregado onde os trabalhadores estão inseridos. Em 2007, 8% da população empregada na UE27 detinha rendimentos abaixo da linha de pobreza, por comparação com os 43% da população desempregada. Embora aquela população esteja menos exposta ao risco de pobreza do que os outros grupos, ela representa uma grande parte daqueles que estão em risco de pobreza, uma vez que a maioria da população adulta está a trabalhar (65% na UE27).

Como se pode constatar pelos dados apresentados, os fenómenos de pobreza e exclusão social estão longe de estarem erradicados e em alguns domínios surgem até novos riscos para a coesão social e para o bem-estar dos cidadãos da União Europeia, colocando em causa a própria ideia de uma Europa de cidadãos e consequentemente os próprios alicerces em que assenta o modelo social europeu.

O combate à pobreza e exclusão social constitui um dos maiores desafios do nosso século, uma vez que estamos perante um problema social complexo e multidimensional, que possui uma extensão supranacional que exige uma intervenção conjunta de todos os povos e nações, numa base de cooperação e solidariedade, que possibilite desenvolver uma acção eficaz. A nível mundial, este enorme desafio está patente na “Declaração do Milénio das Nações Unidas”, aprovada em 2000, um documento histórico para o novo século, que reflecte as preocupações de 191 países, cujos líderes definiram metas concretas, como o de reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema⁸ até 2015. A União Europeia também une forças para combater a pobreza e a exclusão social, ao assumir estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia. Adoptando como dupla referência a celebração do dia 17 de Outubro como o “Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza”, e a consideração pelas Nações Unidas, da década 1997/2006, como a primeira “Década para a Eliminação da Pobreza”, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram, em 22 de Outubro de 2008, a Decisão nº 1098/2008, relativa à instituição de 2010 como o “Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social”, como mais um convite para a reflexão e a acção sobre estes fenómenos e a sua persistência a nível europeu e mundial. Esta decisão veio reafirmar e dar um novo ânimo ao empenhamento europeu no combate à pobreza e

⁷ O rácio entre os 20% da população com rendimentos mais elevados e os 20% com os rendimentos mais baixos foi de 4,8%, ou seja, o mais rico detinha 5 vezes mais do que o rendimento mais pobre.

⁸ Aqueles que sobrevivem com menos de 1,25 dólar diário.

exclusão social, uma vez que apesar de todos os esforços desenvolvidos aos níveis nacionais e europeu, o compromisso assumido pelos líderes europeus na Estratégia de Lisboa, de conseguir implementar medidas com um impacto decisivo na erradicação da pobreza até 2010, não foi atingido. A pobreza persiste e a nova meta europeia é agora 2020, com um longo caminho a percorrer. Um caminho que será norteado não só pela percepção que os europeus têm da pobreza e exclusão social, podendo esta ser decisiva na adopção de políticas, medidas e práticas de combate a esses males sociais, como pela capacidade de mobilização de todos, comunidade científica, política, civil e o próprio cidadão, para o combate a um flagelo que nos envergonha a todos, enquanto residentes do mesmo continente e do mesmo planeta.

Os resultados do inquérito Eurobarómetro sobre Pobreza e Exclusão Social, publicado em Outubro de 2009, demonstraram que os cidadãos europeus estão cada vez mais conscientes das situações de pobreza e exclusão social do seu país e mesmo do continente europeu. As principais causas apresentadas pelos europeus para a situação de pobreza foram: a injustiça na sociedade (47% face aos 37% em 2007), a preguiça ou falta de vontade das pessoas pobres (16% face aos 20% em 2007), ou como uma parte inevitável do progresso (16% face aos 13% em 2007) ou falta de sorte (13% face aos 19% em 2007). A culpabilização do pobre pela situação de pobreza, como resultante de faltas imputáveis aos próprios, apesar de ter diminuído em relação aos dados apresentados pelo Eurobarómetro de 2007, ainda está patente na percepção europeia da pobreza, embora com diferenças significativas entre os Estados-membros, facto que se reflecte no apoio às medidas necessárias para um verdadeiro combate à mesma.

Apesar das diferentes percepções e atitudes dos europeus em relação à pobreza e exclusão social:

- A maioria dos europeus inquiridos (24%) acha que as pessoas são pobres quando os seus recursos são limitados ao ponto de as impedir de participar activamente na sociedade em que vivem;
- 73% dos inquiridos consideram que a pobreza está generalizada e a propagar-se nos seus países (84% acha a que a pobreza aumentou nos três últimos anos nos seus países);
- 52% dos europeus consideram o desemprego elevado como o factor social que mais justifica a situação de pobreza e exclusão social, seguido dos baixos salários (49%);
- A falta de educação, formação ou qualificações, a pobreza herdada e a dependência de substâncias são os factores pessoais mais referenciados pelos europeus (37%) como explicativos das situações de pobreza e exclusão social;
- Os desempregados e os idosos foram identificados pelos europeus (52% e 49% dos inquiridos, respectivamente) como os grupos sociais mais vulneráveis e com mais risco de serem pobres;

- 89% dos europeus exigem dos governos uma acção urgente contra a pobreza e exclusão social e mais de metade dos europeus (53%) considera o seu governo como o principal responsável pela redução ou prevenção da pobreza;
- 74% dos cidadãos europeus acham que a União Europeia tem um papel importante no combate à Pobreza.

Como podemos constatar, a óptica dos direitos de cidadania impera na percepção que os europeus têm em relação aos conceitos da pobreza e exclusão social, uma vez que a maioria acha que as pessoas *são pobres quando os seus recursos são limitados ao ponto de as impedir de participar activamente na sociedade em que vivem*, apresentando como principal causa *as injustiças da sociedade*.

Apesar de todos os tratados, convenções e outros compromissos formalizados a nível internacional e nacional, tem sido difícil garantir a todo o cidadão o exercício dos direitos de cidadania e combater a pobreza e a exclusão social. Daí que lutar pela sua erradicação e compreender as conquistas e os fracassos nesse percurso, exige que se tenha uma compreensão clara sobre a percepção que a sociedade e os cidadãos têm sobre esses fenómenos e o modelo de sociedade que pretendem construir. Uma sociedade tem de se conhecer para conseguir desenvolver-se de forma justa, solidária, promovendo a cidadania de todos os que a constituem.

2.2. Políticas de Combate à Pobreza e Exclusão Social: novos desafios e compromissos europeus

As sociedades modernas, e nomeadamente as sociedades europeias, introduziram alterações importantes na relação com os seus pobres, ao darem corpo à questão dos direitos sociais no combate à pobreza e exclusão social. Este combate é inseparável dos esforços a desenvolver para a construção de uma sociedade mais solidária e inclusiva, que promova a cidadania de todos os que a constituem e que não tenham os pobres e os excluídos apenas como destinatários das medidas e políticas sociais que visam alargar a cidadania social. O seu sucesso exige que estes sejam incentivados a ser parte na solução, exercendo os diversos direitos que integram a sua cidadania. Hoje a cidadania social é uma dimensão essencial do conceito de cidadania, “ enquanto direito à existência social, traduzido no direito de viver e participar na sociedade e não apenas de sobreviver” (Salselas, 1999:121).

2.2.1. Cidadania e Direitos Sociais

De acordo com o Relatório do Conselho da Europa de 2003, o acesso aos direitos sociais permite reduzir as vulnerabilidades dos indivíduos, assim como dos grupos, das organizações, dos governos e das sociedades às mudanças estruturais que ocorrem nas sociedades modernas e de desenvolver a sua faculdade de adaptação e a capacidade de resolver os problemas.

“Os direitos sociais são as disposições legais ou outras, que permitem satisfazer as necessidades sociais das pessoas, adequando-as à evolução da sociedade, da sua situação e valores sociais e da natureza dos riscos, e visam promover a coesão social e a solidariedade” (DEEP/MSST, 2003:24). As necessidades sociais das pessoas são interdependentes, pelo que se deve procurar dar uma resposta multidimensional e coordenada, uma vez que a ausência ou a dificuldade de acesso a um direito social fundamental pode multiplicar os efeitos e impedir o acesso das pessoas a outros direitos sociais, existindo um risco de exclusão múltipla. O acesso à protecção social, à saúde, à habitação, ao emprego, à educação e à não-discriminação é um factor determinante na luta contra a pobreza e exclusão social. Contudo, ao contrário dos direitos civis e políticos, que são livremente exercidos sem interferência dos poderes públicos e, geralmente, previstos pela lei e aplicados pelos órgãos judiciais, os direitos sociais podem ser consagrados pela lei, mas, de um modo geral, são exercidos no quadro de uma política e de medidas sociais. Neste sentido, o exercício efectivo dos direitos sociais depende mais da situação económica e política do país do que da legislação constitucional e internacional em vigor, sendo, por vezes, limitado o seu acesso, pela falta de vontade política, falta de recursos disponibilizados para lhes dar efeito, pela situação dos potenciais titulares desses direitos e incapacidade para acederem aos mesmos, pela ausência de uma informação correcta sobre os direitos e ainda pelo acompanhamento e aplicação inadequados dos mesmos, entre outros obstáculos (ibidem).

“O défice de cidadania corresponde muitas vezes ao reduzido leque de direitos reconhecidos pelo Estado, mas também ao não exercício de direitos reconhecidos na lei que não foram interiorizados como tais pelos cidadãos” (Hespanha, 1999:85). Assim, a construção da cidadania exige não só um conhecimento dos direitos por parte do cidadão, mas a sua responsabilidade de estar atento e contribuir para sua efectivação, participando, por isso, política e socialmente na sociedade.

A intervenção do Estado passa, cada vez mais, de um mero reconhecimento do direito para a prossecução de respostas concretas com vista ao seu pleno exercício, sendo esse o papel das *Políticas Sociais*, o de garantir a sua efectivação e o bem-estar social. Aquelas visam fundamentalmente a promoção do acesso de cada indivíduo aos direitos sociais, embora priorizando aqueles que por alguma situação de vulnerabilidade se deparam com dificuldades para os exercer. Os direitos sociais e a sua efectivação exigem, por um lado, um Estado activo e intervencionista, cuja actuação se traduza, cada vez mais, na prossecução de *Políticas Sociais activas e inclusivas* e num

compromisso em favor da inclusão e coesão sociais e, por outro lado, uma sociedade activa, traduzida no envolvimento de todos os actores, e principalmente daqueles que enfrentam as situações de pobreza e exclusão social, na concepção, implementação e avaliação das políticas. A cidadania activa e a protecção social constituem os dois elementos fulcrais do modelo social europeu e projectam-se nas políticas sociais da União Europeia.

2.2.2.O Modelo Social Europeu: o Estado-Providência

A Europa enfrenta hoje novos desafios externos e internos que exigem a necessidade de aprofundar e repensar a promoção de direitos sociais no espaço europeu e de respostas exigentes e inovadoras que impliquem a mobilização de todos os actores relevantes na modernização do modelo social europeu, com o propósito de contribuir para a definição de uma nova geração de políticas sociais ao nível comunitário.

O Estado-Providência europeu, reconhecido como o modelo social europeu, constitui um marco histórico e uma inovação no desenvolvimento de medidas de Política Social orientadas para a consagração dos direitos sociais e a consolidação da cidadania. O Estado foi-se impondo de um mecanismo meramente compensatório e de relativa estabilização social para um Estado cada vez mais interventor e regulador (Rodrigues, 2010:67).

As primeiras medidas características do Estado-Providência que remontam, em algumas países europeus, aos finais do século XIX (a Alemanha, com Bismark, os países escandinavos, a Dinamarca e Suécia e, posteriormente, o Reino Unido, com Beveridge), embora só viessem a consolidar-se, após a II Guerra Mundial, no período da reconstrução sócio-económica, traduziram um corte com as ideias e práticas liberais que “remetem para cada indivíduo a responsabilidade pela gestão dos seus interesses próprios (Pereirinha, 2008:19).⁹

A inovação política residiu na transferência para o Estado de responsabilidades na protecção e cobertura de alguns riscos sociais, surgindo a distinção entre protecção privada (individualista) e protecção pública, assumida parcial ou integralmente pelo Estado, de enorme significado na evolução dos sistemas de protecção social, sobretudo na Europa Ocidental (Rodrigues, 2010:64-73). As primeiras medidas, que começaram a concretizar os direitos sociais, assumiram a forma de seguros, e a amplitude dos riscos sociais cobertos foram evoluindo no tempo: risco de acidentes de trabalho, doença e protecção na velhice, o desemprego e, por último, as prestações familiares.

Segundo Eduardo Vítor Rodrigues (2010:71), o âmbito de intervenção do Estado foi-se progressivamente alargando, ultrapassando a área da segurança social para outras igualmente relevantes para garantir o bem-estar social dos indivíduos: a educação, a saúde, a habitação, os

⁹ No século XIX predominavam as ideias liberais e a figura de um Estado não intervencionista, assente na ideia que o mercado deveria ser o responsável pela distribuição de rendimentos e o regulador da sua própria actividade, conseguindo, por si só, atingir o bem-estar colectivo.

equipamentos sociais, o emprego, a economia, entre outros. “O Estado-Providência tinha como principais funções garantir uma correcção dos desvios do mercado e introduzir uma lógica universalista de cobertura dos riscos sociais e uma lógica de redistribuição dos rendimentos e dos benefícios, no sentido da defesa da cidadania e da própria democracia” (ibidem).

Entre o final da II Guerra Mundial e a primeira crise petrolífera dos anos 70, os “gloriosos trinta anos” acreditava-se que seria possível alcançar uma sociedade sem a “disfuncionalidade da pobreza” (Capucha, 2005:b19). O modelo do Estado-Providência generalizou-se no mundo ocidental, embora assumindo níveis e modalidades diferenciadas de intervenção, com diferentes consequências para os níveis da pobreza. De entre as várias tipologias de Estado-Providência defendidas por diferentes autores, a de Maurizio Ferrera et al. (2000:38-54), remete para quatro “Europas Sociais”, quatro categorias de protecção social diferenciadas de acordo com a cobertura de riscos e elegibilidade, a estrutura de benefícios, os mecanismos de financiamento e as configurações institucionais: a Escandinava, a Anglo-saxónica, a Continental e a do Sul, sendo defensora de um modelo próprio para os países do sul da Europa.

Com a crise económica, da década de 70, provocada pelas crises petrolíferas, assim como pelos avanços tecnológicos, pela transformação dos modos de produção, pelas mudanças demográficas e na organização da sociedade, as bases do modelo anterior começam a cair e os direitos sociais de cidadania defrontam-se, com uma crise sem precedentes. Para além dos desafios acima referenciados, pode-se também falar de pressões inerentes ao próprio modelo do Estado-Providência, pois ao contribuir para melhorar as condições e esperança de vida das populações, deu origem a novas necessidades para as quais os sistemas criados não estavam preparados, gerando uma boa parte dos seus próprios problemas (Ferrera et al., 2000:9)¹⁰ passando-se a questionar aspectos básicos da estruturação dos sistemas de segurança social, nomeadamente em termos do seu financiamento.

A incapacidade do Estado-Providência para responder às necessidades sociais contribui para o aparecimento do neoliberalismo, alterando a perspectiva sobre o papel interventivo do Estado, começando-se a questionar sobre a viabilidade de um modelo social europeu num continente confrontado com os efeitos da globalização, das mudanças tecnológicas, climáticas e de deslocalização da economia. O principal desafio que hoje se coloca à União Europeia e aos seus Estados-Membros reside em saber se é ou não possível promover a reforma ou a renovação do intitulado “*Modelo Social Europeu*”, ou seja, se é possível encontrar estratégias para a sua modernização e ajustamento à nova realidade social, económica e política do século XXI.

Tratando-se de uma problemática comum a todo o espaço da União Europeia, embora com intensidades diferentes de acordo com as especificidades nacionais, cada Estado-membro seguiu diferentes trajetórias, mas em todos eles estão em curso processos de procura de soluções políticas

¹⁰ O aumento da esperança média de vida e a melhoria dos cuidados de saúde fomentaram novas necessidades.

novas, economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e politicamente exequíveis, cabendo à União Europeia um papel de coordenação em relação aos esforços dos Estados-membros para repensar os seus próprios Estados-Providência (Ferrera et al., 2000:61)

A reconstrução do modelo social europeu já começou e foi visível na Cimeira de Lisboa, onde os líderes europeus assumiram o compromisso de prosseguir esse caminho. O ano de 2000 constituiu um marco importante na orientação da política social na União Europeia, uma vez que foram adoptadas decisões políticas importantes no sentido do reforço e modernização do modelo social europeu.

A *Estratégia Europeia de Promoção da Inclusão Social* definida para a concretização do objectivo comum europeu de *redução progressiva da pobreza e da exclusão social, até à sua erradicação*, constitui um instrumento de intervenção muito positivo e revela uma nova postura da União Europeia no que concerne às suas competências no combate à pobreza e exclusão social. Os seus objectivos comuns consubstanciam-se nos *Planos Nacionais de Acção para a Inclusão/PNAI*, apresentados por cada um dos Estados-Membros, de acordo com as suas especificidades e prioridades, e num Programa multinacional concebido para promover a cooperação entre os Estados-membros no seu combate à exclusão social e uma profunda sinergia entre a dimensão europeia e a nacional. O PNAI constitui um instrumento de mobilização que visa aprofundar e reforçar a capacidade e competência das comunidades e dos cidadãos numa óptica de promoção efectiva da cidadania activa e desempenha um papel decisivo na articulação e reforço das dinâmicas de inclusão.

2.2.3. A Nova Geração das Políticas Sociais Activas

No âmbito do programa estratégico da União Europeia e de cada um dos Estados-membros, as medidas activas e preventivas ganharam relevo em diversos domínios, correspondendo à constatação de que as políticas tradicionais de protecção social não se revelavam capazes de fazer face aos desafios mais contemporâneos, perante o agravamento da exclusão social e o aparecimento de novas necessidades sociais.

O conceito de activação começa a emergir e conseqüentemente um novo tipo de políticas sociais, designado por nova geração de políticas sociais activas, conotada com a passagem de um Estado-Providência Passivo para um Estado-Providência Activo (Estivill e Caleiras, 2008:93). Esta nova geração rompe com os modelos anteriores, as políticas passivas, que se limitavam à simples compensação, ao usufruto de um rendimento sem contrapartida,¹¹ assentes no conceito do beneficiário, enquanto mero destinatário de acções e numa visão segmentada das situações, que exclui uma visão integrada dos problemas e dificulta uma acção coordenada entre vários sectores. Passa-se, então, a privilegiar uma participação activa dos beneficiários das medidas, materializada

¹¹ Estas políticas são muitas vezes encaradas como desincentivadoras do trabalho e promotoras da dependência, mas são igualmente imprescindíveis como as prestações no âmbito da protecção social.

num acordo, e da própria sociedade civil, o que pressupõe uma política proactiva e uma forma mais eficaz de promover a inclusão social.

Os modelos de intervenção social emergentes do Estado-Providência activo assentam num conjunto de pressupostos inovadores e em novas modalidades de intervenção social, como a acção descentralizada e em parceria, a personalização e contratualização das respostas. Com esta nova geração de políticas surgem novos conceitos no vocabulário europeu: *Cidadania Activa*, *Inclusão Activa*, *Territorialização da Intervenção*, *Economia Social* e a *Inovação Social*, sobre os quais assentam os princípios e a filosofia subjacentes às mesmas. Esta nova forma de intervenção assenta em “três grandes dimensões: a criação de oportunidades, de direitos básicos e o estabelecimento de deveres” (Salselas, 1999,120).

As políticas sociais activas são políticas mais personalizadas, que respeitam o tempo do destinatário da política e tentam encontrar uma resposta ou um programa mais adequados à situação real do mesmo, mas são também as mais exigentes quer com os seus destinatários quer com os seus agentes. Elas pressupõem uma certa capacidade de colaboração, de iniciativa, de auto-confiança e responsabilização por parte dos beneficiários dessas políticas nos processos de inclusão e a mobilização da sociedade, em termos de parceria, constituindo-se como promotoras de um conceito de *Cidadania Activa*. Na Declaração da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, a 17 de Outubro de 2003, o conceito de “*Cidadania Activa*” é definido como uma forma de pôr em prática a participação e refere-se ao papel activo das pessoas, comunidades e suas organizações nas decisões que directamente as afectam.

No âmbito desta nova geração das políticas activas surge a necessidade de equacionar novos caminhos para a protecção social. Um desses caminhos assenta no princípio da (re) afirmação da pertença territorial (Rodrigues, 2010:83-85). As políticas deixaram de ser uniformes e passam a ser ajustadas a um determinado *contexto territorial* e de acordo com as necessidades de cada indivíduo, permitindo que se estabeleçam modelos distintos em função das características e especificidades regionais, a designada *territorialização das intervenções*. O Estado tem vindo a encontrar igualmente mecanismos de parceria com instituições privadas, como um outro caminho para assegurar a protecção social, dando origem a um designado *welfare mix*,¹² resultante quer do enfraquecimento estatal, quer da incapacidade do mercado (ibidem). Abre-se deste modo, o caminho para o reforço e alargamento da intervenção do Terceiro Sector, como “um dos caminhos mais prometedores de inovação social, económica e de organização e um factor de mobilização das capacidades individuais e colectivas e, por isso mesmo, uma das melhores vias para a inclusão dos mais desfavorecidos “ (Estivill, 2008:48-62).

À diversidade de entidades que integram este Sector associa-se a variedade de concepções, consoante os países: na França e Bélgica encontramos o conceito de “Economia Social” ou

¹² O conceito de *Welfare- mix* que enquadra serviços com estatutos jurídicos diversos (públicos, privados, comunitários, voluntários) que se articulam com a acção política sem, no entanto, lhe negar a responsabilidade principal.

“Economia Solidária”, no Reino Unido, o conceito de “Sector Voluntário” e o “Sector das Organizações sem fins lucrativos nos EUA (Pereirinha, 2008:115). Este conceito aparece bem descrito, segundo este autor, pelo Conselho Valónio (Bélgica) da Economia Social, criado em 1989: “A economia social compõe-se de actividades económicas exercidas por sociedades, principalmente cooperativas, mutualidades e associações cuja ética se traduz nos seguintes princípios: i) finalidade de serviço aos membros ou à colectividade em vez do lucro; ii) autonomia de gestão; iii) processo de decisão democrática; iv) primado das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos rendimentos” (ibidem).

A Economia solidária, conceito mais recente, surge nos anos 90, como forma de afirmação de novas iniciativas, novas soluções institucionais e de parceria, novas metodologias de intervenção, como alternativa à intervenção das tradicionais organizações de economia social, com maior grau de isomorfismo face aos modelos do sector público e privado (Quintão, 2004: 4-12). A efectiva existência de um Terceiro Sector, não é uma realidade em todos países, subsistindo contornos bem diferenciados. Em Portugal, este Sector ainda se encontra numa fase incipiente, não existindo uma ideia clara e concertada de unidade do Sector (ibidem). Na opinião de alguns autores, a designação de Terceiro Sector adequa-se mais à nossa realidade, e vai de encontro aos princípios constitucionais vigentes, os quais consideram a existência de três sectores, o Público, o Privado e o Cooperativo Social.

O conceito de *Inovação Social*, associado a estas novas práticas, surge como um instrumento susceptível de contribuir para a modernização do conteúdo das políticas sociais, num contexto em que este desafio surge como vital, perante o agravamento da exclusão social ou o aparecimento de novas necessidades sociais. A promoção e intercâmbio de práticas sociais inovadoras, com base na experiência adquirida por outros países, tem sido fundamental. O Rendimento Mínimo Garantido/RMG, agora Rendimento Social de Inserção/RSI é um exemplo de uma medida de política social activa, assente na *contratualização das relações entre o cidadão-beneficiário e a sociedade*, como estratégia de intervenção facilitadora do exercício de cidadania e susceptível de ser introduzido em programas sociais em grande escala ao nível europeu.

A *Estratégia Europeia de Inclusão Activa*, tal como foi definida pela Comissão Europeia, em favor da integração das pessoas que se encontram à margem do mercado de trabalho, reflecte bem esta metodologia da activação, ao pretender reforçar os laços entre a inserção profissional, através do acesso a mercados de trabalho inclusivos,¹³ a garantia de um rendimento mínimo para evitar a exclusão social e um melhor acesso a serviços sociais de qualidade. A filosofia da activação embora tenha aspectos muito positivos como o de criar formas de participação social, evitar práticas de dependência e estimular a empregabilidade, detém também alguns aspectos negativos, como o do

¹³ Tem como objectivo associar um acompanhamento social ao exercício de uma actividade económica das pessoas que se encontram à margem do mercado de trabalho. O que implica apoio à orientação profissional personalizada e que o trabalho seja estável e de qualidade, na medida em que o trabalho pode não se revelar como a melhor solução para todas as pessoas em situação de pobreza, incentivos financeiros e aposta na Economia social.

grau de compulsão ao trabalho (Hespanha, 1999:87), gerando um mercado de trabalho secundário, de ocupações temporárias, e do seu carácter punitivo. Na perspectiva deste autor (2000:16) “só os programas assentes no trabalho útil e adaptado, em programas de educação e formação qualificantes, no investimento nas pessoas e na negociação podem contribuir positivamente para uma melhoria significativa da participação social”.

3. A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

3.1. A Realidade Numérica da Pobreza em Portugal

Apesar de inserida no contexto europeu, a realidade portuguesa assume características diversas, quanto ao aprofundamento do Estado-Providência e o desenvolvimento de políticas sociais. Comparativamente à União Europeia, Portugal apresenta uma situação de maior vulnerabilidade à pobreza, quer em extensão quer em intensidade e, apesar de nos últimos anos, o sistema português de protecção social ter tido um forte desenvolvimento, no sentido de uma maior convergência com as políticas sociais do restante espaço europeu, ainda são claras as diferenças, nomeadamente na responsabilização do Estado, no montante dos benefícios, prestações sociais e capacidade redistributiva.

A realidade numérica da Pobreza é preocupante quando a circunstanciamos ao universo de Portugal. O nosso país é um dos países europeus que apresenta maior desigualdade na distribuição de rendimento e taxas mais elevadas de risco de pobreza monetária. Os índices disponíveis de pobreza, segundo os resultados do inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2009, incidindo sobre rendimentos de 2008, pelo INE, colocam Portugal numa posição muito desfavorável em relação a outros países da EU 27. Em 2008, a população portuguesa residente em situação de risco de pobreza era de 17,9%, confirmando a tendência decrescente de incidência do risco de pobreza em Portugal nos últimos anos (21% em 2000 face a 19% em 2005). Esta ligeira diminuição da taxa de risco de pobreza foi acompanhada igualmente, nos últimos anos, por uma ligeira diminuição das desigualdades, observando-se uma quebra de cerca de 10% na distância entre os rendimentos auferidos pelos 20% da população com maiores rendimentos e os 20% da população com menos rendimentos (com um valor de 6,0 face aos 4,8 da EU).¹⁴ Contudo, ainda é possível observar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do Coeficiente de Gini que em Portugal é de 35,4,¹⁵. Embora constitua ainda um valor muito elevado, tem vindo a decrescer desde 2004, quando atingiu 38,1%.

¹⁴ O rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos correspondia a 6 vezes o rendimento dos 20% da população com mais baixos recursos.

¹⁵ Coeficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) (INE). desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

A taxa de risco da pobreza é maior nas pessoas com menos de 18 anos (22,9%) e nas pessoas com mais de 65 anos (20,1%). Apesar da vulnerabilidade à pobreza continuar a ser alta nestes dois grupos etários, nos últimos anos, é visível a redução da taxa de risco da pobreza, quer junto da população mais jovem (24,6% em 2003 para 22,9% no último ano em análise) quer junto dos mais idosos (28,9% em 2003 para 20,1% no último ano em análise), onde esse decréscimo é mais acentuado, facto que poderá ser explicado com a aplicação de algumas medidas, particularmente a medida do Complemento Solidário Para Idosos. Quanto aos diferentes tipos de agregados, os riscos mais elevados de pobreza, em 2008, encontravam-se nas famílias unipessoais (32,7%), sendo as constituídas só por uma mulher ou um idoso as mais vulneráveis. Dentro dos agregados com crianças dependentes, são as famílias monoparentais (38,8%) e as famílias numerosas (42,8%), as mais vulneráveis.

Ter um emprego em Portugal nem sempre protege as pessoas de risco da pobreza, face à sua precariedade e às baixas remunerações, por isso, o emprego ou a sua ausência têm um impacto ao nível da taxa de risco de pobreza. Esta taxa é de 10,3% nos trabalhadores e de 37% na população desempregada. Após um período de decréscimo entre 1º trimestre de 2007 e o 2º trimestre de 2008 (passando de 8,4% para 7,3%), a taxa de desemprego sofreu um aumento significativo para 9,1% no 2º trimestre de 2009 e para 10,9% no 3º trimestre de 2010, para o qual terá contribuído o actual contexto da crise económica. A actual taxa de desemprego é superior na população feminina (12,4%) comparativamente com a dos homens (9,6%) e nos grupos mais jovens (23,4%).

As transferências sociais têm igualmente um impacto importante sobre a taxa de risco de Pobreza. Esta seria de 24,3% se apenas considerássemos as transferências relativas a pensões e de 41,5% se não considerássemos qualquer transferência social. No último ano em análise houve um aumento da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social (40,2% em 2006 face a 41,5% no último ano em análise).

Em 2008, 23% dos indivíduos viviam em situação de privação material, resultado ligeiramente superior ao verificado em 2006, 20%. Em 2009, era de 21,4%, registando-se um decréscimo em todos os grupos etários, mas sendo superior na população idosa.

3.2. Políticas de Combate à Pobreza e Exclusão Social em Portugal

Em Portugal, na opinião de diversos autores (Almeida et al:1994; Rodrigues, 2009; Capucha, 2005), nunca se chegou a constituir um Estado-Providência comparável ao da maioria dos países da Europa. Segundo os mesmos, o regime demográfico e posteriormente a integração europeia permitiram a consagração jurídica de um conjunto de direitos sociais, em diversos domínios, mas a taxa de cobertura das políticas e a sua efectivação deparam-se ainda com fortes limitações. Neste

mesma linha de pensamento enquadra-se a opção de Maurizio Ferrera et al., (2000:54) de incluir uma categoria autónoma para o modelo de Estado-Providência dos países do Sul da Europa, designada por “Europa do Sul”, constituída por países (Portugal, Grécia, Itália e Espanha) que, segundo José António Pereirinha (2008:91) vivenciaram processos históricos prolongados, associados a regimes autoritários, que comprometeram as dinâmicas de desenvolvimento dos mesmos, precisamente durante o período de nascimento e difusão do Estado-Providência Europeu, não favorecendo a sua consolidação¹⁶.

As características da pobreza em Portugal, a sua natureza persistente, a incidência elevada e o seu perfil, indicam que, entre nós, a pobreza é originada mais por défices estruturais relacionados com as dinâmicas de desenvolvimento da nossa sociedade e o sistema económico. Apesar das políticas sociais e de emprego implementadas a nível nacional, persistem na sociedade portuguesa problemas estruturais, que condicionam o sucesso das mesmas “uns ligados ao mercado de trabalho (baixos salários, baixas qualificações escolares e profissionais, desemprego de longa duração, baixas taxas de subsidiação de desemprego), outros às dificuldades de acesso a recursos, direitos e serviços (rede de equipamentos sociais insuficientes, parque habitacional degradado, baixas pensões) e, finalmente, outros relacionados com assimetrias territoriais acentuadas (zonas rurais abandonadas e deprimidas, com maiores dificuldades no acesso a serviços básicos, zonas urbanas de grande concentração de grupos em situação de pobreza e exclusão social” (Estivill e Caleiras, 2008:97).

Às fragilidades de natureza estrutural que caracterizam a nossa sociedade associam-se outras resultantes dos processos de modernização das últimas décadas, fazendo com que hoje coexistam situações tradicionais de pobreza com novas configurações (Estivill e Caleiras, 2009:88; Capucha, 2005b:167; Almeida et al., 1994:15). Assim, ao lado de uma *velha* pobreza estrutural e persistente, mas integrada, associada às baixas prestações sociais (pensões) e ao mundo rural, permanece outra *velha* pobreza, também ela estrutural e resistente às políticas clássicas, representada pelas famílias e indivíduos pouco qualificados, e que, embora inseridos no mercado de trabalho, auferem baixos rendimentos salariais. Mais recentemente tem vindo a surgir uma nova pobreza, relacionada com os processos de modernização da economia e da sociedade portuguesa, com os movimentos migratórios e a concentração urbana e suburbana, bem como novos grupos de risco que crescem especialmente em meio urbano (famílias monoparentais, crianças e jovens em situação de risco, toxicodependentes, desempregados de longa duração, famílias sobreendividadas, imigrantes, minorias étnicas, sem-abrigo, etc.) (Estivill e Caleiras, 2009:88).

Estas assimetrias e desigualdades territoriais estão bem patentes no estudo elaborado pelo Instituto da Segurança Social/ISS (2005), que distingue, de acordo com indicadores de inclusão/exclusão, seis grandes tipos de territórios no nosso país: os Territórios moderadamente inclusivos; os Territórios de

¹⁶ Este modelo apresenta grande fragmentação nos sistemas de pensões, com taxas de substituição do rendimento muito elevadas para alguns grupos sócio-profissionais, e para outros mais baixas e, por outro lado, com serviços nacionais de saúde universais.

contrastes e base turística, os Territórios ameaçadores e atractivos; os Territórios envelhecidos e desertificados, os Territórios industriais com forte desqualificação e os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos.

Após a revolução democrática foi possível avançar para um novo modelo de protecção social, assistindo-se a uma crescente responsabilização do Estado e, simultaneamente, a um maior dinamismo da sociedade civil em relação aos grupos socialmente desfavorecidos, assumindo maiores responsabilidades ao nível das prestações de serviços e respostas sociais (Aires, 2005:115).

Esta dualidade ao nível da protecção social vem de encontro à cultura de solidariedade que existia no passado, justificando o facto de nem toda a oferta de protecção social provir do Estado, mas resultar também da intervenção da sociedade civil (Estivill e Caleiras, 2008:87), do chamado *Terceiro Sector*. Alguns autores, como Jordi Estivill (2000:175) e Boaventura Sousa Santos (2000:43) chegam mesmo a falar de uma *Sociedade-Providência*, muito característica dos países do Sul, de onde sobressaiam as ajudas mútuas entre vizinhos, a reciprocidade familiar, os pequenos grupos informais até às grandes redes de organizações e federações que estão na essência do movimento associativo e da Economia Social.

No último inquérito Eurobarómetro Europeu 2010, os países do Sul tendem a valorizar a importância dos laços familiares e comunitários: 32% dos portugueses acham que as pessoas são pobres por não serem suficientemente apoiadas pela família ou pelos amigos. Contudo, para Bruto da Costa (2008:192) com o desenvolvimento de uma cultura básica do Estado de bem-estar, remetendo para o Estado a solução dos problemas, começa a surgir um enfraquecimento da responsabilidade individual de cada cidadão para com a pobreza, reflectindo-se na actual percepção que os portugueses têm da pobreza e dos pobres, com o conseqüente enfraquecimento do clima de solidariedade que existia no passado na sociedade portuguesa.

Segundo dados do Eurobarómetro de 2007 citado por Bruto da Costa (2008:192) “quase metade (47%) da população portuguesa considera que as pessoas pobres sempre foram pobres (condição herdada), valor este que é o mais elevado entre os 27 UE. Simultaneamente, pouco menos de um quarto atribui à pobreza um carácter fatalista, considerando-a resultante da “pouca sorte”. Outro terço da população considera que a causa da pobreza está na preguiça ou falta de vontade das pessoas pobres. Mais metade da população portuguesa atribui as causas da pobreza a factores de natureza pessoal” (ibidem). Nos dados de 2009, os países do Sul da Europa continuam a encarar a pobreza como um problema “herdado”.

Nos anos 70 e 80 foi notória a ampliação da protecção social, quer do ponto de vista da sua aplicação, cidadãos abrangidos, e das eventualidades cobertas (Pensão Social, Abono de família, etc.), quer da universalização do ensino e da saúde, produzindo um impacto muito significativo na redistribuição dos rendimentos e na universalização dos direitos sociais. No campo da Economia Social reconheceu-se formalmente o contributo das Instituições Particulares de Solidariedade

Social/IPSS no domínio da Protecção social e de inclusão, com a publicação dos seus estatutos em 1979. Com a adesão à CEE em 1986, as alterações no sistema de protecção social foram mais profundas, facilitadas pelo acesso a fundos comunitários e a influência das políticas europeias. Progressivamente, a partir dos anos 90, o Estado começa a assumir um papel mais activo ao nível da protecção social, adoptando todo um conjunto de medidas que vieram dar corpo à nova geração de políticas sociais activas, “políticas e medidas que, para além de assegurarem um sistema de protecção de garantia dos direitos, têm subjacentes como componentes estratégicas de actuação o princípio da multidimensionalidade e o da territorialidade, significando que a resposta procura ser integrada, quer na sua forma, cruzando intervenções sectoriais e agentes públicos e privados, quer nos níveis de intervenção, cruzando nível nacional com o local “ (MSST, 2003).

Para Luís Capucha (2005:238), a implementação da nova geração de políticas sociais no nosso país exige, que se actue não “apenas junto das pessoas, activando-as e qualificando-as (...), mas há que actuar também na activação dos sistemas e das instituições (...), tornando-os mais abertos e acessíveis, mais transparentes e mais orientados para objectivos de resolução efectiva dos problemas dos cidadãos” (...), ou seja, tornando as políticas mais inclusivas”. No âmbito destas políticas foram instituídos diversas medidas e programas, sendo de salientar pela sua importância, o Rendimento Mínimo Garantido/RMG (1996), agora RSI, e a Rede Social (1997). No âmbito de emprego proliferaram uma série de outras medidas, nomeadamente o Mercado Social de Emprego (1996) a Criação do Próprio Emprego (CPE), os Planos Pessoais de Emprego e os Programas de Inserção-Emprego.

Mais recentemente, os Planos Nacionais de Emprego/PNE e os PNAI, assim como as diversas alterações na Lei de Bases da Segurança Social¹⁷ vieram reforçar os princípios de activação das políticas sociais activas, através de uma maior responsabilização individual e colectiva, dos indivíduos, das famílias e das comunidades assente numa nova metodologia de inserção, a *contratualização*. Processo metodológico, com o objectivo de fazer comprometer direitos e deveres entre actores (cidadão, serviços e organismos), como forma de potenciar a corresponsabilização na decisão, nas estratégias adoptadas, na definição de um percurso de inserção ajustado às necessidades reais do indivíduo (ISS, 2007).

Nos últimos dez anos é visível a europeização das políticas sociais e de emprego no nosso país, através do desenvolvimento de diversos programas e projectos que ressaltam a articulação das estratégias europeias de emprego e de inclusão social, à escala nacional, regional e local. O novo ciclo do PNAI 2008-2010 visa prolongar a intervenção já iniciada no anterior, assumindo uma estratégia multidimensional orientada para três prioridades, com o objectivo de promover a inclusão social activa: combater e reverter situações de pobreza persistente, nomeadamente as das crianças e dos idosos, corrigir as desvantagens ao nível da educação e formação, prevenindo a exclusão e

¹⁷ Lei no 17/2000, de 8 de Agosto; Lei nº 32/2002, de 20 de Dezembro; Leinº4/2007, de 16 de Janeiro.

contribuindo para a interrupção dos ciclos de pobreza e para um desenvolvimento sustentado e inclusivo, e numa actuação com vista a ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos.

No conjunto os desempenhos globais do actual sistema de protecção social terão contribuído para diminuir a incidência da pobreza, mas não ainda para a sua eliminação. Mesmo assim, e à semelhança do que acontece à escala europeia, também em Portugal caminha-se para uma desvalorização das questões relacionadas com protecção social e a inclusão social, em favor do crescimento económico e emprego e, sobretudo, da preocupação de reduzir o défice público, para cumprir os critérios impostos pelo Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, limitando a despesa pública e conseqüentemente os apoios sociais. A recente Lei 70/2010, de 16 de Junho, com a harmonização e maior exigência das condições de acesso às prestações sociais não contributivas e o reforço de medidas de activação, vem comprovar esta situação de desvalorização das medidas de política social a nível nacional.

Um dos programas nacionais que abarca o conjunto dos princípios activos acima referenciados é o do *Programa Rede Social*, que actualmente constitui um instrumento por excelência de operacionalização de medidas de política que traduzem os compromissos de Portugal com a União Europeia, particularmente no âmbito dos PNAI e da Estratégia para a Protecção e Inclusão social. Este Programa será alvo de uma análise mais detalhada por ser objecto deste estudo, no sentido de avaliar os reais impactos das acções accionadas localmente no combate à pobreza e exclusão social.

CAPÍTULO II - O PROGRAMA REDE SOCIAL

“ Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes”
Fritjof Capra, “ A Teia da vida”

CAPÍTULO II - O PROGRAMA REDE SOCIAL

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E DE LUTA CONTRA A POBREZA

Como já referimos, na União Europeia, e concretamente em Portugal, temos vindo assistir recentemente a um conjunto de mudanças de orientação e de concepção de novas políticas sociais, as quais se enquadram no contexto da transição de um paradigma assistencialista para um outro de afirmação de políticas sociais activas (Castro e Gonçalves, 2002:71), que visam a promoção de efectivos processos de inclusão social. Estas políticas são as que reúnem melhores condições para enfrentar o carácter multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social, para fortalecer os poderes de intervenção da sociedade civil e da comunidade na resolução dos seus problemas, ao privilegiar novos níveis de actuação, mais próximos das causas dos problemas e das suas soluções, apelando à territorialização da acção.

É neste contexto que, a nível nacional, se insere o *Programa Rede Social*, integrado na nova geração de políticas sociais, estreitamente associada à questão dos direitos sociais e às novas perspectivas de inclusão social de indivíduos, grupos e comunidades mais vulneráveis ao risco de exclusão social. Este programa constitui, assim, um instrumento inovador e facilitador da operacionalização das políticas sociais activas, na medida em que ao promover a construção de planos multidimensionais integrados de base territorial, favorece não só a complementaridade, a articulação e adaptação das políticas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais, como fomenta a mobilização e coordenação das parcerias alargadas e a participação dos destinatários dos programas e projectos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de empowerment (Castro, 2000:17).

Para Jordi Estivill (2000:22) este Programa constitui uma experiência pioneira, porque abre caminhos pouco percorridos ao nível da União Europeia, embora se possam referenciar outros exemplos similares que se desenvolvem em paralelo à experiência portuguesa, e que também visam uma progressiva tendência para a territorialização da intervenção social, com a conseqüente descentralização de competências e envolvimento dos governos locais, tais como: a “National Antipoverty Strategy”, na Irlanda, que envolve o partenariado da administração pública, das organizações sindicais e empresariais e da plataforma (expressão utilizada para designar o forte tecido associativa da Irlanda); os “Contrats de Ville” em França, nos quais o estado central, as colectividades locais e os actores de terreno se comprometem, após uma análise das necessidades locais, a realizarem um conjunto de programas multisectoriais, e os “Conseils Sociaux Territoriaux”, mais centrados na economia social; Outro exemplo referido por este autor localiza-se na Itália com os

“Pactos locais e regionais”, envolvendo as administrações públicas, os sindicatos e os fóruns do Terceiro Sector. Todos estes exemplos contribuem para uma nova concepção do Estado de Bem-Estar, novas formas de diálogo civil e social, que visam promover uma maior qualidade nos serviços e novos modelos de intervenção social local.

O reconhecimento da problemática da exclusão social como uma responsabilidade da sociedade civil e de todos representou uma viragem importante na promoção da coesão social na sociedade portuguesa, traduzindo-se numa multiplicação de esforços e meios, patentes nas novas formas de coordenação e mobilização de um conjunto diversificado de actores sociais (Teixeira, 2000:5), de que são exemplos as diferentes estruturas de rede existentes localmente. Embora a perspectiva de uma parceria alargada já fosse evidente em outros programas e medidas portuguesas, como o III Programa de Luta Contra a Pobreza e a medida de política social do RMG, agora RSI, ela estendeu-se a outros sectores de intervenção, de que são exemplos, a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Conselho Municipal de Educação, entre outros.

O Programa Rede Social não visou a criação de uma nova estrutura de rede, mas resultou da necessidade de espaços de reflexão e de debate sobre as prioridades de intervenção a implementar no território, de contribuir para a rentabilização dos seus recursos e potencialidades e a optimização das diferentes capacidades de resposta existentes localmente, mediante a coordenação, articulação e integração da intervenção de cada uma das múltiplas estruturas de rede que existiam localmente, com a finalidade da definição de objectivos e projectos de desenvolvimento social comuns. O maior factor de diferenciação e inovação da Rede Social foi o de associar o combate à pobreza e exclusão social, um objectivo comum a outros programas, a uma perspectiva de promoção de desenvolvimento social local, a “ adopção e concretização de uma lógica de intervenção que pensa os problemas sociais como sendo multidimensionais e situados em territórios específicos, isto, é, que pensa as pessoas no seu meio ambiente e que pensa o desenvolvimento dos territórios” (Castro, 2009:12).

Na legislação que suporta este Programa, “a *Rede Social* é definida como uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados, que assenta no trabalho de *parceria alargada*, efectiva e dinâmica e visa o *planeamento estratégico da intervenção social local*, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o *desenvolvimento social*”¹⁸. Trata-se de um Programa essencial no processo de inovação e aplicação dos conceitos e pressupostos metodológicos que se encontram actualmente na base da intervenção social das novas Políticas Sociais em Portugal. Para completar o quadro das relações conceptuais presentes no modelo de análise proposto, falta abordar mais alguns conceitos igualmente estruturantes de toda a pesquisa, nomeadamente: Rede Social, Desenvolvimento Social Local ou Territorial, Planeamento Estratégico, Participação e Acção Colectiva.

¹⁸ Decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho.

1.1. Rede Social

O conceito de "rede" tem vindo a impor-se gradualmente nas nossas sociedades, sendo difícil discernir o seu conteúdo devido aos diversos sentidos e domínios em que é utilizado, tecnológico, financeiro, económico, social e cultural, e aos fenómenos a ele associados (rede de transportes, de produção, de empresas, de terrorismo, de parentesco, de vizinhança, etc.) (Guadalupe, 2009:43). Contudo, "todos estes conceitos têm algo em comum entre eles, pois o conceito de rede, na sua dimensão física, remete para pontos ligados entre si". Etimologicamente, a palavra rede, originária do latim *retiolis*, diminutivo de *retis*, significa, um conjunto de linhas entrelaçadas ou teia, "sendo necessário um enquadramento que permita deslaçar um pouco o entrançado conceptual deste conceito" (ibidem).

Na perspectiva de Manuel Castells (2002:605-607), "a rede é um conjunto de nós interligados (...) e as redes são estruturas abertas, capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo valores ou objectivos de desempenho) ", pois o que se destaca na rede é " a ausência de um centro, substituído por nós e ligações de intensidade e geometria variáveis entre eles". Segundo o mesmo autor (ibidem) "as redes constituem a nova morfologia social das sociedades" e embora se possa falar que a organização sob a forma de rede tenha sempre existido, o domínio das tecnologias da informação proporciona as bases para a sua expansão em toda a estrutura social, levando-o a defender a emergência de uma nova sociedade, *a sociedade em rede*. *Esta sociedade* corresponderia a uma nova estrutura social, com base em redes, decorrente de uma transformação estrutural nas relações de produção, nas relações de poder e nas relações entre as pessoas, "sendo um sistema altamente dinâmico, aberto, susceptível de inovação e isento de ameaças no seu equilíbrio" (ibidem).

A mesma leitura poderá ser transferida para o domínio do social, tendo em conta a própria vida quotidiana e as relações sociais que aí se estabelecem (Alves et al., 2008:6). No âmbito das abordagens desenvolvidas pelas ciências sociais, cada vez mais se impõe, "a noção de que a vida quotidiana se organiza em torno de diversas redes e de que as interacções estabelecidas por seu intermédio tendem a influenciar, quando não marcar, os próprios processos de constituição identitária, quer na esfera pessoal, quer nas esferas social, profissional, institucional ou mesmo até territorial," (idem:7). Nesta linha de reflexão teórica, a noção de rede social "remete, desde logo, para a existência de relações, interconexões e interacções, mais ou menos intensas, entre diversas unidades interligadas, sejam indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades ou territórios na procura de convergência de influências e relacionamentos recíprocos" (...). As redes, assim entendidas, têm vindo a tornar-se características expressivas das nossas sociedades" (ibidem) e a

designada “rede social”, expressa em modalidades de organização em parceria, é um dos exemplos mais evidentes.

Esta abordagem aproxima-se da manifestada por Euclides Mance (2000:24), para quem as redes sociais são descritas como uma “articulação entre diversas unidades que, por meio de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que se podem multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos”.

Concebidas de forma geral, “as redes sociais são entendidas como sistemas de laços unindo os actores sociais” (Fischer et al. cit por Alves et al., 2008:7), assumindo diferentes formas consoante o tipo de laços e o tipo de actores sociais implicados (Guadalupe, 2009:50). Segundo esta autora, as tipologias de redes mais comuns centram-se na distinção entre redes primárias e secundárias, assentes no tipo de vínculos relacionais existentes entre os membros da rede social (idem:54). As primárias referem-se a um conjunto natural de indivíduos em interacção uns com outros, que têm afinidades pessoais num quadro não institucional, ou seja, informal, onde os vínculos são essencialmente de natureza afectiva: as redes de parentesco, de vizinhança, de amizade, etc. (Guédon cit por Guadalupe, 2009:54). As redes secundárias correspondem ao “conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado” (Blanchet et al. cit por Guadalupe, 2009:55), reportando-nos para laços institucionais, num âmbito estruturado e formal, segundo normas precisas ditadas pelo papel e função atribuída ao indivíduo, e com objectivos e vínculos essencialmente funcionais (Guadalupe, 2009:55): as associações, as instituições do Terceiro Sector.

Concluimos esta reflexão teórica com a noção defendida por Isabel Guerra (2006:27), para quem o conceito de redes começa a ser utilizado para designar a diversidade de formas organizativas, que se fazem sentir actualmente, “já que é um conceito também ele concebido para entender e analisar os mecanismos complexos das interacções, descrever o accionamento de formas de coordenação apropriadas e dar conta das dinâmicas das relações”.

A construção de uma rede social, na perspectiva de Cássio Martinho (2002:2-3), exige uma série de elementos que considera como fundamentais para o desenho e funcionamento da mesma, pois “o que faz da arquitectura da rede uma rede é o seu funcionamento

Tabela n.º 1 - Elementos fundamentais para o desenho e funcionamento de uma rede

Elementos fundamentais	Operacionalização
Valores e objectivos compartilhados	O que une os membros de uma rede é o conjunto de valores e objectivos que eles estabelecem como comuns. Não basta ter objectivos comuns para se constituir uma rede, mas uma orientação comum em relação aos mesmos.
Autonomia	Cada membro mantém a sua independência em relação à rede e aos demais membros. Não há subordinação. Na rede, cada nó vale ao mesmo tempo por dois: possui e preserva a sua própria identidade e representa o projecto colectivo da rede.
Vontade	Ninguém é obrigado a entrar ou a permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade.
Participação	A cooperação entre os membros de uma rede é o que a faz funcionar. A rede nasce de um legítimo e reconhecido desejo de participação e de construção activa de um projecto colectivo.
Multiliderança	Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões são compartilhadas. Cada membro da rede tem um nível de poder, enquanto a rede detém todo o poder.
Descentralização	Uma rede não tem centro, ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.
Múltiplos níveis	Uma rede pode desdobrar-se em múltiplos níveis ou segmentos autónomos, capazes de operar independentemente da restante rede. As acções que se realizam em parte da rede são o resultado de toda a rede.

Fonte: Cássio Martinho: "Algumas palavras sobre Rede"

As chamadas novas políticas sociais e, concretamente as Redes Sociais, apontam para uma parceria organizada em rede e nesta modalidade de organização, o "funcionamento é horizontal e cada actor da trama fornece uma cooperação parecida; a rede constitui-se e alarga-se a partir das diferentes cooperações, não existindo protagonismos dominantes. Estas parcerias estão em posição privilegiada para encontrar formas de negociação entre os parceiros até ao ponto de encontrarem plataformas de entendimento entre objectivos, as estratégias e as acções" (Gonçalves, 2006:57). No modelo proposto por Gerry citado por Gonçalves (2006:54) distingue-se dois tipos de parceria nestas estruturas de rede, com base nas suas características de interacção e funcionamento: as activas e as dependentes:

Tabela n.º 2 - Parcerias Activas e Dependentes

Parcerias activas	Parcerias dependentes
Baseadas num processo (padrão único, feito de cima para baixo/ negociado à "medida").	Baseadas num padrão estandardizado, imposto de cima para baixo.
Assenta num processo de aprendizagem capaz de procurar sinergias e concretizar complementaridades.	Articulação concretizada por fluxos de comunicação qualitativa e quantitativamente empobrecido.
Com termo flexível (médio e longo prazo).	Com termo fixo (curto e médio prazo).
Papéis negociados e sujeitos à mudança.	Papéis rígidos, impostos e imutáveis.
Papéis, funções, contributos, interdependências e articulações claramente definidas.	Papéis, funções, contributos, interdependências e articulações "turvas", indefinidas.
Riscos explícitos e interesses partilhados; relativa unidade de stakeholders. ¹⁹	Interesses partilhados e riscos implícitos, relativa divisão entre stakeholders.
Abertas à discussão e discordância.	Baseados no consenso.
Origens na actividade.	Origens nos recursos.

Fonte.: Adaptado de Gerry (2004) "Gestão de Organizações sem fins lucrativos" – citado por Gonçalves, 2006:54)

Estes dois tipos de parcerias caracterizam ainda hoje, na perspectiva de Alda Gonçalves (2006:57) o quadro da parceria da Rede Social, influenciando a capacidade de participar na acção colectiva. A evolução de um perfil dependente para o activo emergirá, segundo esta autora, de uma cultura de aprendizagem e da aquisição de um referencial comum de parceria.

¹⁹ Conceito que significa parte interessada na participação e traduz de certa forma a capacidade e o poder; as organizações/entidades parceiras.

Na perspectiva de João Manuel Nogueira (2005:21), o campo de investigação dedicado à avaliação de formas de organização em rede, da sua eficácia e eficiência encontram-se ainda pouco exploradas, embora as vantagens e potencialidades sejam largamente valorizadas na literatura sobre o tema, salientando-se essencialmente a maior eficiência, a maior capacidade de inovação e aprendizagem, a maior capacidade de solucionar problemas, entre outros. Pelo contrário, os riscos e as potenciais causas de insucesso destas estruturas mutiorganizacionais são pouco conhecidos e explorados. Contudo, a partir da literatura existente nesta matéria, este autor, faz uma identificação de alguns dos factores mais relevantes associados ao insucesso deste género de estruturas de rede:

Tabela n.º 3 - Causas Potenciais de Insucesso em Estruturas de Redes

Causas Potenciais de Insucesso em Estruturas de Redes	Efeitos
Expectativas pouco razoáveis sobre as potencialidades e resultados das formas de organização em rede.	Desilusão e desmotivação.
Ausência de confiança e transparência entre parceiros resultante da dificuldade de partilhar de forma aberta a informação.	Dificuldade em construir uma "cultura e uma ética de confiança".
Integração interorganizacional insuficiente, no sentido em que não existe uma cultura e identidades compartilhadas, mas diferenças significativas no empenho, entusiasmo e mobilização entre as organizações.	A Rede não actua enquanto uma rede, mas enquanto um conjunto de organizações parcialmente articuladas.
Ineficácia dos mecanismos de coordenação.	Reduz as potencialidades de comunicação /ligação entre as organizações parceiras.
Dificuldade em manter um equilíbrio de poderes entre as organizações parceiras.	Relação desigual entre os diferentes parceiros.
Inadequação da forma de organização em rede.	Funcionamento insatisfatório e pouco eficaz.
Desenho e gestão inapropriados da rede (meio envolvente, organizações parceiras e gestores e pessoal técnico das organizações).	Inviabilizam a lógica operatória de uma rede; gestão pouco satisfatória.
Dificuldades de mudança, aprendizagem e inovação.	Incapacidade de adaptação à metamorfose do enquadramento social e organizacional que a envolve
Carência de técnicos qualificados com competências em gestão em rede.	Reprodução de formas convencionais de gestão burocrática e tradicional.
Impactes intraorganizacionais das relações interorganizacionais.	Podem perturbar a dinâmica das organizações parceiras provocando dificuldades operacionais de funcionamento de uma rede.
Resistência à mudança (intra) organizacional (processos de reestruturação e reorganização interna).	Produz resistências e anti-corpos que colocam em risco a existência da própria rede.
Dificuldades no relacionamento entre parceiros e formação de dinâmicas irracionais.	Tensões relacionais (desconfiança, insegurança, receio de perda de autonomia, etc.) decorrentes da interdependência dos parceiros.
Efeitos não intencionados da formação da rede sobre a paisagem organizacional (enquadramento institucional do meio).	Perturbação da dinâmica de desenvolvimento da paisagem organizacional, emergência de opositores à existência da rede.

1.2. Desenvolvimento Social Local ou Territorial

A noção de desenvolvimento social assenta as suas bases em torno de um conjunto de princípios e de um programa de acção que resultaram da Conferência de Copenhaga, organizada pela ONU, no âmbito da Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano em 1995, cuja Declaração também foi subscreta por Portugal. Esta conferência teve como principal objectivo alertar o mundo para a importância de alteração das políticas que valorizavam em demasia o crescimento económico, como motor da generalização do bem-estar e da prosperidade, para o crescimento das situações de pobreza e exclusão social nas últimas décadas e para as questões ambientais (ISS, 2003:13).

É com base nesses princípios que visam a garantia da coesão social assente na justiça social e no desenvolvimento social, através de programas coordenados de luta contra a pobreza e exclusão social, que se consideram como pilares do Desenvolvimento social: a erradicação da pobreza, a promoção do emprego e a integração social. De acordo com a mesma Declaração, estes pilares para o Desenvolvimento Social assentam num conjunto de pressupostos que visam reforçar a intervenção da sociedade civil e comunidade, favorecendo os mecanismos de participação, sobretudo, daquelas pessoas que se encontram em situação de exclusão, da descentralização e transparência na administração em todos os sectores, criando um clima favorável ao fomento de um desenvolvimento sustentável mais abrangente que articule o desenvolvimento social com o económico e a protecção do ambiente, cujo fim último é a melhoria e elevação da qualidade de vida das populações (ibidem).

O Programa Rede social surgiu, assim, num contexto em que se afirmam tendências de descentralização e territorialização do combate à pobreza e exclusão social, contribuindo para uma maior responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e redução das assimetrias territoriais que caracterizam a sociedade portuguesa. O Território emerge como cenário privilegiado desta nova configuração de políticas sociais, marcando uma nova fase na sua concepção e execução, assente numa nova lógica de proximidade ao cidadão. Remete-se para o *Local* e para o desenvolvimento de medidas de política social que se apoiam em redes territoriais, alicerçadas em dinâmicas locais e numa visão territorializada dos recursos, meios e respostas eficazes para a erradicação e atenuação da pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento social.

“O conceito de territorialização deve ser entendido como o espaço de referência onde se manifestam os problemas e necessidades individuais, mas também as relações sociais, os recursos e potencialidades” (Faqueiro, 2002:21). Espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efectiva e de formas de regulação social, em que o Estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando factores de mudança propiciadoras da inserção dos mais desfavorecidos (IDS/MTS, 1999:17).

Nesse sentido, o Programa Rede Social assume a necessidade de adequar os projectos de desenvolvimento social às especificidades dos contextos sócio-territoriais, unidades concelhias, apelando a intervenções participadas. É a dimensão local da problemática do desenvolvimento, ou seja, o Desenvolvimento Social Local ou Territorial, entendido com um “ processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida, animado pela procura da solidariedade e justiça social e alimentado pela participação colectiva enquanto força de expressão comunitária e individual (...) e tendo sempre presente as motivações e o envolvimento dos actores perante os processos de mudança, bem como os valores identitários de que as comunidades locais são portadoras” (Ruivo, 2000:54).

Estes princípios constituíram as linhas orientadoras na construção do Plano de Desenvolvimento Social/PDS, entendido como “um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local “ (ISS, 2003:15), procurando vincular e abarcar as iniciativas de todos os agentes, cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social daquele território. Este plano traça o retrato de uma mudança social desejável e realista nos territórios onde vai ser implementado e define as linhas orientadoras do percurso e do processo a desenvolver para atingir essa mudança (ibidem). A construção de um PDS exige três etapas, *o diagnóstico da situação, a definição de linhas orientadoras e a operacionalização do Plano de Acção, inserindo-se num processo de planeamento estratégico* que procura dar resposta às rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas.

1.3.Planeamento Estratégico

A Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro perspectiva a Rede Social como uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado, feito em parceria, visando racionalizar e trazer maior eficácia à acção das entidades públicas e privadas que actuam numa mesma unidade territorial.

À semelhança do que ocorre com os restantes conceitos já abordados, o do planeamento também tem sofrido alterações ao longo do tempo. Os primeiros esforços de planeamento surgiram, fundamentalmente, após a II Guerra Mundial, quer pela necessidade de reconstruir uma Europa devassada pela guerra como pelas exigências de um sector industrial de forte dimensão e complexidade (Teixeira, 2000:5). As formas de planeamento tradicionais, que tiveram o seu auge nas sociedades do pós-guerra, nas décadas de 50 e 60, tinham uma previsão bem definida de um futuro, “considerando-o como uma simples projecção do passado” (idem:6). Este tipo de planeamento entrou em crise, na década de 70, devido à sua incapacidade para responder com eficácia à instabilidade e incerteza que caracterizavam os sistemas sócio-económicos modernos, que exigem maior flexibilidade na acção de planear e anunciam a emergência de um novo paradigma – *o planeamento estratégico* - no qual a previsão dá lugar à prospectiva (Perestrelo, 2002:35). “ O planeamento é

considerado um processo dinâmico sujeito a revisão permanente, com o envolvimento dos actores” (ibidem), na medida em que o futuro é algo que é construído de forma voluntária, através da criação de “novas estruturas e normas de regulação” (...) planejar é inventar e construir um futuro possível e desejado” (Teixeira, 2000:6).

Na mesma linha de reflexão conceptual, Isabel Guerra (2006: 9) encara o planeamento “como um modelo de auto-regulação societal (...) como uma forma de acção colectiva no contexto do jogo estratégico de actores, tendo em vista a obtenção de um futuro desejável. Neste sentido, “o planeamento estratégico surge como um método sistemático para gerir a mudança”, exigindo a definição de modelos de acção colectiva abertos à inovação social, à participação e aprendizagem por parte dos actores sociais, a técnicas de planeamento mais funcionais, como as de mediação, de identificação de interesses, de gestão de conflitos e de estratégias comunicativas, de forma a conseguir equilíbrios efectivos e legítimos para uma decisão colectiva e uma acção mais consistente e desejável (idem:157).

O planeamento estratégico é assim, entendido como um processo contínuo, flexível e interactivo, susceptível às mudanças que ocorrem no território, participado e monitorizado por uma parceria activa e multidisciplinar, com o objectivo de alcançar um consenso sobre os objectivos, as estratégias e os resultados a concretizar (Castro, 2009:42). O Programa Rede Social assenta nesta lógica de planeamento como o objectivo de promover um desenvolvimento social realista e adequado ao território, ao apelar a um diagnóstico participado das realidades sociais locais e à definição de estratégias que permitam alcançar um futuro desejado e partilhado pelas próprias comunidades.

1.4. Participação e Acção colectiva

Na perspectiva de Isabel Guerra (2006:12) “a defesa de novas formas de decisão e acção colectiva advém não apenas da crise de legitimidade do Estado e da emergência e reivindicação dos actores²⁰, mas também da complexidade dos problemas e da multiculturalidade necessária para a maioria das decisões, o que é incompatível com aparelhos públicos centralizados e culturalmente homogêneos”.

A promoção de uma participação mais efectiva das populações, através de uma mudança dos tradicionais modelos de governo local, apoiados numa lógica de democracia representativa, para novos modelos assentes na emergência de uma democracia participativa, é uma realidade cada vez mais crescente, associada às profundas mudanças culturais e de mentalidades das nossas sociedades, onde é cada vez mais visível a forte pressão pública no sentido de uma maior participação (Monteiro, 2006:93). “Se aos governos continua a competir governar e guiar os destinos

²⁰ Actores Sociais: São pessoas, grupo ou instituições com interesses no projecto ou programa, incluindo os que estejam envolvidos ou excluídos do processo de decisão, se relacionam de forma directa ou indirecta com a intervenção, quer por constituírem agentes de intervenção quer por constituírem o público a quem se destinam as acções. Agentes Sociais: actores institucionais.

da gestão pública (central e local), o desafio de um novo modelo de governança²¹ envolve uma interação entre o público e o privado, entre as instituições e as populações, entre concepções top-down e botton-up de como a sociedade deve ser organizada” (ibidem).

Nos últimos anos, a importância da participação da população, quer dos públicos organizados, quer do cidadão nas decisões públicas, tem vindo a impor-se gradualmente e os seus benefícios tem vindo a ser salientados por diversos investigadores. Neste âmbito, Alcides Monteiro (2006:88) salienta dois grandes benefícios da participação: a participação qualifica e confere uma maior eficácia ao exercício da decisão pública, pelo conhecimento e incorporação das preferências e do saber detido pelos cidadãos; a participação possibilita a criação de um clima de confiança entre instituições e população e um aumento do seu nível de informação e educação, gerando capital social.

Na perspectiva de Fukuyama citado por Moreira (2007:27-28), o nível de confiança de uma determinada sociedade é avaliado a partir do seu capital social, que por sua vez constitui uma parte do capital humano, que tem a ver com a capacidade das pessoas se associarem, capacidade determinante não só para a vida económica, como para todos os aspectos da vida social. “A capacidade de associação depende, por seu turno, do grau de partilha de normas e valores no seio das comunidades e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses mais latos”. (ibidem). O capital social de uma sociedade emerge da cultura, não estando, por isso, uniformemente distribuído entre as sociedades, algumas mostram mais propensão do que outras para a associação. A cultura portuguesa situa-se no contexto das sociedades de fraco nível de confiança que se caracterizam por serem “sociedades com forte capacidade de associação no interior da família, mas com fraca capacidade de associação fora dela, isto é, ao nível da sociedade civil” (Corvelo et al. cit por Moreira, 2007:28), revelando, por isso, uma baixa taxa de participação cívica e de filiação associativa. As sociedades que manifestam um baixo nível de confiança não são detentoras do capital social suficiente para desenvolverem acções de cooperação e, por essa via, criarem redes inter-organizacionais. Portugal, enquadrado nas sociedades de baixo nível de confiança está, assim, mais dependente do papel do Estado do que sociedades onde o nível de confiança ultrapassa as fronteiras da família (Moreira, 2007:30).

“A criação de um capital social (individual, comunitário e organizacional) só resulta de experiências que são marcadas pelo estabelecimento de efectivas redes de reciprocidade e a consolidação de climas de mútua confiança” (Monteiro, 2006:89). O fortalecimento da capacidade de participação nos actores da parceria, segundo Jurgen Nowak citado por Gonçalves (2006:55) depende de três ordens de capacidades: a) capacidades de método (técnico-operativas), essenciais na implementação dos instrumentos de planeamento (diagnostico, planeamento estratégico e avaliação); b) capacidades

²¹ A palavra governança é utilizada para designar as novas formas de exercer o governo da nação fazendo apelo às parcerias.

próprias ou pessoais; c) capacidades sociais que norteiam as capacidades de comunicação e relacionamento fundamentais na interacção da parceria.

Nesta linha de pensamento, Alcides Monteiro (2006:93-95) considera que o Programa Rede Social é “uma iniciativa inovadora e detentora de condições para contribuir para esta mudança, ao privilegiar metodologias participativas como plataforma para novos modelos de planificação e intervenção em prol do desenvolvimento social local (...). O caminho percorrido deixa antever que estes desafios vão sendo incorporados, numa primeira etapa, por aqueles que lhe podem dar corpo, ou seja, pelos agentes directos da intervenção: autarcas, IPSS, representantes locais dos serviços públicos, entre outros”, contribuindo para a transformação do panorama da luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal, ao nível das mentalidades, das metodologias e das práticas, tanto no plano nacional como local. Contudo, essa participação não deve ser restringida a um determinado quadro de actores institucionais, mas deve-se alargar a outros actores sociais e às populações, em particular às mais desfavorecidas.

Assim, este autor (2006:89), salienta a importância do entendimento dado ao conceito de participação, nomeadamente de “participação pública”, conceito que implica um “elevado grau de empowerment do público e uma directa influência nos processos de decisão”, só possível com a aquisição de uma consciência crítica que lhe permite participar em qualidade. Esta consciência crítica desenvolve-se a partir de uma aprendizagem e de uma experiência directa da participação. Neste sentido, o empowerment assume-se como um princípio da cidadania activa e como um processo capaz de aproximar e adequar as intervenções às necessidades e expectativas dos cidadãos. Para este autor (idem:94) é possível implementar um conjunto de medidas que potenciem uma efectiva dinâmica de participação/parceria e um inovador modelo de governança local:

Quadro n.º 4 - Medidas para uma efectiva dinâmica de participação/parceria

Rede Social
Medidas para uma efectiva dinâmica de participação/parceria
Discutir abertamente o tipo de participação que se quer e aquele que as condições exigem e permitem; ambicionar a um envolvimento activo e co-responsabilização geradores de empowerment.
Planificar a implementação de uma metodologia participativa.
Multiplicação e diversificação dos modelos de participação e parceria.
Consolidação de um capital de confiança como meta primordial.
Incrementar em todos os agentes uma mais efectiva capacidade de participação, através do contacto com novas metodologias participativas e o treino para saber lidar com elas.
Recurso a animadores e mediadores.
Circuitos eficazes de disseminação da informação.
Adopção de um código ético que assuma equidade como valor e a democracia como exercício.
Sistema de auto-avaliação e monitorização sobre as práticas de parceria.
Incremento da cultura de participação pública como uma prioridade e uma efectiva responsabilidade a ser avaliada nos seus resultados práticos.

2.OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede social teve o seu início após a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro. Esta Resolução designa por Rede Social “ *o conjunto das diferentes formas de entreaajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulam entres si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento local*”. O Programa Piloto da Rede Social foi posteriormente aprovado em reunião do Grupo de Acompanhamento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social em Abril de 1999, entidade responsável por operacionalizar as orientações da RCM, definindo os princípios, as metodologias e linhas de intervenção deste programa, tendo abrangido, numa fase inicial, 41 territórios. Este programa veio a ser posteriormente regulamentado pelo Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho.

A filosofia de base subjacente ao Programa Rede Social defende que é” no local que os problemas acontecem e terá de ser aí que deverão ser encontradas as soluções para os resolver, de forma integrada e ajustada ao indivíduo ou família, envolvendo de uma forma sistemática todas as entidades públicas e privadas que actuam na comunidade” (Castro, 2000:15). Esta filosofia fundamenta-se no reconhecimento do importante papel das redes de entreaajuda e de solidariedade social, que sempre existiram no nosso país, nos mais diversos campos de intervenção, com o objectivo de fomentar a construção de uma consciência colectiva e responsável pelos diferentes problemas sociais e sua resolução (RCM, 1997) e a criação de redes de apoio social integrado. Como já referimos, nos países do Sul, e mais concretamente, em Portugal, a intervenção das redes de solidariedade local sempre foi uma evidência, substituindo-se ao insuficiente Estado-Providência, chegando-se mesmo a falar na coexistência de uma Sociedade-Providência forte com um Estado Providência fraco (Santos, 2000:43). Contudo, nos últimos anos, aquela tem vindo a atenuar-se, segundo Bruto da Costa (1998:192), devido a uma crescente responsabilização do Estado na protecção social, visível na própria sustentabilidade das IPSS, dependentes da comparticipação do Estado e na percepção que os cidadãos têm da pobreza e dos pobres.

Este programa veio, assim, reactivar estas redes de solidariedade local, de uma forma mais organizada e sustentada no combate à pobreza e exclusão social, em parceria com as entidades públicas, como está previsto no seu quadro legislativo, assente em princípios fulcrais como: a visão multidisciplinar e multidimensional da pobreza e exclusão social, o empowerment das pessoas, dos grupos e comunidades, o mainstreaming²² das políticas, as parcerias contratualizadas, a territorialização da intervenção, as práticas de intervenção inovadoras na concretização das medidas

²² Mainstreaming da inclusão social consiste em integrar a preocupação com a pobreza e exclusão social na concepção, implementação e avaliação das medidas de política dos diversos sectores para manter e reforçar uma abordagem multidimensional e intersectorial

de política social, capazes de contribuir para o desenvolvimento social local. O referido programa assenta conceptualmente em seis princípios de acção e em sete objectivos estratégicos.

Tabela n.º 5 - Objectivos e Princípios da Rede Social

	Objectivos	Princípios
Rede Social	Combater a pobreza e exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais.	Subsidiariedade – assente na convicção que é no local, ao nível mais próximo das populações que devem ser encontradas preferencialmente nas respostas aos problemas sociais.
	Promover o desenvolvimento social integrado.	Integração – intervenções integradas e multisectoriais assente na convergência das medidas sociais, económicos e ambientais.
	Promover o Planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos.	Articulação – articular a intervenção dos diversos actores locais, através da criação de uma parceria estratégica em torno de um projecto de desenvolvimento global comum.
	Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão/PNAI.	Participação – a participação deve alargar-se aos actores sociais e às populações, em particular às mais desfavorecidas.
	Integrar objectivos de promoção do da Igualdade do género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade/PNI nos Instrumentos de Planeamento.	Inovação – privilegia-se a mudança de atitudes, culturas organizacionais., práticas e modelos de intervenção face às aceleradas dinâmicas de mudança sociais.
	Garantir maior eficácia do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local.	Igualdade de Género – a dimensão do género está presente nas medidas, acções e na avaliação dos impactos.
	Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e população em geral.	

Fonte: Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de Junho; IDS- Programa Piloto da Rede Social (1999- 2000)

A proposta metodológica do programa Rede Social assenta numa estratégia participada de planeamento, processo que engloba várias etapas de trabalho: *Diagnóstico social participado*, que inclui a identificação das necessidades e dos problemas prioritários e respectivas causalidades, assim como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais. Este instrumento dá origem ao Sistema de Informação actualizado que permite um conhecimento aprofundado do território, sendo “alimentado” e partilhado por todos os parceiros; a elaboração e operacionalização do *Plano de Desenvolvimento Social*, que fixa os objectivos e as estratégias de intervenção, baseados nas prioridades definidas no Diagnóstico social; a elaboração e concretização dos *Planos de Acção*, a partir da relação entre os objectivos, os meios e a estratégia delineada pela Rede Social de cada concelho; e a definição do processo de *Avaliação* como um instrumento fundamental para orientar a intervenção social com maior eficácia, eficiência e equidade.

As estruturas locais de parceria deste programa corporizam-se nos *Conselhos Locais de Acção Social/ CLAS* e nas *Comissões Sociais de Freguesia/CSF*, constituindo-se como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente ao nível concelhio e de freguesia. Este Programa confere um papel central às autarquias, ao definir que estes órgãos serão presididos, em princípio, respectivamente pelo Presidente das Câmaras e das Juntas de Freguesia. As *Plataformas Supraconcelhias* potenciam outras dimensões de desenvolvimento, de equipamentos de âmbito regional e instâncias de planeamento mais estruturantes e de nível supraconcelhio, sendo a sua coordenação da responsabilidade dos Centros Distritais de Segurança Social.

Os CLAS apresentam algumas características comuns no seu funcionamento/organização: Plenário ou parceria alargada, o Núcleo Executivo e Grupos de trabalho temáticos. Quanto às CSF, estas constituem estruturas de parceria de proximidade e conhecedoras privilegiadas dos problemas de pobreza e exclusão social, numa perspectiva micro. As Plataformas Supraconcelhias, como uma forma de organização da Rede de âmbito territorial equivalente às NUT III, vem preencher um espaço de articulação e de planeamento ao nível supra-municipal, com envolvimento de níveis hierárquicos não mobilizados no CLAS (Governador Civil, Directores, Delegados Regionais, etc.) e uma rentabilização de recursos, dificilmente mobilizáveis pelos CLAS (ISS, 2010:3). Aquelas permitem a implementação de um nível de planeamento mais alargado que o local, garantindo uma visão regionalizada dos principais problemas de País e uma articulação mais efectiva com as instâncias nacionais, com os planos, medidas e programas nacionais, contribuindo para reforço da coordenação política ao nível do combate à pobreza e exclusão social, essencial para a eficácia e eficiência da Estratégia global para a Protecção Social e inclusão Social (ibidem).

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à pobreza e exclusão social, importa referir o papel dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social/CLDS, como um novo instrumento privilegiado de intervenção das Redes, constituindo-se como projectos multisectoriais integrados, assentes na contratualização entre entidades locais, que visam combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios mais deprimidos, direccionadas para eixos de intervenção prioritários: emprego, formação e qualificação; intervenção familiar e parental; capacitação da comunidade e das instituições e informação e acessibilidade.

As Redes constituem igualmente um instrumento por excelência de operacionalização do PNAI que representa um compromisso do Estado português com a União Europeia para a promoção da inclusão na Europa, ao promover a integração dos seus objectivos, prioridades nacionais e medidas de política nos seus instrumentos de planeamento, possibilitando maior coerência e coordenação territorializada de medidas de âmbito nacional.

3. AS POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS DA INTERVENÇÃO DA REDE SOCIAL

Tendo presente os Relatórios de Avaliação nacionais efectuados a este Programa, ao longo dos seus dez anos de operacionalização, é possível congregarmos alguns dos obstáculos/constrangimentos e potencialidades mais evidentes e referenciados por diversos autores, assim como os seus principais impactos no combate à pobreza e exclusão social, aspectos que se revelam de forma diferenciada consoante as diferentes dinâmicas territoriais.

Tabela n.º 6 - Constrangimentos/Obstáculos

Rede Social
Constrangimentos/Obstáculos
Culturas organizacionais marcadas por estruturas hierarquizadas e verticalizadas.
Afectação da responsabilidade da gestão do programa a um Ministério específico e a inexistência de articulações interministeriais formais, que conduzem a uma sobreposição de parcerias, de projecto e iniciativas a nível local.
Multiplicação excessiva deste tipo de estruturas dando origem a uma dispersão de esforços e uma actuação casuística orientada para respostas às prioridades de cada uma destas estruturas.
Programa criado de cima para baixo.
Adopção de uma estrutura organizacional tipificada, que não favorece a co-responsabilização e a partilha de capacidades de decisão.
Insuficiente grau de adesão dos dirigentes e chefias, reflectido no envolvimento delegado que acaba por marcar a distância entre momentos de decisão técnica e de decisão política.
Ausência de agentes relevantes, nomeadamente do sector económico.
O carácter não vinculativo do PDS legitima a manutenção de intervenções casuísticas, pouco integradas.
A não incorporação dos PDS nos Planos Directores Municipais/PDM, comprometendo o seu alcance em termos do seu carácter de gestão Sócio-Territorial.
Reprodução de hierarquias e disparidades de poder entre os parceiros.
As diferentes percepções de pobreza e de parceria (visões, valores e missão diferenciada) e o desconhecimento de planos e políticas do território.
Participações assimétricas (oportunismo e a dependência, incipiente envolvimento de alguns órgãos do poder local).
Dificuldade em promover o envolvimento dos destinatários dos programas e medidas.
Dificuldade de produzir resultados directos com impacto nos destinatários dos programas.
Escasso investimento em domínios de articulação Supraconcelhia.

Fonte: Avaliações do IDS (2005); Avaliação do Centro de Estudos Territoriais (2005, citado por Castro, 2009); Gonçalves (2006); Monteiro (2006), Castro (2009), Amor (2005)

Tabela n.º 7- Potencialidade

Rede Social
Potencialidades
Afirmação das parcerias alargadas.
Mobilização de recursos institucionais e da comunidade.
Implantação dos sistemas de informação, capazes de promover uma maior difusão da informação a todos os actores sociais.
A heterogeneidade dos perfis, a visão multidisciplinar e intersectorial.
Construção de Planos nacionais que contemplem as prioridades e necessidades locais.
A adaptação às especificidades territoriais.
Os pareceres da Rede Social relativos a financiamentos públicos.
Introdução de técnicas de diagnóstico e planeamento estratégico.
Progressiva articulação com políticas, medidas e outros instrumentos de planeamento de âmbito local, regional e nacional
A maior capacidade de inovação, aprendizagem e de resolução de problemas.
A perspectiva de emancipação e protagonismo activo dos destinatários dos programas.

Fonte: Avaliações do IDS (2005); Avaliação do Centro de Estudos Territoriais (2005, citado por Castro, 2009); Gonçalves (2006); Monteiro (2006), Castro (2009), Amor (2005)

Tabela n.º 8 - Impactos da Rede Social

Rede Social
Impactos da Rede Social susceptíveis de contribuir para a melhoria dos processos de combate à pobreza e exclusão social
Mudança profunda na intervenção social das autarquias.
Transformação nas formas de se intervir na área social, garantindo maior eficácia.
Obtenção de formas de complementaridade entre as medidas, programas nacionais e os instrumentos de planeamento locais, potenciando os resultados.
Aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais, gerando respostas específicas para necessidades específicas.
Transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e de abertura às outras entidades e às populações.
Incremento da mobilização e participação dos destinatários dos programas e projectos de intervenção social, numa lógica de empowerment.
Cobertura mais adequada de serviços e equipamentos sociais nos concelhos.
Maior difusão da informação actualizada a todas as entidades e agentes.
Maior capacitação das entidades parceiras.

Fonte: Avaliações do IDS (2005); Avaliação do Centro de Estudos Territoriais (2005, citado por Castro, 2009); Gonçalves (2006); Monteiro (2006), Castro (2009), Amor (2005)

Com base nos relatórios de avaliação acima referenciados, o Programa Rede Social contribuiu para uma evolução positiva do trabalho em parceria, como uma estratégia participativa para a inserção e a promoção do desenvolvimento social local, apresentando um conjunto de vantagens e potencialidades, susceptíveis de contribuir para a melhoria dos processos de combate à pobreza e exclusão social. Contudo, na opinião de João Nogueira (Nogueira, 2005:36), se quisermos potenciar essas conquistas, “é necessário tomar algumas precauções, de modo a diminuirmos consideravelmente as possibilidades de insucesso ao nível do funcionamento destas estruturas de rede e as consequências daí decorrentes”.

Os constrangimentos acima referenciados, que não reflectem todos problemas possíveis de emergir no decurso do desenvolvimento destas estruturas de rede local, podem constituir-se como bloqueadores do trabalho de parceria, comprometendo o processo de decisão e, em última instância, o objectivo ou resultado comum acordado, com efeitos e consequências quer sobre a Rede Social, enquanto estrutura multiorganizacional, e cada uma das entidades parceiras, quer sobre o seu principal desafio, o combate à pobreza e exclusão social. Estes obstáculos não devem constituir motivo de desânimo e desmotivação, mas devem ser levados em consideração e assumidos enquanto riscos inerentes a estas novas arquitecturas organizacionais (ibidem). O trabalho em parceria e as redes exigem uma aprendizagem específica por parte dos actores sociais e um desempenho coerente com essa aprendizagem (Carmo, 2007:229).

Apesar do Programa Rede Social constituir um instrumento por excelência, para a redução e eliminação da pobreza e exclusão social, importa saber até que ponto a prossecução dos seus objectivos contribuiu para este objectivo final, até que ponto a sua forma de organização e funcionamento produziu maior eficácia, até que ponto o perfil das suas organizações não foi bloqueadora deste processo. Este projecto de pesquisa visa reflectir sobre todas estas questões, na perspectiva dos seus intervenientes, a partir do estudo de um caso, o concelho de Ovar, de forma a poder-se compreender melhor o papel do Programa Rede Social no combate à pobreza e exclusão social.

CAPÍTULO III – O ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

“É necessário que o desenvolvimento na sua visão mais ampla seja preparado, Pensado e iniciado pelos territórios. O desenvolvimento é algo que irradia do conjunto. As pessoas vão compreender cada vez melhor este fenómeno e apropriar-se dos Mecanismos de desenvolvimento dos seus próprios territórios”
Bernard Achon

CAPÍTULO III – O ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SÓCIO-ECONÓMICO DO TERRITÓRIO

A caracterização do concelho de Ovar baseou-se no diagnóstico social elaborado pelo Núcleo Executivo do CLAS em 2009.²³

1.1. Localização Geográfica



Figura 1

Ovar situa-se na Região Centro do País (NUT II), integrando a sub-região do Baixo Vouga (NUT III), sendo limitada a norte pelas sub-regiões do Grande Porto e Baixo Mondego. É ainda parte integrante do distrito de Aveiro, o qual tem 2 799,5 km², distribuída por 19 concelhos. O Concelho de Ovar é limitado a poente pelo Oceano Atlântico, a nascente pelos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, a norte pelo município de Espinho e a sul pelos concelhos de Estarreja e Murtosa e pela Ria de Aveiro. Possui uma extensão de 147,5 km², distribuída por 8 freguesias²⁴, com uma população residente,²⁵ em 2008, de 57 983 habitantes, e m uma densidade populacional de 392.6 hab/km², sendo o terceiro concelho mais populoso do distrito de Aveiro.

1.2. Características Demográficas

Com base em dados do INE, o Concelho de Ovar em 2001 apresentava taxas de crescimento populacional elevadas, registando um aumento de 1991 para 2001 de cerca de 11%, mais do dobro em relação à variação registada no País (5%) e na Região Centro (3.5%), sendo um dos concelhos de Aveiro, com maior variação do seu efectivo populacional nesse período. Presentemente, a taxa de crescimento efectivo tem vindo a decrescer, embora ainda mantenha um valor positivo, sendo o nono concelho do distrito com a maior taxa (0,38%). Apesar de não ser considerado um concelho envelhecido, Ovar registou, entre 2001-2008, uma perda de população nos escalões mais jovens (22% no escalão dos 0-4 anos, 19% no dos 20-24 anos e 15.5% no dos 25-29 anos), sendo o terceiro concelho do Distrito de Aveiro com a taxa de envelhecimento mais baixa. Ovar pertence ao grupo dos concelhos do Distrito que ainda regista um saldo demográfico positivo. Relativamente à

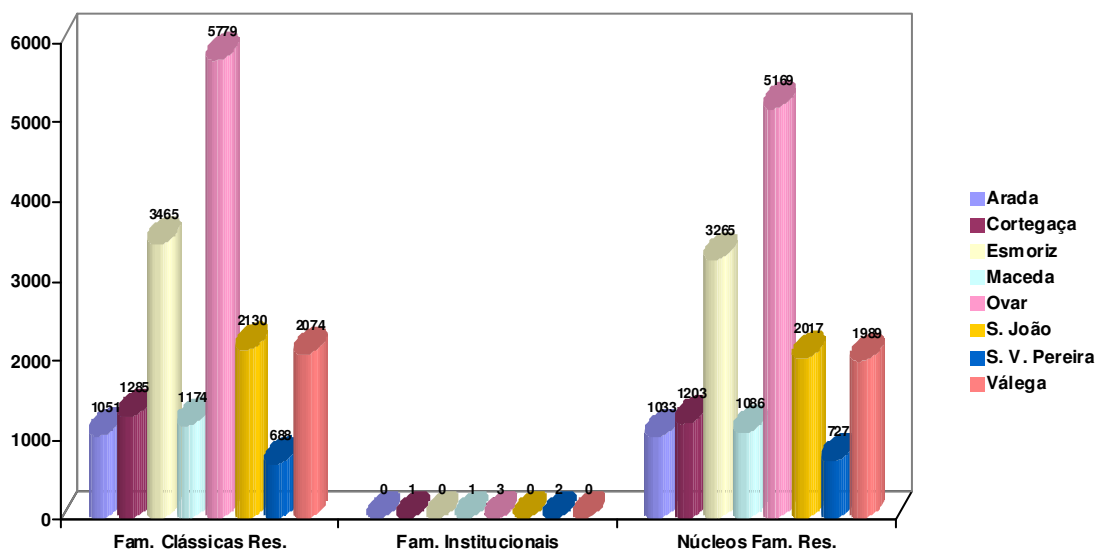
²³ Este foi produzido com dados das seguintes fontes: INE (Recenseamentos e Anuários Estatísticos), o Instituto de Emprego e Formação Profissional/IEFP, o Instituto da Droga e Toxic dependência/IDT, Instituições Locais, Serviços da Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e Informadores Privilegiados.

²⁴ Ovar, Esmoriz, Cortegaça; Válega, Arada, S. Vicente de Pereira, S. João de Ovar e Maceda.

²⁵

caracterização das famílias, em 2001, denota-se uma diminuição da dimensão média da família e consequentemente um significativo índice de pessoas isoladas, 10.5% (média nacional = 17%; média do Distrito = 12.5%; média do Baixo Vouga = 14%). Contudo, salienta-se que cerca de 13% das famílias residentes no concelho correspondiam ainda a famílias numerosas (com 5 ou mais elementos).

Gráfico nº 1 – Número de Famílias existentes em 2001, por freguesia



Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001- Diagnóstico social de Ovar-2009

1.3. Educação

Ao nível da instrução, dos 55 198 residentes no concelho de Ovar, em 2001, 10.5% não tinham instrução (média nacional 12.5% e média do Baixo Vouga 10.7%), 23% detinham apenas o 1.º Ciclo completo (média nacional 23% e média do Baixo Vouga 24%), 10% tinham o 2.º Ciclo completo (média nacional 8% e média do Baixo Vouga 9%) e 5% completaram o 3.º Ciclo, a mesma percentagem do País e do Baixo Vouga; Por sua vez, 5.5% detinham o Ensino Secundário (média nacional 7% e média do Baixo Vouga 5%) e apenas 1.3% o Curso Superior (média nacional e do Baixo Vouga 1.5%). Se por um lado, Ovar detinha uma média de residentes sem instrução inferior à média nacional e do Baixo Vouga, por outro, também tinha uma percentagem inferior de residentes que completaram o Ensino Secundário e o Ensino Superior. À semelhança do país, o número de mulheres sem instrução em Ovar era superior ao dos homens nos anos de escolaridade básica, verificando-se o contrário no Ensino Secundário e Superior. O Concelho de Ovar apresentava uma significativa taxa de analfabetismo em 2001 (6.3%), uma elevada taxa de insucesso escolar, no ano lectivo de 2006/2007, nomeadamente no 3º Ciclo (21%) e secundário (cerca de 20%) e uma taxa bruta

de escolarização no Ensino Básico e no Ensino Secundário inferior à nacional (107.6% e 83.4% versus 118% e 102.3%, respectivamente).

1.4.Habitação

O parque habitacional do concelho de Ovar tem crescido a um ritmo igual ao do País e do Distrito de Aveiro (0.7% ao ano). Em 2001, o parque habitacional no concelho de Ovar era constituído por uma significativa percentagem de edifícios antigos (19% tinham mais de 65 anos, dos quais 45% tinham mais de 90 anos) que necessitavam de grandes beneficiações/ reparações (33%) e um elevado número de alojamentos vagos (2148 em 2001). Caracterizava-se ainda pela existência de 146 edifícios não clássicos (barracas e outros); 63 edifícios sem electricidade; 401 sem água, 774 sem retrete e 1 138 sem aquecimento; 20% dos edifícios existentes eram de uso sazonal e registava-se um elevado número de pedidos de habitação social (506 em Janeiro de 2009, dos quais 189 prioritários), entre habitações muito degradadas/sem condições de habitabilidade, em sobreocupação e situações de rendas elevadas; Os preços elevados das habitações para aquisição e arrendamento caracterizam igualmente o parque habitacional deste concelho.

1.5.Acção Social / Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

A identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais desenvolvidas pelas instituições de carácter social do concelho é fundamental para o processo de planeamento e de decisão em matéria de política de acção social. Tendo por referência Dezembro de 2009, foram identificadas dezanove entidades proprietárias ou gestoras de equipamentos sociais, classificadas como entidades não lucrativas, compreendendo as IPSS/ONG e equiparadas. A distribuição dos equipamentos sociais está repartida de forma desigual de acordo com a concentração populacional e localização geográfica pelas diferentes freguesias, existindo apenas uma, a de Arada, que não dispõe de qualquer equipamento social. Quanto à área de intervenção dos equipamentos, cerca de 47% são dirigidos à Infância e Juventude e 31% à População Idosa, o que manifesta a maior preocupação com estas áreas. Existem ainda nove equipamentos de apoio à Família e Comunidade e três de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência. O esforço de investimento na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais no concelho de Ovar tem-se reflectido no alargamento da capacidade instalada por relação a 2004, sobretudo ao nível de Creche, Lar de Idosos e Centro de Dia.

1.6.Saúde

Da caracterização efectuada, com base nos censos de 2001, salientamos os principais indicadores de saúde no concelho de Ovar: Baixa taxa natalidade Ovar (abaixo dos 10% e abaixo da média nacional e uma baixa taxa de fecundidade e maternidade tardia; Taxa de mães adolescentes superior à nacional (0.4% versus 0.2%); Diminuição da taxa de mortalidade; Cerca de 24.5% da população

portadora de deficiência em Portugal residia na Região Centro, da qual 15% habitava na Região do Baixo Vouga; Dos 24 011 indivíduos portadores de deficiência residentes na Região do Baixo Vouga, cerca de 13% estavam registados no Concelho de Ovar; Elevado número de pessoas com dependências: 4.500 doentes alcoólicos, 6.000 bebedores excessivos (dados de 2006) e 113 dependentes de substâncias psicoactivas encontravam-se em tratamento neste concelho (dados de 2008).

1.7. Tecido Económico

No século XX, com a industrialização, a partir das décadas de 50 e 60, Ovar transforma-se num concelho de rosto diferente, onde mais de metade da população activa se emprega no sector secundário, subvertendo profundamente o secular quadro rural e piscatório. Com a implantação de fábricas de capital estrangeiro e nacional durante os últimos anos, Ovar dispõe de um leque muito variado de actividades que vão da agricultura, à produção animal, silvicultura e pesca, às indústrias transformadoras, à construção, ao comércio por grosso e a retalho, à reparação e montagem de veículos automóveis, para além das vastas áreas propícias ao mais diversificado tipo de actividades turísticas: praia e ria de Aveiro.

A população do sector primário tem diminuído progressivamente e a agricultura tem na economia do agregado familiar um carácter cada vez mais subsidiário. Com base nos censos de 2001, 14.782 pessoas trabalhavam no sector secundário, 11.276 no terciário e apenas 544 no primário. A maioria da população residente no Concelho de Ovar, com 15 ou mais anos, em 2001, encontrava-se empregada nos grupos de profissões mais desqualificadas: Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, apesar de 13% pertencer aos Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa e ao Grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

Quadro n.º 1

Q. População empregada em 2001, segundo o sector de actividade económica e sexo										
Área Geográfica	Primário		Secundário		Terciário				Total	
					Serviços de natureza social		Serviços relacionados com activ. Económica			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
País	155.387	76.259	1.138.958	493.680	411.500	776.127	893.243	705.793	2.599.088	2.051.859
Região Centro	43.768	24.711	270.974	112.562	86.866	164.323	173.085	130.084	574.693	431.680
Ovar	311	233	8.912	5.870	1.419	3.091	4.128	2.638	14.770	11.832

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001- Diagnóstico social 2009

No que concerne à população empregada em 2001, segundo o nível de instrução, verifica-se que no Concelho de Ovar, 33% ou não tinha instrução ou detinha apenas o 1.º ciclo completo, cerca de 37% tinha menos de 6 anos e 53% tinha apenas até o 6.º ano. Com menos de 9 anos de escolaridade

encontrava-se cerca de 60% dos empregados. Apenas 2% detinha um Curso Superior. Em 2006, a média nacional de trabalhadores por conta de outrem com habilitações literárias inferiores ou iguais ao 2.º Ciclo era cerca de 44%, sendo superior a 50% no Distrito de Aveiro e em Ovar. A média nacional de licenciados era 9.5%, rondando os 7% na Região Centro e no Distrito de Aveiro, sendo inferior no concelho de Ovar, ao atingir apenas 6%.

Em 2006 a densidade de empresas no concelho de Ovar era significativamente superior à nacional e regional, sendo o quarto concelho do Distrito de Aveiro com o maior número de empresas sedeadas, e o quinto em termos de empresas ligadas à indústria transformadora. A média de pessoas ao serviço por empresa era superior à nacional e regional, assim como o volume de negócios por empresa, sendo mesmo o segundo maior do Distrito de Aveiro. No geral, o número de empresas cresceu entre 2002 e 2004, sofrendo uma diminuição significativa nos anos seguintes, em virtude da deslocalização de algumas destas fábricas e encerramento por falência, com o conseqüente crescimento da taxa de desemprego na população de Ovar. O volume de desemprego no concelho de Ovar correspondia, em Dezembro de 2009, a cerca de 10% do desemprego registado no Distrito de Aveiro e cerca de 21% no Baixo Vouga. No concelho de Ovar a taxa de desemprego atingiu 13.2%, em Dezembro de 2009, valor bastante superior à média nacional e regional.

Quadro n.º 2

Taxa de Desemprego								
Área Geográfica	Maio/09	Jun/09	Jul/09	Ag/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
País	9.5%	9.5%	9.6%	9.7%	9.9%	10.0%	10.1%	10.1%
Região Centro	8.9%	8.8%	8.9%	9.0%	9.2%	9.2%	9.2%	9.2%
Distrito de Aveiro	10.1%	10.3%	10.3%	10.4%	10.6%	10.7%	10.6%	10.7%
Região do Baixo Vouga	9.5%	10.0%	9.8%	9.8%	10.0%	10.1%	9.9%	10.0%
Concelho de Ovar	13.3%	13.4%	13.6%	13.5%	13.2%	13.3%	13.3%	13.2%

Fonte: Rede Social do Concelho de Ovar (a partir de dados do INE- Censos 2001 e do IEFP)

1.8. Associativismo

A malha associativa concelhia é muito rica e diversificada, existindo cento e duas associações culturais, recreativas e desportivas, repartidas por todas as freguesias: É enorme e exaustiva a variedade de respostas, desde actividades mais ligadas à tradição, à etnografia, formação musical, desporto nas suas várias formas, passando pelas actividades mais ligadas ao apoio e solidariedade social.

2. CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONCELHO DE OVAR

Ao nível dos instrumentos de trabalho construídos pela Rede Social, o Diagnóstico Social do Concelho de Ovar/2009 revela uma ausência de dados de natureza objectiva sobre a pobreza, sendo o mesmo analisado e descrito em termos mais qualitativos, através da identificação de um conjunto de indicadores de vulnerabilidade e potencialidade do território, dos quais salientam-se os seguintes:

Indicadores de Vulnerabilidade e Potencialidade Territorial

Tabela n.º 9

Indicadores de Vulnerabilidade Territorial
Aumento da taxa de envelhecimento e da população dependente.
Percentagem elevada de idosos com deficiência cognitiva (18%), perturbação psicológica (32%) e solidão (55%).
Elevada taxa de população portadora de deficiência (5.7% em 2001).
Significativa taxa de doentes mentais (0.7% em 2001), à qual se aditam os 97 casos de paralisia cerebral.
Baixa taxa de natalidade.
Taxa de mães adolescentes superior à nacional.
Elevada taxa de desemprego que atinge, sobretudo, as mulheres, os activos adultos entre os 35 e 54 anos, as pessoas à procura de novo emprego e os que possuem as habilitações literárias mais baixas (1.º e 2.º ciclos - 60% em Dez/ 2009).
Precariedade no emprego.
Crescente tendência para a terciarização com a conseqüente perda de importância dos sectores primário e secundário.
Fraca modernização do tecido empresarial, com reflexos na sua produtividade e competitividade.
Significativa taxa de analfabetismo em 2001 (6.3%).
Abandono escolar precoce, mais evidente no 3º ciclo.
Reduzida percentagem de formação superior (1.3% em 2001).
Elevada taxa de insucesso escolar, nomeadamente no 3º Ciclo (21% - 2006/2007) e secundário (cerca de 20% - 2006/2007).
Baixas qualificações escolares profissionais da população activa.
Nº significativo de pessoas com problemas ligados às dependências de substâncias ilícitas e lícitas.
Nº significativo de famílias disfuncionais e desestruturadas, com fracas competências pessoais, sociais e parentais.
Sobreendividamento das famílias e dependência de apoios sociais.
Significativo número de casos de violência doméstica e maus-tratos infantis.
Elevado nº de habitações muito degradadas/sem condições de habitabilidade, em sobreocupação e situações de rendas elevadas.
Elevado número de famílias com o apoio do PCAAC ou do Banco Alimentar Contra a Fome (418 famílias em 2008, correspondente a cerca de 2% da população residente).
Elevado número de beneficiários de RSI (1 299 em Junho de 2009, correspondente a 463 famílias).
Elevado número de processos activos na CPCJ (436 em 2009); Elevado número de processos instaurados pela CPCJ por negligência (124 em 2007), à qual se adita o abandono escolar (41 casos) e os maus tratos físicos e psicológicos (21 casos).
Baixa taxa de cobertura de equipamentos e respostas sociais para a População Idosa (0.8% em Centro de Convívio, 2.4% em Centro de Dia, 3.2% em Lar de Idosos e 3.9% em Serviço de Apoio Domiciliário) para a população adulta com deficiência motora, mental ou paralisia cerebral (6.1% em Janeiro de 2007), salientando-se apenas 0.5% em Lar Residencial e 0.8% em Apoio Domiciliário.
Respostas insuficientes para as minorias étnicas e imigrantes no concelho.

Fonte: Diagnóstico social 2009 – Rede Social de Ovar

Tabela n.º 10

Indicadores de Potencialidade Territorial
Localização geo-estratégica do concelho de Ovar.
Dinamismo das Instituições sociais concelhias, sempre atentas a novos desafios e à concertação de acções e estratégias
Respostas e projectos desenvolvidos pelas instituições locais nas diferentes áreas de intervenção social no âmbito de candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários (QREN 2007-2013; POPH; PORCentro; PARES; Alto Comissariado para a Saúde; Progride; CLDS, EFA, CEF;CNO, etc.).
Várias estruturas de apoio ao emprego e à formação: Balcão de Atendimento do Centro de Emprego de Aveiro em Ovar; Gabinete Itinerante de Apoio ao Emprego do projecto "Novos Trilhos"- Progride; Centro Novas Oportunidades a nível distrital e local; empresas de formação a operar no concelho; instituições concelhias acreditadas pelo IQF/Instituto para a Qualidade na Formação.
Potencialidades de desenvolvimento de estratégias de procura de emprego derivadas da economia social, facilitando o acesso a programas de apoio à criação de emprego por parte de grupos sociais mais vulneráveis e integrando nessa preocupação o mercado social de emprego.
Malha associativa forte e variada.
Existência de Programas municipais e nacionais para os problemas habitacionais: Regulamento para a Conservação, Reparação ou Beneficiação de Habitações Degradadas de Pessoas Carenciadas do Município de Ovar; Existência de duas cooperativas de habitação; Isenção das taxas de construção a carenciados a residir no concelho; Subsídio ao arrendamento para pessoas carenciadas/Programa Ovar Solidário; Programas de Reabilitação Urbana: SOLARH e RECRUA; PROHABITA, Projectos concelhios na área da prevenção e tratamento das toxicodependências.
Taxa de pré-escolarização superior à média nacional (82.2% no ano lectivo de 2006/2007 versus 78.5%).
Oferta Educativa diversificada e concertada ao nível das escolas concelhias.
Instituições/ entidades com formação modular certificada e cursos de dupla certificação.
Programa individual de educação e formação/PIEF/PIEC.
Unidade de Convalescência da RNCCI a funcionar no Hospital; Equipa de Cuidados Continuados Integrados - Centro de Saúde de Ovar.

Fonte: Diagnóstico social 2009 – Rede Social de Ovar

O exposto neste sub-capítulo espelha a um nível micro, circunscrito a um concelho, as características estruturais da pobreza e exclusão social em Portugal. A baixa qualificação escolar e profissional da população, nomeadamente da população activa é um factor relevante que contribui para as diferentes facetas desses fenómenos, tendo em conta que, quanto menos qualificações, maiores as dificuldades na capacidade de inserção profissional e mais vulnerabilidade à situação de desemprego de longa duração. Este e o emprego precário constituem igualmente vulnerabilidades referenciadas pelo Diagnóstico do concelho de Ovar, assim como as taxas de abandono escolar e a saída precoce do ensino, conduzindo à marginalização dos recursos humanos que se encontram nesta situação, em termos de mercado de trabalho. Apesar da acentuada tendência para a redução destas vulnerabilidades, decorrente das medidas adoptadas a nível nacional,²⁶ elas continuam a sentir-se. A baixa taxa de natalidade e o envelhecimento demográfico da população no concelho de Ovar reflecte a tendência nacional, com consequências diversas, quer ao nível pessoal, familiar e social, quer nas finanças públicas, emprego e produtividade.

Todos estes indicadores de vulnerabilidade territorial à pobreza e exclusão social têm de ser trabalhados a partir do local e com estratégias ajustadas à realidade económica, social e cultural de cada região, aproveitando as potencialidades existentes localmente. A Rede Social constitui um instrumento essencial de combate a esses fenómenos, ao introduzir o princípio da territorialidade no desempenho das políticas sociais.

²⁶ Como os percursos alternativos, os cursos de educação e formação, os planos de recuperação e acompanhamento e outros apoios educativos especialmente dirigidos a alunos com percursos escolares marcados por insucessos.

3.A REDE SOCIAL NO CONCELHO DE OVAR

3.1. Modelo de Organização e Funcionamento da Rede Social

A 15 de Setembro de 1999, a Câmara Municipal de Ovar adere ao Programa Piloto da Rede Social e em 23 de Março de 2000 é constituído o CLAS, congregando 24 entidades. Actualmente conta com 57 entidades parceiras.

A Rede Social do Concelho de Ovar é composta por um CLAS, que integra o Plenário e o respectivo Núcleo Executivo, e por oito CSF, que foram constituídas entre 2003 e 2006. Sempre que necessário constituem-se grupos de trabalho temáticos. O Plenário reúne ordinariamente duas vezes no ano e o Núcleo Executivo quinzenalmente. As reuniões das CSF não têm periodicidade definida. Ao contrário do que já acontece em outros CLAS do distrito de Aveiro, não foi ainda implementado um Modelo Organizativo de Articulação das estruturas de parcerias existentes localmente, sob a égide do CLAS.

Na tentativa de orientar a intervenção social concelhia de acordo com os princípios subjacente ao referido Programa, de forma a garantir uma resposta integrada, eficaz e adequada às reais necessidades da comunidade, o CLAS de Ovar tem vindo a construir uma série de instrumentos com vista a uma melhor aplicação das metodologias de planeamento estratégico. Em 23 de Abril de 2000 foi aprovado o Regulamento Interno, que já foi alvo de diversas actualizações, a 24 de Abril de 2001, o pré-diagnóstico do concelho de Ovar e a 23 de Abril de 2002, o Diagnóstico Social. A aprovação do primeiro Plano de Desenvolvimento Social deu-se a 28 de Março de 2003, para um período de 2003-2006 e em Abril de 2004 surge a aprovação do Plano de Acção. Anualmente é elaborado um Plano de Actividades. O Sistema de Informação ainda não se encontra concluído. A produção destes documentos tem sido intercalada com relatórios de avaliação da execução da Rede Social. Na elaboração destes instrumentos procura-se fomentar a participação efectiva das diversas entidades parceiras, através da realização de Fóruns Temáticos, que consiste em convocar diversos representantes do CLAS, de acordo com a sua área de intervenção, para um debate de ideias e reflexão sobre as áreas e/ou os eixos de intervenção definidos como prioritários.

O PDS de Ovar traça o retrato de uma situação desejável, mas realista para o concelho, assente em 6 eixos de intervenção: Território e Suporte Natural; Qualidade de vida das comunidades locais; Educação e Formação profissional; Tecido económico; Tecido social e Animação do Concelho. O Plano de Acção, que traduz o desenho operacional de todo o processo de implementação do PDS, tem vindo a ser concretizado, através de Planos de Actividades, de acordo com os recursos disponíveis localmente. O Sistema de Informação limita-se a divulgação de informação através de correio electrónico, não existindo um site de acesso. As actualizações destes documentos não têm ocorrido com a pertinência desejável, devido a diversos constrangimentos, sobretudo ao nível de

recursos humanos. O DS só foi actualizado em 2009 e o novo PDS encontra-se a ser elaborado para aprovação no ano de 2011, constituindo um constrangimento na definição ajustada da intervenção territorial às necessidades locais.

Uma das potencialidades da Rede Social de Ovar reside numa acção cada vez mais concertada de resposta às necessidades da população ao nível das candidaturas aos diferentes projectos/programas, através da realização de reuniões de concertação de estratégias e acções. O dinamismo do CLAS, neste âmbito, é visível pelo número de pareceres sociais que é solicitado ao CLAS. Outra virtualidade que constitui uma inovação é a parceria com projectos supraconcelhios, no âmbito da intervenção da Plataforma Supra-concelhia do Baixo Vouga: “ Redes para a Inclusão”, dinamizado pela REAPN/Rede Europeia Anti-Pobreza, que tem como objectivo activar a participação dos agentes sociais e dos cidadãos em geral, incluindo a população beneficiária das medidas de política social. Um dos constrangimentos desta Rede reside na dinamização das CSF, que contaram com o apoio de uma equipa técnica, constituída especificamente para esta acção no âmbito de um Projecto local - “ Novos Trilhos “ /Progride, com o objectivo de activar o seu funcionamento.

3.2.Acções de Resposta às Situações de Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar

No último Plano de Acção que se reporta ao ano de 2007, as acções de resposta às situações de pobreza e exclusão social foram direccionadas essencialmente para sete eixos de intervenção: Infância e Juventude; População Idosa: Envelhecimento Demográfico; Deficiência; Comunidade e Grupos vulneráveis; Saúde e Dependências; Educação e Formação; Mobilidade e acessibilidade. O 1º, 2º e 3º eixo privilegiaram o aumento da taxa de cobertura em equipamentos sociais dirigidos a essas populações. O 4º eixo, que tem como objectivo promover a coesão social e inserção social de grupos vulneráveis, propõe-se aumentar as competências pessoais, familiares, escolares e profissionais das populações mais desfavorecidos, através de acções desenvolvida pelos projectos comunitários já referenciados (Tabela n.º 10). O 5º eixo visa implementar um plano de prevenção das toxicod dependências e redução de riscos no concelho; O 6º eixo propõe-se fomentar o sucesso escolar e diminuir o absentismo e abandono escolares e o aumento de qualificações escolares e profissionais da população activa, através de diversos programas (Tabela n.º10). No 7º eixo pretende-se eliminar barreiras arquitectónicas nos acessos a equipamentos e serviços públicos e facilitar a mobilidade na via pública. Para além destas acções são dinamizadas outras mais relacionadas com acções de animação sócio-comunitária e de divulgação do trabalho da Rede Social. Alguns destas acções foram concretizadas e ainda se encontram a decorrer no âmbito dos programas referenciados.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA: O ESTUDO DA PERCEÇÃO DOS ELEMENTOS DA REDE SOCIAL

“Como é que os que não marcham com o mesmo passo
Encontram a capacidade de marchar
Com o mesmo coração?”
Bratosin

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA: O ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS ELEMENTOS DA REDE SOCIAL

1. Natureza e Objecto do Estudo: A Pergunta de Partida

Tendo presente a sistematização teórica anterior, importa identificar a pergunta de partida orientadora da investigação que consiste em saber *qual o papel da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social, na perspectiva dos seus principais intervenientes*, ou seja, dos representantes das entidades parceiras no CLAS/Rede Social, e explicitar o enquadramento metodológico desta pesquisa. A delimitação do objecto de estudo, a uma área territorial específica, o concelho de Ovar, para além do factor tempo, está relacionada com interesses de ordem profissional e de proximidade.

O objectivo principal desta pesquisa é conhecer e compreender melhor a relação entre o Programa Rede Social, enquanto estratégia para a promoção do desenvolvimento social ao nível local, e os fenómenos da pobreza e exclusão social, e como essa relação se processa na unidade em análise, segundo a percepção dos seus elementos.

Este trabalho pretende, assim, avaliar o impacto da Rede Social a nível local e da sua pertinência como instrumento eficaz no combate à Pobreza e Exclusão Social, seguindo uma abordagem centrada na percepção subjectiva dos seus principais intervenientes sobre a Pobreza e a Exclusão social no seu território e a intervenção da Rede Social no combate a esses fenómenos.

Ao definir estes pressupostos para a análise empírica pretendi não só avaliar o programa por parte dos próprios agentes locais directamente envolvidos na prossecução do mesmo, como dar um contributo para outros objectivos mais específicos e complementares, como o de avaliar o desenvolvimento de algumas das principais vertentes da Rede Social e promover a construção de um instrumento de trabalho que proporcione a troca de ideias e experiências entre as entidades que actuam no âmbito da Rede Social.

Este trabalho representa, assim, um pequeno contributo para avaliação do Programa Rede Social a nível nacional, ao permitir um melhor conhecimento das práticas implementadas no âmbito deste Programa e dos seus efeitos no combate à pobreza e exclusão social e ao apontar algumas pistas para futuras investigações.

2. Instrumentos e Técnicas Utilizadas

Numa primeira fase da análise centrei-me na pesquisa documental, com o objectivo de recolher material bibliográfico especializado sobre os processos metodológicos e o tema da investigação, estudando e reflectindo sobre o que se tem produzido nesta área, sobre problemáticas que lhe estão associadas, visando um maior aprofundamento do conhecimento desta temática e situando-a em quadros conceptuais reconhecidos. A análise documental que incidiu sobre pesquisa bibliográfica e exploração estatística foi um processo que decorreu ao longo do trabalho de investigação e permitiu um contacto com várias perspectivas teóricas quanto ao objecto de estudo, permitindo sistematizar os vários contributos existentes e promover algumas relações entre fenómenos.

Após uma exploração da literatura na área, constatei que não existiam grandes estudos anteriores sobre o Programa Rede Social em Portugal. Contudo, foi possível encontrar uma série de artigos e reflexões sobre este tema, sobretudo ao nível da avaliação do programa, da partilha de algumas experiências locais e análise dos seus impactos na comunidade, que me ajudaram a definir o objecto de pesquisa e os seus objectivos.

Para além da técnica da análise documental recorri a outros instrumentos de observação indirecta, para recolha de outros dados, tendo optado pelos dois tipos de inquérito: o inquérito por questionário, numa primeira etapa, e o inquérito por entrevista, como forma de aprofundar algumas questões relacionadas com o tema em estudo, proporcionando uma maior riqueza analítica à pesquisa.

A opção metodológica pelo inquérito por questionário, como o principal instrumento de pesquisa, privilegiando-se uma análise extensiva, deveu-se ao facto de se pretender abarcar, num curto espaço de tempo, a totalidade dos representantes do CLAS de Ovar, alcançando, assim, uma maior quantidade de informação e rapidez na recolha e análise de dados; de se estar a questionar uma população com um nível de formação médio/elevado e sobre uma matéria que faz parte do seu campo de conhecimento; e por ser mais económico.

O universo a inquirir, através do questionário, englobou todos os representantes das entidades parceiras que integram o CLAS de Ovar:

➤57 Representantes das entidades parceiras

A identificação desta população foi feita com base numa listagem completa e actualizada de todos os representantes das entidades parceiras que integram o CLAS, fornecido pelo Núcleo Executivo, em Maio de 2010.

Na fase de estruturação dos instrumentos de recolha de dados e como forma de garantir a aplicabilidade do questionário no terreno e a sua adequação aos objectivos formulados foi feito um pré-teste. Este foi aplicado a um número restrito de pessoas (6), familiarizadas com o tema, que

identificaram alguns problemas e apresentaram algumas sugestões que melhoraram a qualidade e a fiabilidade do questionário definitivo. Este foi organizado em duas partes, abordando diversas variáveis e dimensões de análise, de acordo com os objectivos do trabalho: uma referente a *elementos identificativos e de caracterização do representante da entidade parceira e do seu papel na Rede Social*, de forma avaliar o seu perfil, o grau de implicação e a clarificação de papéis dos vários agentes envolvidos; outra, com duas dimensões de análise, uma sobre o *conhecimento da Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar e o impacto do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate a este fenómeno*, visando colher dados sobre factos, percepções e opiniões do inquirido sobre o mesmo e a *outra sobre a avaliação global da Rede Social*, identificando potencialidades, vulnerabilidades, formas de adequar este programa aos contextos e problemas identificados e melhorar a condução e gestão do mesmo.

O inquérito foi constituído na sua maioria por questões fechadas, ou seja, as perguntas tinham já um conjunto possível de respostas como alternativas, previamente enunciadas pelo investigador. O recurso às questões abertas foi limitado àquelas onde seria difícil a previsão das respostas, constituindo uma dimensão mais subjectiva de análise, e à categoria das «outras».

Os questionários foram enviados por via telemática e por Correio, consoante a acessibilidade dos inquiridos aos diversos tipos de canais de comunicação.

De forma a reduzir um dos principais constrangimentos deste tipo de inquérito por questionário, a elevada taxa de não-respostas, recorri a algumas estratégias de reforço como: o envio de uma carta de apresentação e legitimação da utilidade social e científica do estudo de investigação; instruções sobre o modo de responder; os questionários enviados por correio foram acompanhados por envelope de resposta devidamente endereçado e selado; envio de uma 2ª carta ou de mensagem electrónica aos que não responderam no prazo estipulado, dando-lhes uma segunda oportunidade para o fazer, reforçando a sua importância; por último, o contacto telefónico.

Como instrumento complementar ao inquérito por questionário, como forma de aferir e inferir alguns dos aspectos deles resultantes, utilizei o inquérito por entrevista qualitativa, que garante uma análise mais intensiva, aplicado através de um guião de entrevista, que foram dirigidos aos técnicos das entidades parceiras:

➤5 Técnicos das entidades parceiras

O tipo de entrevista utilizada foi o da entrevista semi-directiva, com uma prévia estruturação das perguntas, as designadas perguntas-guias, relativamente abertas, cuja formulação e sequência vão sendo ajustadas à interacção que se proporciona entre entrevistador e entrevistado. A entrevista garante elementos de reflexão extremamente ricos, pelo seu contacto directo com impressões, interpretações e reflexões diversas, limitadas apenas pelo espírito teórico do investigador, na procura de elementos de análise o mais próximo possível dos objectivos programados.

A selecção dos entrevistados foi efectuada entre os técnicos que intervêm socialmente na comunidade, elementos participantes directa ou indirectamente na Rede Social, com o objectivo de aprofundar algumas questões já exploradas no inquérito por questionário, nomeadamente o de identificar os vínculos existentes e de implicação colectiva com este programa e as representações que estes técnicos têm sobre o mesmo e o seu papel no combate à pobreza e exclusão social. Os Técnicos são todos do género feminino, com formação na área do Serviço Social e com idades compreendidas entre os 26 e 48 anos de idade. O principal objectivo da utilização deste instrumento foi o de abordar directamente alguns agentes sociais com papel decisivo na operacionalização, divulgação e avaliação deste programa, identificando propostas de melhoria na sua aplicação. As entrevistas foram feitas individualmente e os objectivos de estudo devidamente esclarecidos. A análise das entrevistas permitiu uma categorização dos dados recolhidos e uma maior validação da proposta de trabalho construída.

A observação directa, enquanto participante nas reuniões plenárias do CLAS e das Plataformas Supra-concelhias, como forma de avaliar as dinâmicas locais e a activação das parcerias, constituiu uma outra forma de contacto com este programa.

A opção por esta complementariedade metodológica, associando a análise estatística (questionário), resultante de um trabalho de cruzamento de variáveis, com a análise de conteúdo (entrevistas e questões abertas do questionário) possibilitou uma maior capacidade interpretativa e de confronto dos resultados e um maior aprofundamento do objecto em estudo.

3. Caracterização do Universo em Estudo

Como já foi referido o universo de estudo abarcou a totalidade dos representantes que constituem o CLAS de Ovar, composto por 57 representantes, distribuídos pelas seguintes entidades: 17 Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas, 12 entidades públicas, 9 autarquias, 10 associações sem fins lucrativos, 2 entidades com fins lucrativos, 5 grupos de voluntários, 2 estruturas de rede local.

Para aplicação das entrevistas selecionei 5 técnicos de entidades parceiras do CLAS /Ovar, vinculados a diferentes sectores de intervenção (público/privado), com interacção directa e indirecta ao Programa Rede Social.

Os inquéritos por questionários foram enviados no início de Junho de 2010, via electrónica, à maioria das entidades parceiras do CLAS (52) e por correio a algumas entidades, sem aquele canal de comunicação (5) ou com dificuldades de recepção por aquela via. Nesse mesmo mês iniciou-se a recepção dos questionários que decorreu até meados de Agosto, recolhendo-se 37 questionários, seguindo-se de imediato o tratamento da informação. Este trabalho foi desenvolvido com base neste

número, constituindo uma amostra correspondente a 64,9% do universo de estudo. Os representantes que não responderam ao inquérito correspondem na sua maioria àquelas entidades que revelam uma fraca ou mesmo nula assiduidade /participação no trabalho do CLAS.

A análise e tratamento dos dados recolhidos foram feitos através do programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) que, através da pré-codificação das respostas do questionário, permitiu analisar e correlacionar um grande número de variáveis, garantindo não só um grande rigor metodológico como diferentes tipos de análises. Simultaneamente à análise mais descritiva e de cruzamentos simples, procedi à exploração de dados a partir do seu agrupamento, promovendo, deste modo, a confrontação dos resultados com a pergunta de partida da pesquisa previamente definida.

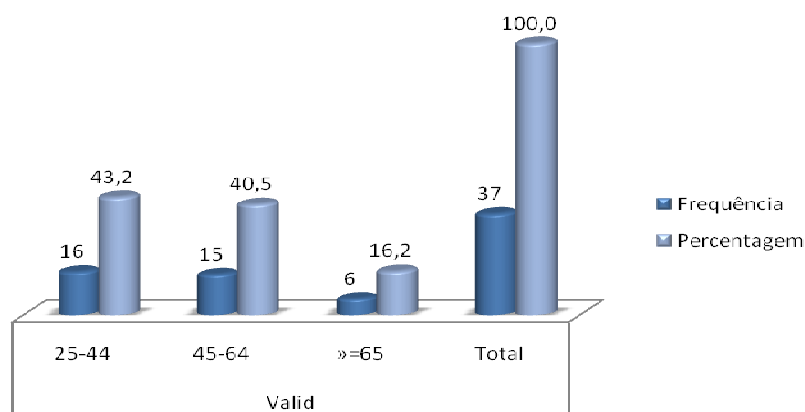
No decurso da análise foi visível a ausência de alguns dados, face a presença de algumas respostas incompletas ou não respondidas e a abrangência das questões não ter conseguido abarcar a totalidade das possibilidades de cruzamento de variáveis que foram emergindo, como necessárias à recolha de mais informação, alguns passíveis de serem repostos, por conhecimento do terreno e realidade local, outros não. Contudo, penso que a quantidade de informação recolhida foi bastante razoável para formular algumas conclusões e recomendações relevantes.

3.1. Caracterização Sócio-Demográfica da População Inquirida

Neste sub-capítulo procedo à análise e tratamento de dados relativos às principais características sócio-demográficas da população inquirida. Neste âmbito considerei fundamental proceder ao agrupamento de algumas variáveis em novas categorias que melhor retratassem o universo em estudo, atenuando a dispersão dos valores e permitindo simplificar e centralizar o que era mais relevante. Procedimento que ocorreu em relação às variáveis da idade, habilitações literárias e designação social da entidade.

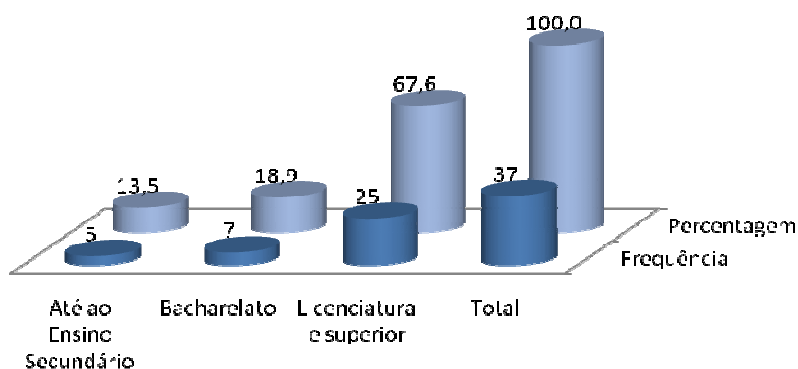
A caracterização dos 37 representantes das entidades parceiras que constituem o CLAS permite verificar que, tal como o universo, a maioria é composta por pessoas do sexo feminino (68%), correspondendo em números absolutos a 25 elementos. O sexo masculino é constituído por 12 pessoas (32%).

Em termos dos escalões etários, estamos perante um grupo relativamente jovem, dado que 43,2% dos inquiridos tem menos de 44 anos e 67,6% menos de 54 anos, correspondendo a média de idades a 48 anos e a mediana a 45 anos. A média da idade no género feminino é de 45 anos e no masculino de 53 anos.

Gráfico 2: Distribuição dos inquiridos, segundo a idade

Base: 37 indivíduos

A escolaridade da maior parte dos representantes inquiridos é bastante elevada, a quase totalidade possui o grau de Licenciatura ou superior (67,6%), seguido do grau de Bacharelato (18,9%), num total de 86,5% nestas duas categorias, relegando para números insignificantes os outros graus académicos. A média da idade dos representantes com Licenciatura e superior é de 43 anos, com o Bacharelato, 59 anos de idade e com o Ensino Secundário, 58 anos.

Gráfico 3: Distribuição dos inquiridos, segundo as habilitações literárias

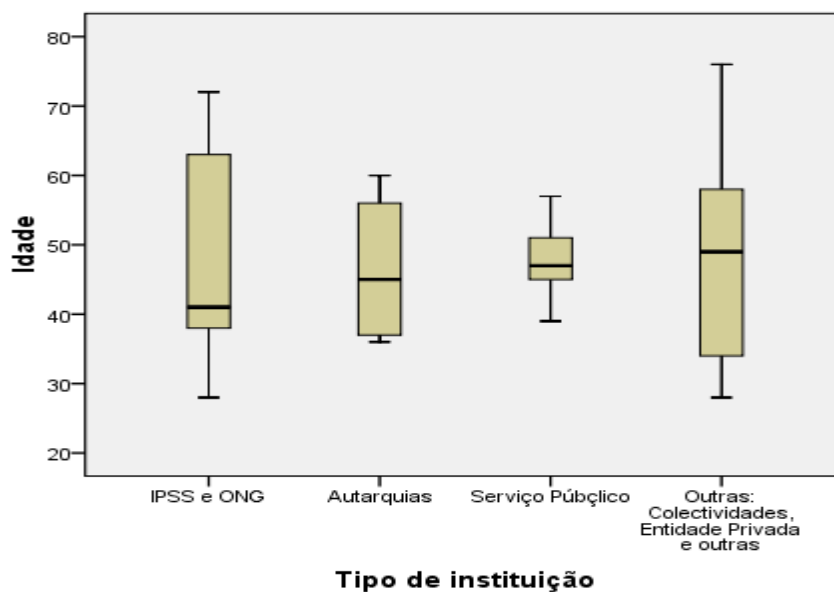
Base: 37 indivíduos

Da análise e correlação destas duas últimas variáveis, constata-se que a escolaridade mais elevada está presente na população mais jovem, 56% do total das pessoas com Licenciatura ou superior tem idade compreendida entre os 25-44, valor igualmente elevado no grupo etário dos 45-64 (40%). O grau de bacharelato é mais evidente nos grupos etários dos 45-64 e 65 e mais anos (42,9% respectivamente). O grau de licenciatura está presente em apenas 16,7% do total dos inquiridos com mais de 65 anos de idade. As habilitações elevadas são mais evidentes no género feminino (80% do

total das pessoas com Licenciatura são do sexo feminino), compreensível pelo facto de constituir a população mais predominante e jovem na população inquirida. Esta leitura traduz a tendência concelhia e nacional do aumento da escolarização da população mais jovem.

Ao associarmos as características sócio-demográficas da população inquirida ao tipo de instituição onde está inserida, constata-se que o género feminino predomina em todas as entidades parceiras, com excepção das Autarquias. No Serviço Público, 85,7% do total dos seus representantes são do género feminino e nas IPSS/ONG, 70,6%. A população mais jovem (25-44) impera nas IPSS/ONG, onde a média das idades é de 45 anos. No Serviço Público predomina o grupo etário entre os (45-64) anos, sendo a média da idade de 47. A média da idade dos representantes das Autarquias inquiridos é de 50 anos e o das “Outras Entidades” de 51. Dada a existência de uma acentuada dispersão de idades em algumas das organizações, houve necessidade de proceder a uma análise da mesma para garantir uma caracterização mais real da média das idades.

Gráfico 4: Análise da dispersão das idades dos inquiridos, segundo o tipo de instituição



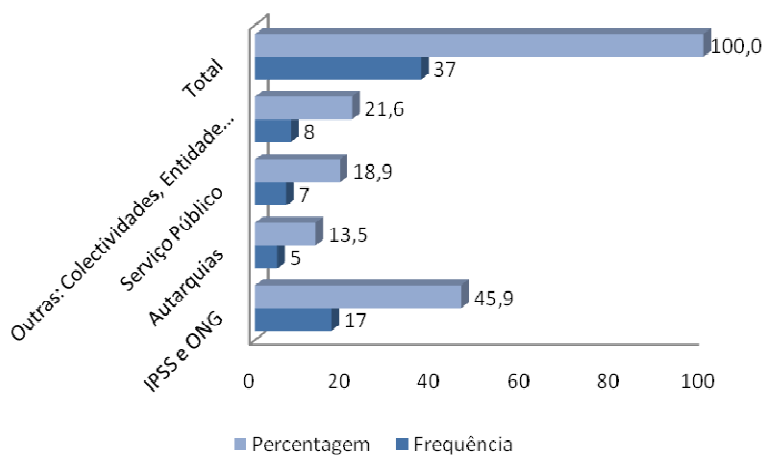
Base: 37 indivíduos

Com base numa análise da dispersão das idades por tipo de instituição, constata-se uma maior dispersão de idades nas IPSS/ONG, assim como nas “Outras Entidades”. Naquelas a idade varia entre um mínimo de 28 e um máximo de 72 anos de idade e a maior percentagem situa-se acima dos 40 anos. Nas “Outras Entidades” varia entre um mínimo de 28 e um máximo de 76 anos de idade e a maior percentagem situa-se acima dos 50 anos. No Serviço Público e nas Autarquias a dispersão das idades é menor. As qualificações académicas mais elevadas estão mais presentes nas IPSS/ONG,

seguindo-se o Serviço Público e “Outras Entidades”: 48% do total dos representantes com Licenciatura ou superior pertencem às IPSS/ONG, 28% ao Serviço Público e 16% às “Outras Entidades”.

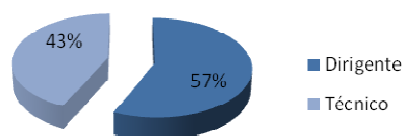
Os representantes inquiridos integram maioritariamente as IPSS/ONG (45,9%), seguindo-se as “Outras Entidades” (21,6%), onde se inserem as colectividades, entidades com fins lucrativos, grupos de voluntários, como as Conferências de S. Vicente de Paulo, e outras estruturas de rede locais, como a CPCJ e NLI/RSI. Os representantes do Serviço Público (18,9%) e das Autarquias (13,5%) estão menos retratados neste estudo.

Gráfico 5: Distribuição dos inquiridos, segundo o tipo de instituição onde estão inseridos



Base: 37 indivíduos

No CLAS/Ovar, a percentagem da representação técnica ainda é bastante elevada (43,2%) face à dos dirigentes (56,8%), embora esta seja a predominante. A percentagem de dirigentes é maior nas Autarquias e nas “Outras Entidades”, ao contrário das IPSS/ONG e dos Serviços Públicos onde predomina a representação técnica (62,5% do total dos representantes técnicos pertencem às IPSS/ONG e 25% aos Serviços Públicos). Os representantes técnicos são essencialmente femininos e muito jovens (25-44) e os dirigentes são sobretudo do género masculino e estão situados nos grupos etários dos 45-64 e mais de 65 anos.

Gráfico 6: Distribuição dos inquiridos, segundo o cargo que ocupam na entidade**Base:** 37 indivíduos

Síntese

O perfil dos representantes inquiridos das entidades parceiras do CLAS pode ser caracterizado como um grupo predominantemente feminino, relativamente jovem e bastante escolarizado, sendo essencialmente uma população em idade activa e pertencente às IPSS/ONG, ou seja, ao designado “Terceiro Sector”. Estas características podem ser justificadas pelo facto da representação no CLAS ser ainda assegurada, de forma acentuada, pelo corpo técnico das entidades parcerias. A predominância da formação destes técnicos na área das ciências sociais (Serviço Social, Psicologia e Educação social), área de formação ainda essencialmente feminina, reforça este perfil. A importância da participação do “Terceiro Sector” nas questões da pobreza e exclusão social, sector cada vez mais vocacionado e implicado nesse processo, é visível nas características do perfil dos representantes do CLAS.

3.2. Dinâmica Organizacional e de Funcionamento da Rede Social

3.2.1 Processo de Adesão

A adesão à Rede Social ocorreu para a maioria dos representantes inquiridos durante os primeiros três anos, 2000-2003, após a constituição do CLAS, (56,8%), através de convite (64,9%). A partir daí tem havido um gradual reforço de adesão à Rede Social, sobretudo de IPSS/ONG e de “Outras Entidades”. As Autarquias concluíram o seu processo de adesão no ano da implementação deste Programa (2000). O convite foi a metodologia utilizada inicialmente para adesão ao CLAS e, embora continue a prevalecer, as adesões por iniciativa própria também se fazem sentir, sobretudo da parte das IPSS /ONG e das “Outras Entidades”, nomeadamente as colectividades. O aumento do número de adesões à Rede Social pode ser justificado por uma série de factores, dos quais saliento, o aparecimento de novas IPSS, a mudança de algumas das suas Direcções, mas, sobretudo, o facto

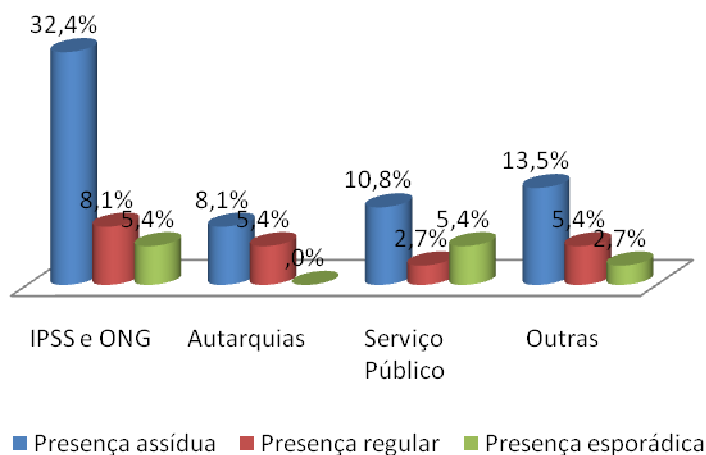
dos pareceres da Rede Social serem condição fundamental para a apresentação de candidaturas a muitos programas e projectos comunitários.

3.2.2. Participação / Assiduidade

As reuniões plenárias do CLAS desenvolvem-se com a presença dos representantes dos vários sectores de intervenção na comunidade e, nesse sentido, torna-se relevante aferir o grau de assiduidade e de participação dos mesmos, uma vez que este é essencial e pode traduzir-se em contributos importantes para o trabalho da Rede.

A análise do grau de assiduidade das entidades parceiras mostra que 64,9% dos inquiridos consideraram que têm uma presença assídua às reuniões plenárias do CLAS, 21,6% uma presença regular e 13,5% esporádica. Dos que referiram uma presença assídua, 32,4% são representantes das IPSS/ONG, seguindo-se as “Outras Entidades” (13,5%) e o Serviço Público (10,8%). Contudo, quando procedemos a uma análise que tem em conta a distribuição das entidades parceiras na amostra deste estudo, temos uma leitura ligeiramente diferente: 70,5% dos representantes de IPSS/OPNG, 60% dos representantes das Autarquias e 62,5 % dos representantes de “Outras Entidades” referem ter uma presença assídua, sendo os representantes do Serviço Público os que revelam uma menor assiduidade (57,1%). Os representantes mais jovens, femininos e com maior escolaridade são os mais assíduos, correspondendo, essencialmente, aos representantes técnicos das mesmas.

Gráfico 7: Grau de Assiduidade, segundo o tipo de instituição



Base: 37 indivíduos

A análise concelhia dos motivos de ausência às reuniões plenárias, para um universo de 14 inquiridos que responderam a esta questão, indica a incompatibilidade horária (78,6%) e os imprevistos (64,3%) como os mais evidentes. Os representantes femininos (64,3%) e os mais jovens (42,9%) referiram mais a incompatibilidade horária como principal motivo de ausência, os masculinos apresentaram percentagens idênticas nos dois motivos (14,3%) e os pertencentes ao grupo etário dos 65 e mais anos optaram mais pelos imprevistos. Quanto à tipologia das instituições, as ONG/IPSS (35,7%) e o Serviço Público (14,3%) salientaram a incompatibilidade horária, como principal motivo de ausência, enquanto as Autarquias privilegiaram os imprevistos e as “Outras Entidades” ambos os motivos, com igual percentagem.

O grau de participação das entidades parceiras na Rede Social foi avaliado através de quatro dimensões: participação em outros órgãos do CLAS; participação na construção dos instrumentos de trabalho da Rede Social; participação e promoção de acções/ actividades e projectos realizados no âmbito da Rede Social, e, por último, o conhecimento das acções/actividades da Rede Social, assim como das prioridades de intervenção definidas localmente e a nível nacional.

Quanto à primeira dimensão, *participação em outros órgãos do CLAS*, a maioria dos inquiridos, (62,2%) referiu participar em mais do que um órgão do CLAS, sendo a CSF, o órgão mais referenciado (78,3%), seguido do Núcleo Executivo (39,1%).

Quadro n.º 3
Participação em outros órgãos do CLAS

Participação em outros órgãos do CLAS		Respostas		Percentagem de casos
		Nº	Percentagem	
Órgãos	Núcleo Executivo	9	33,3%	39,1%
	Comissão Social de Freguesia	18	66,7%	78,3%
Total		27	100,0%	117,4%

Base: 23 indivíduos

Ao estabelecermos uma relação entre a tipologia das entidades parceiras e a participação em outros órgãos do CLAS, constata-se que todos os representantes inquiridos das Autarquias (100%) demonstraram disponibilidade para participar em outros órgãos do CLAS, seguindo-se as “Outras Entidades” (62,5%) e as IPSS/ONG (58,8%). Os representantes do Serviço Público foram os que revelaram menor disponibilidade (42,9%). Foi ainda possível constatar que o grau de participação das entidades parceiras está directamente relacionado como o tempo de adesão à Rede Social. Quanto maior o tempo de permanência nesta estrutura maior o grau de participação: 76,9% do total das entidades que aderiam à Rede Social no ano 2000, participaram em outro órgão da mesma, seguindo-se aquelas que aderiram no período de 2001-2003 (62,5%), percentagem esta que vai decrescendo nos anos mais recentes de adesão, com excepção das que aderiram no ano de 2004-

2006, facto que poderá estar relacionado com o tipo de entidades. Também nesta dimensão de avaliação da participação, os representantes mais jovens (43,2%), femininos (67,6%) e com maior escolaridade (67,6%) foram os mais participativos em outros órgãos da Rede Social.

A outra dimensão em análise, a *participação na construção dos instrumentos de trabalho da Rede Social*, mostra-nos que dos 37 inquiridos, 27 referiram que participaram na construção dos instrumentos de trabalho da Rede Social, o que corresponde a 73% do total dos inquiridos.

Quadro n.º 4
Participação na construção de instrumentos de trabalho

Participação na construção de instrumentos de trabalho		Respostas		Percentagem de casos
		Nº	Percentagem	
Construção	Diagnóstico Social	22	41,5%	81,5%
	Plano de Desenvolvimento Social	13	24,5%	48,1%
	Planos de Acção	14	26,4%	51,9%
	Sistema de Informação	2	3,8%	7,4%
	Outra	2	3,8%	7,4%
Total		53	100,0%	196,3%

Base: 27 indivíduos

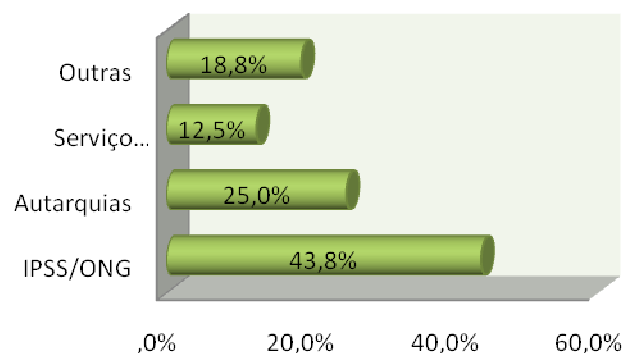
Destes, 44,4% são representantes de IPSS/ONG, 22,2% do Serviço Público, 18,5% das Autarquias e 14,8% das “Outras Entidades”. Dos instrumentos, o mais participado foi o DS (81,5%), seguindo-se os Planos de Acção (51,9%) e os PDS (48,1%). Ao procedemos a uma análise que tem em conta a distribuição das diferentes entidades parceiras na amostra deste estudo, temos uma leitura diferente: 100% dos representantes das Autarquias, 85% dos representantes do Serviço Público, 70,5% dos representantes de IPSS/ONG e 62,5% dos representantes de “Outras Entidades” referiram participar nesta dimensão em estudo.

Os representantes mais jovens, femininos e com maior escolaridade foram também os que mais participaram na construção dos instrumentos de trabalho da Rede Social. O tempo de permanência no CLAS também constitui um factor influenciador da participação nesta dimensão, 44,4% do total das entidades que participaram na construção dos instrumentos aderiram ao CLAS no ano de 2000, face a 10% das que não participaram. A não participação foi mais visível nos representantes das entidades parceiras que aderiram mais recentemente ao CLAS, (2007-2010), possuindo a percentagem mais elevada (50%).

Na terceira dimensão em avaliação da participação, a *promoção de acções/ actividades e projectos realizados no âmbito da Rede Social*, a maioria dos inquiridos referiu não ser promotor de acções/actividades/projectos (56,8%). Contudo, esta forma de participação ainda constituiu uma prática para cerca de 43,2% das entidades parceiras e fez-se sentir de uma forma mais intensa nas

IPSS/ONG (43,8, %), seguindo-se as Autarquias (25%) e as “Outras Entidades” (18,8%). Com base numa leitura que tem em conta a distribuição das entidades parceiras na amostra deste estudo, as mais participativas nesta dimensão são as Autarquias (80% referiram promover acções/actividades e projectos), seguindo-se as IPSS/ONG (41%), as “Outras Entidades” (37,5%) e, por último, o Serviço Público (28,6%).

Gráfico 8: Promoção de acções/actividades e projectos, segundo o tipo de instituição



Base: 16 indivíduos

O tempo de adesão à Rede Social continua a ser um elemento condicionador da participação nesta dimensão, sendo superior naquelas entidades que se encontram há mais tempo integradas nesta estrutura. Esta análise revelou um equilíbrio na participação do grupo etário mais jovem e do grupo dos 65 e mais anos (37,5% respectivamente). Nesta dimensão em análise foram também os representantes femininos e com maior escolaridade, quem mais participou através da promoção de acções/projectos.

Das 12 acções/projectos referenciados predominam os que visam promover o aumento de competências pessoais, familiares, escolares e profissionais das populações mais desfavorecidas, desenvolvidos pelas IPSS/ONG, no âmbito de projectos comunitários do Progride, do POEFDS, POPH, no âmbito da educação/formação, os EFA, CEF, ao nível do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicoddependência e acções de animação/divulgação da responsabilidade das autarquias.

Quanto à última dimensão em avaliação, *conhecimento das acções/actividades da Rede Social assim como das prioridades de intervenção definidas localmente e a nível nacional*, este estudo demonstra que a maioria dos inquiridos (83,8%) referiu conhecer todas as iniciativas proposta e realizadas pela Rede Social, assim como as prioridades de intervenção definidas localmente através do PDS. Contudo, quando questionados sobre os instrumentos e as prioridades de carácter nacional, essa percentagem diminuiu: 62,2%, referiu o PNAI e 35,1% a ENPSIS.

Síntese

Ao associarmos as quatro dimensões em análise para definirmos o grau de participação das entidades parceiras na Rede Social, constata-se que as organizações do Terceiro Sector, também designadas de Economia Social, e as Autarquias são as mais participativas e empenhadas no trabalho desenvolvido por esta estrutura. Esta realidade foi parcialmente comprovada nas entrevistas, uma vez que estas reforçam mais a intervenção das IPSS/ONG, como as entidades mais participativas e dinâmicas no CLAS de Ovar, do que das Autarquias, referindo o seguinte em relação às IPSS/ONG:

“As IPSS são as que mais participam, embora haja uma grande disparidade ao nível da participação entre as instituições”. (Técnica/ articulação directa - nº5).

“Só por força e dinamismo das instituições é que temos contribuído para o combate a esses fenómenos. Elas é que continuam a trabalhar nesse sentido e vão muito mais além da Rede Social, estão muito mais atentas aos programas / projectos que poderão promover esse combate e atenuar as situações de pobreza e exclusão social”. (Técnica/ articulação indirecta - nº4).

“Quem mais participa são as instituições do Terceiro Sector, porque têm interesse nas candidaturas, por vezes, por uma questão de sobrevivência”. (Técnica/ articulação directa - nº1).

Esta realidade é perfeitamente justificável pelo facto de se tratar de organizações que resultam da própria sociedade civil, sendo uma manifestação de uma cidadania responsável e activa que tem como principal finalidade assegurar o bem-estar social dos cidadãos e a produção de serviços e equipamentos de interesse social e comunitário. A crescente intervenção deste sector é, como já foi expresso no enquadramento teórico, inegável na nova geração de políticas sociais e justifica-se como “papel complementar por compensação às ausências de intervenção do Estado” (Rodrigues, 2010:205). Contudo, apesar de assistirmos a uma gradual autonomização da sociedade civil, em termos de intervenção social, aquela ainda se encontra muito condicionada e dependente do Poder Central, sendo designada por Boaventura Sousa Santos citado por Ruivo (2000:33) como sociedade secundária, isto, “é uma sociedade civil criada ou mantida em parte pelo próprio Estado”, embora esses níveis de secundarização possam assumir expressões diferenciadas na luta contra a exclusão, consoante o local onde está inserida (Ruivo, 2000:34).

Em relação às Autarquias, outra das entidades que surge como mais participativa neste estudo, importa reforçar uma efectiva mudança na forma de intervir no social, uma vez que tradicionalmente a sua intervenção social estava mais limitada às questões habitacionais, das infra-estruturas e equipamentos básicos, nomeadamente das Juntas de Freguesia, nas quais a intervenção social é ainda restrita, uma vez que não dispõem de técnicos nesta área, conforme se depreende dos excertos das entrevistas seguidamente apresentados:

“As CSF não funcionam, por falta de empenho e interesse da parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia e das outras instituições locais”. (Técnica/ articulação directa - nº5).

“Os Presidentes das Juntas não reconhecem legitimidade às mesmas (CSF) nem qualquer interesse no seu funcionamento. Consideram que a responsabilidade dessa intervenção, ao nível da pobreza e exclusão social, é da Câmara Municipal”. (Técnica/ articulação indirecta nº - 4).

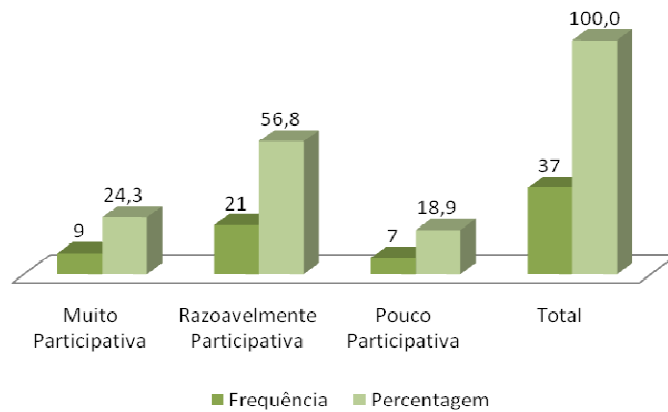
“ (...) nas CSF já não funciona tanto, dado o perfil dos seus líderes, pessoas com limitada formação, conhecimento, pouca sensibilidade e disponibilidade para assumir este desafio. Não conseguem dinamizar, porque também não estão envolvidos com este projecto”. (Técnica/ articulação directa - nº3)

Segundo o mesmo autor (ibidem) a cultura territorial de dependência do Poder Central pode constituir um factor explicativo da maior ou menor postura intervencionista face à exclusão, quer por parte do Poder Local quer por parte dos restantes actores sociais, denotando-se um grau insuficiente de autonomia à escala local ao nível da utilização dos recursos, da participação e concretização de programas na mobilização de recursos.

O Serviço Público, apesar da sua responsabilidade acrescida no desenvolvimento deste programa e no combate à pobreza e exclusão social, revelou uma menor participação. Neste, a fraca coordenação e articulação das prioridades de intervenção dos diferentes domínios das políticas públicas, decorrente, em parte, da afectação da responsabilidade de gestão nacional deste Programa a um Ministério específico, as lógicas de funcionamento burocratizado e verticalizado e a centralização hierárquica das decisões (ISS, 2005:16), a sobrecarga/ acumulação de funções, estando os seus técnicos locais distribuídos por diversas estruturas de parcerias, são alguns dos factores que podem justificar esta realidade.

Uma análise do grau de participação na Rede Social, de acordo com a perspectiva dos seus intervenientes, permite verificar que a maioria (56,8%) seleccionou o grau razoável para qualificar a sua participação, sendo 27% das IPSS/ONG, 8,1% das Autarquias, 13,5% do Serviço Público e 8,1% das Outras Entidades. Tendo presente a distribuição das entidades parceiras na amostra, verifica-se que 71,4% dos representantes do Serviço Público, 60% dos representantes das Autarquias, 58,8% dos representantes das IPSS e 37,5% dos representantes das “Outras Entidades” avaliam o seu grau de participação como razoável.

Apenas 24,3% do total dos inquiridos consideraram que a sua entidade é muito participativa, sendo de salientar nesta dimensão as IPSS/ONG (8,1%), seguindo-se os Serviços Públicos, Autarquias e as “Outras entidades” com igual percentagem (5,4% respectivamente). Tendo presente a distribuição das entidades parceiras na amostra, verifica-se que 40% das Autarquias consideram ser muito participativas, seguindo-se o Serviço Público (28,6%), as “Outras Entidades” (25%) e as IPSS/ONG (17,6%).

Gráfico 9: Grau de Participação**Base: 37 indivíduos**

Do total dos inquiridos, 18,9% consideraram que a sua entidade era pouco participativa. As entidades que referiram ser mais participativas são representadas maioritariamente por Técnicos em vez de Dirigentes, ao contrário das restantes. Este facto poderá estar relacionado com a maior disponibilidade, capacidade e sensibilidade para as questões da pobreza e exclusão social, devido à sua formação académica, maior experiência de trabalho em estruturas de rede e autonomia do corpo técnico, com a consequente delegação de competências. Em suma, existem diferentes graus de envolvimento dos parceiros, o que implica uma menor fluidez na disseminação de informação e consequentemente um desequilíbrio de poderes na participação democrática de decisões colectivas, e no relacionamento entre as organizações, assente, na maior parte das vezes, em receios infundados de instituições face à concertação de esforços para alcançar objectivos comuns.

A experiência e prática de trabalho de parceria conduz, como podemos constatar, a uma maior participação, uma vez que os representantes das entidades parceiras que aderiram desde o início a esta estrutura de rede, demonstraram maior disponibilidade para participarem activamente neste trabalho, nomeadamente nas diferentes dimensões de participação em avaliação neste estudo. Como refere Alcides Monteiro (2006:92) “quem já participa vai ganhando saberes, competências e conexões que facilitam o seu acesso a novas estruturas e novas formas de participação”.

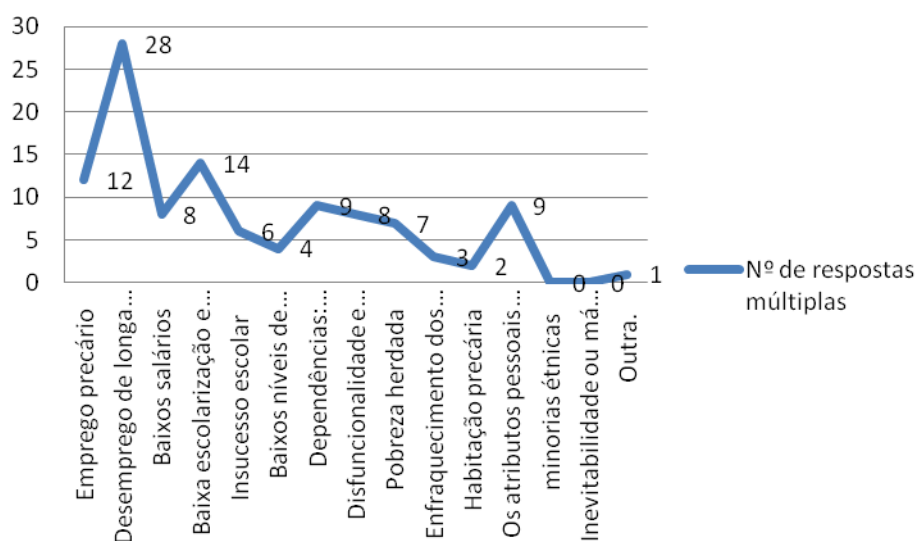
3.3. Pobreza e Exclusão Social

3.3.1. Mecanismos Produtores da Pobreza e Exclusão Social no Concelho de Ovar

A percepção dos mecanismos produtores da pobreza e exclusão por parte dos representantes da Rede Social é relevante, uma vez que permite avaliar o grau de conhecimento que os mesmos detêm sobre as situações de pobreza e exclusão social no território onde actuam e o modo como as compreendem, factor de extrema importância para quem partilha a responsabilidade local da definição das estratégias de combate a esses males sociais. Assim, foi solicitado aos representantes do CLAS a indicação por ordem crescente do grau de importância que atribuíam às várias possibilidades contempladas na categorização predefinida, num máximo de três, sendo uma resposta de múltipla escolha.

Para a grande maioria dos representantes inquiridos, *as situações que melhor explicam o facto das pessoas se encontrarem em situação de pobreza e exclusão social* no concelho de Ovar, independentemente do grau de importância atribuído, são o desemprego de longa duração, opção seleccionada por 28 inquiridos, correspondendo a 75,7% do total da amostra, a existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada (37,8%) e o emprego precário (32,4%). Os atributos pessoais dos indivíduos em situação de exclusão social foram ainda referenciados por alguns dos representantes (9 inquiridos, 24,3%), sendo a quarta opção, em simultâneo com as Dependências (alcoolismo e toxicodependência).

Gráfico 10: Mecanismos produtores de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar



Base: 37 inquiridos

A situação de desemprego de longa duração foi referenciada como a mais importante por 51,4% do total dos inquiridos e como segunda mais importante por 16,2%. Depois do desemprego, a segunda mais importante situação reconhecida para a pobreza, recaiu maioritariamente sobre o emprego precário (16,2%), seguida dos baixos salários de trabalho (13,5%). A terceira mais importante incidu, com igual percentagem (16,2%), sobre três factores, a existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada, os atributos pessoais e a disfuncionalidade e desagregação familiar. A situação de marginalidade e discriminação das minorias étnicas e população imigrante assim como a inevitabilidade e má sorte não foram identificados por nenhum representante. A opção destes indicadores revelou-se comum às características sócio-demográficas dos inquiridos, não existindo grande disparidade ao nível do género, idade, habilitações literárias e ao tipo de instituição.

Síntese

O desemprego e o emprego precário surgem como os principais mecanismos produtores de pobreza e exclusão social, seguida da existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada.

Esta micro-análise circunscrita a um concelho apresenta resultados semelhantes à que foi manifestada pelos europeus no inquérito Eurobarómetro sobre Pobreza e Exclusão Social, publicado em Outubro de 2009, na qual os europeus referenciam o desemprego como o factor social mais comum para justificarem o facto de as pessoas serem pobres, assim como as baixas qualificações, como motivo pessoal. À semelhança da Europa, também em Portugal um dos principais factores de risco de pobreza é o desemprego, apresentando uma taxa de risco de pobreza crescente. O risco de pobreza agravou-se em 2008 para a população desempregada, com 37%, em comparação com os 34,6% do ano anterior²⁷. A importância do trabalho não só como principal fonte primária de rendimentos e meios de subsistência, mas como principal referencial do estatuto social nas nossas sociedades²⁸, justifica que a sua ausência possa suscitar uma baixa estima social e o desenvolvimento de uma identidade negativa (Capucha, 2005a:123), ao ponto de conduzir a um processo que Castel designa de *desafiliação*. Na nossa sociedade, o trabalho continua a ser o principal factor de inclusão e condição essencial para o exercício da cidadania, permitindo o acesso a rendimentos, a integração social, a satisfação de se sentir útil e de ser reconhecido e o sentimento de auto-realização. Na actual crise e recessão, o desemprego assume facetas estruturais e permanentes, transformando-se num fenómeno resistente às políticas passivas, compensadoras de rendimentos perdidos, através da subsidização (Hespanha, 2007:34-39). Neste quadro, os Estados, sobretudo no espaço europeu, foram substituindo as lógicas de acção passiva, que se traduzem num peso acrescido no sistema de protecção social, por políticas mais activas de emprego, considerando o “regresso ao trabalho” como principal via para a inclusão social, designadamente dos grupos mais desfavorecidos (ibidem). Neste sentido, as medidas de activação, assentes na ideia que as situações de exclusão e pobreza só são verdadeiramente combatidas com a participação de quem as

²⁷ INE- 15 de Julho de 2010, Rendimentos e Condições de Vida

²⁸ A sociedade ocidental é uma sociedade produtiva, salarial, na medida em que o trabalho aparece como fundamento de direitos e cidadania

experimenta, começam a consolidar-se, apesar de alguns desajustamentos, já abordados neste trabalho (compulsão, carácter punitivo, mercado de trabalho secundário, etc.) e que impedem situações efectivas de inserção.

Hoje, salienta-se a necessidade de se criar novos formatos complementares e alternativos, com maior grau de especificidade, sobretudo no âmbito do Mercado Social de Emprego, componente particular das medidas activas de emprego em Portugal, que possam abarcar as diversidades dos novos públicos desempregados, como forma de aumentar a sua empregabilidade (ibidem). O espaço privilegiado para a imaginação destes formatos tende a ser assegurado pelo chamado Terceiro Sector (Hespanha, 2007:51). Esta nova forma de pensar e de operacionalizar as estratégias pressupõe uma actuação coordenada, assente em parcerias alagadas, descentralizadas e de proximidade, com um conhecimento directo dos problemas locais e dos recursos dos territórios, desempenhando a Rede Social um papel fundamental neste processo, através de um planeamento estratégico da intervenção social.

Luís Capucha (2005b:179) alerta ainda para o facto da situação de desemprego de longa duração “gerar a erosão das aptidões profissionais e a progressiva diluição de hábitos e laços sociais que balizam a vida quotidiana (...) e que as possibilidades de reverter a situação diminuem à medida que aumenta a duração do mesmo e que esta situação atinge principalmente os trabalhadores mais velhos e menos qualificados”. Vários autores (Capucha, 2005a:156; Rodrigues, 2010:156) fazem distinção entre dois tipos de desemprego: o de transição, de curta duração, no qual o desempregado mantém a capacidade de ser empregável e o de exclusão, de longa duração, no qual se vai operando uma ruptura tendencialmente definitiva com o mercado de trabalho. A categoria social dos desempregados tem sido apontada por diversos autores (Almeida, et al., 1994:90; Capucha, 2005b:179; Rodrigues et al.1999b:71) como uma das que se encontram mais facilmente em situação de pobreza.

Este factor de exclusão aparece ainda muito associado a grupos desqualificados, havendo uma relação directa entre aquele factor e o baixo nível de qualificações, sendo uma evidência estatística explorada na literatura (Capucha, 2005b; Costa; 2008; Rodrigues, 2010). Esta realidade reflecte bem as características estruturais da pobreza em Portugal. Até à década de 60, Portugal ainda era um país essencialmente agrícola, em que perto de um terço da população vivia no interior rural e quase metade da população trabalhava no sector primário (43%) e apresentava um nível baixo de escolaridade (Capucha et al., 2005a), característica esta que ainda hoje constitui um traço estrutural da nossa sociedade, como podemos constatar pela análise dos dados. Esta baixa escolaridade ou qualificação da população activa constitui ainda um factor de vulnerabilidade, mesmo para a população que se encontra integrada no mercado de trabalho, se tivermos em conta que uma grande parte desta população acumula outros factores de risco, como os baixos salários, a precariedade do vínculo laboral, a falta de qualificação para um emprego diferente e, num futuro mais ou menos

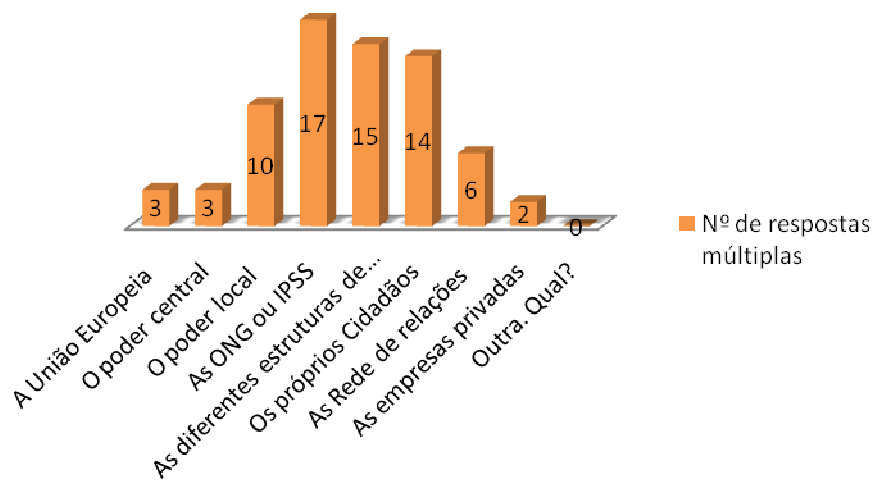
próximo, consoante a idade, o usufruto de pensões mais baixas. Segundo Eduardo Vítor Rodrigues (2010:171) a escolaridade e a qualificação são factores explicativos das condições de desfavorecimento, mas simultaneamente dos riscos de queda nessas mesmas situações. Este indicador foi escolhido na sua maioria por inquiridos representantes das IPSS/ONG (50%), por aqueles que possuem maiores habilitações literárias, Licenciatura ou superior (92,9%), pelo grupo etário mais jovens e em idade activa, 50% (25-44) e prioritariamente feminino (64,3%). Os representantes com cargo de técnicos foram os que referiram maioritariamente esta opção (57,1, %).

O emprego precário, a 2ª opção mais importante seleccionada pelos inquiridos, como estando na origem das situações de pobreza, é identificado em diversos estudo como uma situação que potencia situações de vulnerabilidade acrescida. Contudo, alguns autores (Costa et al., 2008; Capucha, 2005b; Rodrigues, 2010) consideram que não é a explicação principal para o grosso dessas situações entre a população que se encontra a trabalhar. No que respeita à incidência da pobreza, verifica-se que o facto de estar empregado permite reduzir a vulnerabilidade à pobreza, embora não seja condição suficiente (10,3% em 2008), existindo outros factores, como os baixos salários e as baixas qualificações, que mantém a situação de vulnerabilidade desta população. Na verdade, “uma boa parte dos pobres em Portugal, trabalha, trabalhou ou pertence a famílias com activos empregados” (Capucha, 2005b:117).

Os atributos pessoais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social ainda foram referenciados por 24,3% dos inquiridos, confirmando a linha de pensamento de Costa (2008:192), de que persiste na sociedade portuguesa uma perspectiva culpabilizante da própria população pobre, associando essa condição à preguiça ou falta de força de vontade destas pessoas. Esta opção foi seleccionada na sua maioria por inquiridos representantes das IPSS/ONG e das “Outras entidades” (33,3%), seguido das Autarquias (22,2%), por aqueles que possuem maiores habilitações literárias, Licenciatura ou superior (44,4%) e Bacharelato (33,3%), pelos grupos etários mais jovens e em idade activa, 44,4% (45-64) e 33,3% (25-44) e prioritariamente feminino (66,7%). Os representantes com cargo de dirigentes foram os que referiram maioritariamente este indicador (55,6%). Este resultado é compreensível quando analisamos os referentes à responsabilidade pela redução e prevenção da pobreza, uma vez que 18,9% dos inquiridos consideraram que os próprios cidadãos são os principais responsáveis pela mesma.

3.3.2. Responsabilidade pela Redução e Prevenção da Pobreza e Exclusão Social

A responsabilidade pela redução e prevenção da pobreza e exclusão social recaiu prioritariamente sobre o Terceiro Sector, as IPSS/ONG. Esta opção foi seleccionada por 17 representantes, correspondendo a 45,9% do total dos inquiridos, seguindo-se as diferentes estruturas de parceria locais (40,5%) e os próprios cidadãos (37,8%). A responsabilidade do Poder Local surgiu como a 4ª opção dos inquiridos, (27%).

Gráfico 11 - Responsabilidade pela redução e prevenção da pobreza e exclusão social

Base: 37 inquiridos

No entanto, quando analisamos o grau de importância atribuído, o Poder Local e as IPSS/ONG (22,9% respectivamente) surgiram como os principais responsáveis pelo combate à pobreza, contra os 5,7% referenciados para a União Europeia e o Poder Central. Como segundos responsáveis mais importantes apareceram as IPSS/ONG (25,7%), seguida das diferentes estruturas de parceria locais (22,9%) e dos próprios cidadãos (20%). As empresas privadas foram referenciadas apenas por 5,7%. A opção das IPSS/ONG como principal responsável surgiu maioritariamente no género feminino (70,6%), no grupo etário mais jovem, dos 25-44 (58,8%) e com maior habilitação literária (70,6%) e em representantes das próprias IPSS/ONG (64,7%) e das "Outras Entidades" (23,5%). Em relação aos outros dois principais responsáveis, o perfil encontrado era semelhante. Quanto ao Poder Local, esta opção foi transversal aos géneros (50%) e surgiu maioritariamente no grupo etário dos 45-64 (60%) com menor habilitações literárias (40%) e em representantes das IPSS/ONG e das "Outras entidades" (30%).

Comparando estes resultados com os do inquérito Eurobarómetro 2009, constatamos que 53% dos europeus consideraram que os governos nacionais são os principais responsáveis, seguido dos próprios cidadãos (13%). Os portugueses, por sua vez, seleccionaram, o governo (63%), a União Europeia (14%) e os cidadãos (5%). No entanto, quando questionados sobre quem é mais confiável na luta contra a pobreza, 63% dos europeus referiram confiar na acção das ONG e em outras similares para combater a pobreza, seguindo-se as acções dos próprios cidadãos (57%) e das

autoridades locais e regionais (50%). Apesar de quererem o envolvimento urgente dos governos, apenas 36% confia nas suas acções. Os portugueses apresentavam valores idênticos.²⁹

Síntese

Os resultados desta pesquisa demonstram que os inquiridos consideraram como principais responsáveis, aqueles cuja intervenção é mais confiável e visível na redução ou prevenção da pobreza e exclusão social, evidenciando, assim, resultados similares à tendência nacional e europeia. Importa, no entanto, salientar a importância atribuída às estruturas de Rede Social, como o CLAS, o que traduz uma mudança na forma de intervir no social, apostando em parcerias alargadas, como estratégia colectiva mais eficaz no combate à pobreza.

Esta leitura reflecte também a importância do papel do Terceiro Sector na nossa sociedade, sendo este quem cada vez “mais assume o protagonismo e responsabilidade na produção de respostas sociais e, portanto, quem mais influencia e modela uma determinada cultura de intervenção social em Portugal “ (Aires, 2005:118). Ultimamente temos vindo a assistir a processos de mudança neste sector ao nível da sua progressiva abertura a estratégias e actividades mais inovadoras, à introdução de novas técnicas e metodologias de intervenção, ao aumento da qualificação dos técnicos e dirigentes, ao estabelecimento de parcerias alargadas e à aposta em estratégias que favoreçam uma maior proximidade e capacidade de participação das pessoas mais vulneráveis (ibidem). As lógicas, as estratégias e as formas de intervenção dos actores institucionais, constituem, segundo Eduardo Vítor Rodrigues (2010:267) factores que promovem o sucesso ou insucesso das políticas sociais no território, contribuindo para produzir e reproduzir as marcas de vulnerabilização dos sujeitos que ocupam esses territórios. “ Aqueles que se assumem como instrumentos de combate à pobreza são, eles próprios, factores de perpetuação do problema e mesmo da sua acentuação (...) fruto quer da inércia institucional, quer da ausência de estratégias de intervenção ou da adopção de estratégias erradas” (ibidem).

Este Terceiro Sector, também designado por Economia Social, tem condições para desempenhar um papel fundamental no território, ao potenciar o capital social da comunidade, ao fomentar a capacidade de empregar pessoas mais vulneráveis ao mercado de trabalho, de revitalizar as economias locais e modernizar os modelos de gestão, ao privilegiarem as metodologias participativas, em suma, de garantir o bem-estar social. Assim à velha economia social, que desconfia da economia e se situa preferencialmente fora dela, sucede a nova economia, a economia solidária, assente no desenvolvimento das empresas de inserção e no desenvolvimento local (Rodrigues, 2010:273). A importância da proximidade, de uma gestão territorial das políticas e intervenções e de uma acção em rede local, em que imperem os princípios da participação e das parcerias, no combate à pobreza e exclusão social, são bem ressaltadas nesta análise. O combate à pobreza e exclusão social aparece igualmente como uma responsabilidade e competência do Poder Local, destacando-se

²⁹ 62% dos portugueses confia na acção das ONG/Organizações Não Governamentais e outras similares para combater a pobreza, seguido pelas acções dos próprios cidadãos (60%) e das autoridades locais e regionais (55%).

o seu papel decisivo, quer pela proximidade aos problemas, pelos níveis de decisão mais próximos das comunidades locais, quer como entidade mediadora das acções realizadas neste domínio (Ruivo, 2000:16).

Em reforço desta ideia importa referir as declarações de algumas das entrevistadas:

“A autarquia é a entidade com melhores condições para liderar este processo. Não sinto qualquer instrumentalização política, nem favorecimento ou confusão de papéis. As entidades é que não participam e não entendem muito bem o que é a rede social e associam a Câmara a esta estrutura”. (Técnica/ articulação directa - nº 5).

“Inicialmente foi o parceiro ideal, mas agora acho que (a liderança) está muito viciada e cristalizada. Os parceiros estão sempre à espera que a Câmara assuma o papel, delegam total responsabilidade sobre a mesma. Há instrumentalização política e uma forte confusão de papéis entre o CLAS e a Câmara Municipal”. (Técnica/ articulação indirecta - nº 4).

“Em termos teóricos o poder local seria o líder natural e com melhor condições para a definição das políticas e estratégias locais. A liderança do poder local poderia constituir uma vantagem, se houvesse imparcialidade e boa fé da parte deste parceiro (...). A fotografia é bonita, mas somos constantemente ludibriados pelos seus interesses e a informação não é divulgada com honestidade. Há uma forte instrumentalização política em todo este processo”. (Técnica/ articulação directa - nº 1).

Apesar dos constrangimentos referenciados, sobre a intervenção do poder local, todas foram unânimes em considerá-lo como o parceiro ideal para coordenar a Rede Social.

A dinamização dos diferentes sectores da sociedade civil parece constituir uma resposta às insuficiências do Estado-Providência e à impossibilidade do mercado substituir o Estado na resolução destas situações. “Cabe à sociedade, genericamente considerada, eventualmente a novos actores sociais que surjam no palco dos acontecimentos e a cada um de nós individualmente considerado, assumir uma atitude empreendedora, isto é, uma atitude participativa, incentivando a promoção do desenvolvimento (individual, regional, local) e, por conseguinte a correcção de eventuais situações de desigualdades e a transformação do sistema político” (idem:124).

3.3.3. Casos de Sucesso no Combate à Pobreza e Exclusão Social

A maioria dos inquiridos (61,1%) referiu conhecer casos de sucesso no combate à pobreza e exclusão social no âmbito da sua intervenção e alguns (40,5%) indicaram o número de casos conhecidos. A maior parte, essencialmente representantes das IPSS/ONG e das “Outras Entidades”, referiu entre 3 a 5 casos de famílias residentes em Ovar que conseguiram romper com o ciclo de pobreza. O reduzido número referenciado pela maioria dos inquiridos conduz-nos à reflexão sobre a persistência da pobreza e a sua herança social. Na década de 50 do século XX, Óscar Lewis falava de uma cultura de pobreza “como uma adaptação e uma reacção dos pobres à sua posição marginal na sociedade, havendo a tendência, como em qualquer cultura, para se perpetuar de geração em geração pelos mecanismos conhecidos de socialização e enculturação a que as crianças eram sujeitas” (Amaro et al. 2001: 28). Esta perspectiva foi contestada por aqueles para quem a pobreza e

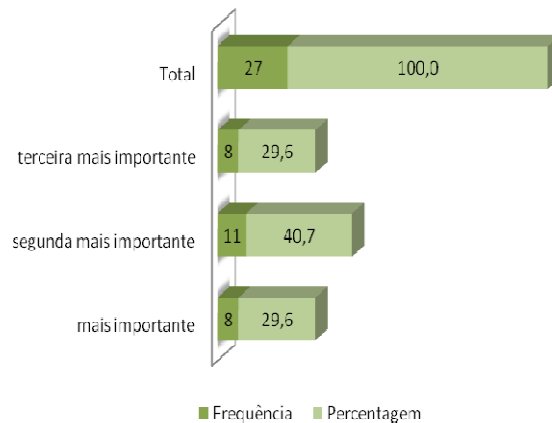
a sua permanência é sobretudo resultado das condições estruturais da sociedade. Como sustenta Bruto da Costa (1998:49), quanto mais intensa e prolongada é a pobreza mais difícil é a sua saída dessa situação, devido à gravidade das “«perdas» no domínio das condições de vida, no respeitante à participação na vida da sociedade, no campo das relações sociais, no domínio psicológico, até à situação limite de perda de identidade pessoal (...). Estas perdas funcionam como factores de amarração à pobreza” e podem conduzir à transmissão da pobreza e dos seus handicaps à geração seguinte. Luís Capucha (2005b:168) utiliza a expressão “círculos de pobreza instalada” para designar estas situações de pobreza duradoura, localizadas territorialmente e que tendem a reproduzir-se geracionalmente”. Por sua vez, Almeida et al. (1994:95) defendem que as diversas características da pobreza concretizam-se em modos de vida mais ou menos coerentes e solidificados, que não cabe aqui desenvolver: destituição, restrição, dupla referência, poupança, convivalidade, investimento na mobilidade e transitoriedade.

Este indicador remete-nos também para outra reflexão, a dos efeitos e da eficácia das políticas sociais e dos modelos de intervenção adoptados, exigindo-se mudanças efectivas quer do lado do Estado, através de uma maior coordenação e articulação das políticas públicas, de maior partilha de responsabilidades com a sociedade civil e o desenvolvimento de uma acção mais descentralizada e próxima das comunidades, quer da Sociedade civil, com uma actuação que se centre na afirmação dos direitos, em iniciativas mais autónomas, assentes no princípio das parcerias e do empowerment dos cidadãos, numa filosofia de cidadania.

3.3.4. Obstáculos à Diminuição e/ou Eliminação da Pobreza e Exclusão Social

No que diz respeito aos *obstáculos à diminuição e/ou eliminação da pobreza e exclusão social* neste concelho, os inquiridos apontaram três principais obstáculos: a *prolongada dependência das pessoas em situação de vulnerabilidade das medidas de política social e outros apoios* (73%), o *desfasamento entre as qualificações exigidas pelo mercado e as qualificações dos indivíduos* (45,9%) e, por último, o *encerramento/ou deslocalização de empresas locais* (37,8%). A ausência de um *planeamento estratégico do território* surgiu como 4ª opção (27%).

Gráfico 12 - Grau de importância atribuído à prolongada dependência das pessoas das medidas de política social e outros apoios



Base: 27 indivíduos

Contudo, quando analisamos o grau de importância atribuído pelos inquiridos, este quarto obstáculo emerge como o mais importante na escala proposta, (21,6%) e o primeiro surge como o segundo mais importante obstáculo (40,7%), seguido do *desfasamento entre as qualificações exigidas pelo mercado e as qualificações dos indivíduos* (18,9%). A opção da *ausência de um planeamento estratégico* como um dos mais importantes obstáculos foi referenciada maioritariamente pelas IPSS/ONG, Serviço Público e “Outras Entidades”, e surgiu maioritariamente no género feminino, no grupo etário mais jovem e com maior habilitação literária.

De acordo com a informação disponibilizada pelas entrevistas, o CLAS de Ovar ainda está numa fase incipiente no que concerne à assimilação e concretização das formas de um planeamento estratégico participado, apesar de já reflectir um esforço nesse sentido, como podemos ver pelos testemunhos das entrevistadas:

“A Rede Social de Ovar é eficaz ao nível da concertação de estratégias e de acções, no fomento de um Diagnóstico e um PDS participado, o problema é a falta de participação dos parceiros. A ausência de um Planeamento estratégico global é um dos maiores constrangimentos e ainda estamos muito longe de o conseguir”. (Técnica/ articulação directa - n^o1).

“Os documentos produzidos pela Rede Social, como o diagnóstico, são muito confusos e extensos, ninguém lê. Não traduzem uma visão global da estratégia a seguir, são peças soltas, sem grande articulação”. (Técnica/ articulação directa - n^o3).

“Pouco investimento na construção de um Planeamento Estratégico”. (Técnica/ articulação indirecta - n^o4).

A importância atribuída à prolongada *dependência das pessoas em situação de vulnerabilidade das medidas de política social e outros apoios* está intimamente relacionada com a percepção vigente na nossa sociedade de que os apoios sociais perpetuam as situações de pobreza e exclusão social,

criando dependências e um certo laxismo. Esta opção remete-nos para a reflexão seguida por Eduardo Vítor Rodrigues (2010:115-267) sobre os factores cumulativos de imobilização social. Estes são entendidos “como processos sociais multidimensionais que promovem ou facilitam a inércia dos indivíduos relativamente às dinâmicas sociais de mudança e que têm uma presença cumulativa na explicação dos processos de vulnerabilização social, de desqualificação e de desafiliação” (...). O carácter cumulativo dos imobilismos sociais (Competências, Físicos, Territoriais, Relacionais, Institucionais, Representações, e Materiais) promove um tendencial afastamento das relações sociais e um progressivo isolamento relacional, impedindo a saída do processo excludente (ibidem). Na sua análise dos processos de imobilização dos beneficiários de RSI, este autor distingue três tipos de beneficiários: os acomodados (por opção ou omissão), os bloqueados e os incomodados. Os acomodados por opção, resultante de um conjunto de características de desmotivação, de laxismo e de ausência de um projecto de vida, com propensão para o afastamento dos laços sociais, os acomodados por omissão, os que recebem passivamente a prestação por não perspectivarem nenhuma alteração dos mecanismos de fragilização da sua própria história de vida, como os idosos e os portadores de deficiência; os bloqueados, aqueles que recebem passivamente a prestação e não conseguem mobilizar uma estratégia de inserção, como o caso das mulheres que se encontram ocupadas na prestação de cuidados a membros do agregado familiar e que estão impossibilitadas de melhorar as suas condições de vida; os incomodados, indivíduos motivados e disponíveis para uma estratégia de inserção, uma vez que acumulam o recebimento transitório da prestação com uma carga (auto) estigmatizante e de vergonha social. As medidas e os apoios sociais têm, assim, diferentes valorizações e consequências para os beneficiários, exigindo, por isso uma heterogeneidade de abordagens e de respostas de inserção, ou seja, de políticas sociais estruturais, preventivas e integradoras, passíveis de antever os problemas sociais e as suas consequências, intervindo nos factores que os originam e tendem a fortalecer esses mesmos problemas (ibidem). Bruto da Costa (1998:49) já referia que o pobre vai acumulando handicaps, cuja gravidade aumenta com a intensidade e o tempo de permanência na pobreza, podendo mesmo modificar a sua personalidade e dificultar o seu processo de inserção.

As políticas sociais existentes tendem ainda ser paliativas e reactivas, respondendo aos problemas sociais à medida que vão emergindo, não intervindo na sua génese, mas nas suas consequências, mantendo os cidadãos numa situação de dependência duradoura em relação a essas políticas, tornando-se perpetuadoras do próprio problema. Há que apostar no desenvolvimento de novas políticas, como já foi referenciado, políticas de parceria e multiníveis, como designa Eduardo Vítor Rodrigues (2010:268), assente na actuação conjunta de diferentes actores sociais e num processo de descentralização que privilegie os territórios locais, as incitativas de proximidade e formas de democracia participada, cujo Programa Rede Social é um exemplo por excelência.

3.3.5. Impacto do Trabalho Desenvolvido pela Rede Social no Combate à Pobreza e Exclusão Social

Neste sub-capítulo pretende-se identificar, de acordo com a perspectiva dos inquiridos, os principais impactos globais da Rede Social, como instrumento eficaz no combate à Pobreza e Exclusão Social, de forma a potenciar as dinâmicas de inclusão social e de desenvolvimento local. Optou-se, numa 1ª fase, por analisar os aspectos positivos e negativos da intervenção, no sentido de traçar um panorama geral das principais percepções dos representantes da Rede Social, para, num segundo momento, apresentar a avaliação final e as possíveis formas de desenvolvimento, por referência às principais considerações e avaliações proferidas pelo CLAS. Assim, foi solicitado aos representantes do CLAS a avaliação das principais potencialidades e constrangimentos que se colocam à sua intervenção, indicando por ordem crescente o grau de importância que atribuíam às várias possibilidades contempladas na categorização predefinida, num máximo de três.

Os aspectos positivos mais identificados pelos inquiridos, independentemente do grau de importância atribuído, foram a *coordenação da intervenção social local, a gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais*, com igual percentagem (67,6%) e a *construção de diagnósticos actualizados sobre o território* (56,8%). Como 4ª opção surge o *esforço de investimento na cobertura adequada por serviços e equipamentos sociais* (35%). Contudo, quando avaliamos, o grau de maior importância, este recai sobre a *construção de diagnósticos actualizados sobre o território* (30,6%), sendo uma opção mais feminina, do grupo etário mais jovem e mais qualificado e dos representantes técnicos das IPSS/ONG, “Outra Entidades” e Autarquias: Seguindo-se a *coordenação da intervenção social local* (27,8%), com um perfil idêntico, embora como o predomínio de representantes dirigentes das IPSS/ONG, Serviço Público, e “Outra Entidades”. O segundo mais importante incide sobre a *gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais* (39,6%). Os menos referenciados foram a *inovação e criatividade nos métodos de trabalho nas estratégias de intervenção* e a *formação dos técnicos e dirigentes*.

A este propósito, todas as entrevistadas reforçaram a *concertação estratégica* promovida pelo CLAS, como um dos aspectos mais positivo. Esta é entendida como uma metodologia eficaz de “negociação entre os representantes de várias instituições que tem por base, a tomada de decisões, com o fim de obter um consenso sobre que objectivos, estratégias e resultados são possíveis concretizar no âmbito do PDS” (Castro, 2009:42). Este conceito é o que mais aparece, no conteúdo das entrevistas.

Na avaliação dos principais constrangimentos que se colocam à intervenção do mesmo no combate à pobreza e exclusão social, constata-se que mais de metade dos inquiridos apontaram como principais constrangimentos, a *dificuldade em promover o envolvimento das empresas locais*, (59,5%), a *insuficiente participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social* (45,9%), e, com iguais percentagens, a *ausência de um Modelo Organizativo de Articulação das estruturas de rede*

locais, a inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social e a insuficiência e acumulação de funções dos técnicos afectos ao Núcleo Executivo do CLAS (32,4%). Em relação aos constrangimentos mais seleccionados, o grau de maior importância incidu sobre a *inexistência de um Planeamento estratégico global* (27,8%), sendo uma opção mais feminina, do grupo etário dos 45-64 e dos representantes técnicos do Serviço Público, “Outras Entidades” e IPSS/ONG, seguindo-se a *ausência de um Modelo Organizativo* e a *insuficiência e acumulação de funções dos técnicos*. Os segundos mais importantes recaíram sobre a *insuficiente participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social* e a *dificuldade em promover o envolvimento das empresas locais* (25%). Este último constrangimento constitui também o terceiro mais importante (25,7%), seguido da *escassa informação e visibilidade dada à intervenção da Rede Social* (22,9%). Os aspectos menos valorizados foram: o *enquadramento legislativo da Rede Social restringir o espírito inovador da sociedade civil* e a *instrumentalização política da Autarquia*.

Os constrangimentos referenciados nas entrevistas vieram reforçar os já revelados nesta análise:

“ (...) acho que a existência de uma estrutura mais global que incorporasse e gerisse toda a intervenção social seria o ideal, pois assim seria possível trabalharmos todos com os mesmos objectivos e éramos detentores da mesma informação. Ainda há muitas parcerias alargadas a trabalhar autonomamente e desfasadas dos objectivos e prioridades da Rede Social”. (Técnica/ articulação indirecta - nº2).

“Seria fundamental a implementação do Modelo Organizativo que congregasse todas as estruturas de parceria locais sobe a égide do CLAS, de forma a ser possível a definição de uma estratégia global de intervenção ao nível do município”. (Técnica/ articulação directa - nº1).

A inexistência de estratégias locais que promovam a *participação do tecido empresarial e das pessoas em situação de pobreza e exclusão social*, assim como a *ausência de um Planeamento Estratégico* foram constrangimentos igualmente realçados pelas entrevistadas. Pelo contrário, a *instrumentalização política da autarquia* que não foi valorizada nos dados recolhidos através do questionário, foi salientada por algumas das entrevistadas, conforme relatos já expostos neste trabalho.

Síntese

A análise detalhada das potencialidades e constrangimentos revela uma gradual interiorização dos princípios do programa Rede Social nos quadros conceptuais e nas práticas de intervenção do CLAS de Ovar. É notório um investimento na promoção de processos de diagnóstico e planeamento participado, existindo uma percepção local da sua importância e dos ganhos em termos da capacidade de intervenção estratégica, sendo igualmente um elemento de inovação (ISS, 2005:10). Contudo, na prática, este investimento em metodologias de planeamento estratégico cinge-se ao nível das práticas dos técnicos, não sendo assimilado pelos níveis decisórios. Deste modo, os documentos produzidos, apesar de garantirem um conhecimento real, aprofundado e necessário, ainda que por vezes, desactualizados, traduzem-se mais em “instrumentos de reflexão estratégica sobre o território e sua intervenção do que numa efectiva execução de intervenção estratégica”

(idem:14). A análise dos constrangimentos no CLAS é reveladora deste facto, uma vez que a inexistência de um Planeamento Estratégico global surge como o condicionalismo mais importante referenciado pelos parceiros.

A promoção de uma coordenação da intervenção social foi outra das dimensões significativamente valorizada pela maioria dos parceiros como um ponto forte associado à implementação local da Rede Social. Esta coordenação permite conduzir a um redimensionamento das várias parcerias estratégicas de base local, minimizando a sobreposição da intervenção e contribuindo para a rentabilização, a gestão mais racionalizada de recursos e uma cobertura mais adequada do território por serviços e equipamentos sociais. A Rede Social, por vezes, “consegue impulsionar no nível local um grau de integração de políticas que, raramente, emana da Administração Central” (ISS, 2005:16). Apesar da inexistência de um Modelo Organizativo de Articulação das diferentes estruturas locais no concelho de Ovar, como é salientado pelos parceiros como um dos constrangimentos mais relevante, já se vão sentindo os efeitos positivos de uma coordenação da acção local, preparando-se para dar um salto qualitativo num futuro próximo.

A dificuldade em promover o envolvimento das empresas locais e a insuficiente participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social constituem obstáculos importantes realçados neste estudo e comuns a muitas redes sociais locais, na medida em que condicionam uma eficaz redução e prevenção da pobreza e exclusão social. É fundamental o envolvimento das redes locais com o meio económico em que se inserem, que interajam com as empresas, quer através dos empresários individuais quer das associações empresariais, no sentido de se promover novas sinergias e construir uma nova abordagem às questões da pobreza e exclusão social. Cada organização tem uma visão e um saber específico, complementar ao dos outros, contribuindo para uma visão global das dinâmicas sócio-económicas do território, através de uma combinação de recursos e competências, de forma a dar uma resposta mais eficaz aos problemas e necessidades locais. A responsabilidade social das empresas exige uma nova consciência e novas práticas, como uma forma de reequilibrar a relação entre o cidadão e as empresas (Domingos, 2005:89-99), ultrapassando o conceito de empresa-filantrópica, para um conceito mais exigente de empresariedade. Todavia, denota-se ainda alguma resistência das empresas locais para viabilizar esta nova perspectiva, para aderir a alterações que permitam a implicação com projectos comunitários locais. Em Portugal, não é frequente a “participação das empresas nestas parcerias de cariz social (...), embora seja fundamental, não só como destinatários dos projectos, mas como pares de forma a dar alguma consistência e realismo à formação e orientação profissional dos grupos mais desfavorecidos e assegurar, por último, a sua inclusão” (Nunes, 2002:62).

O outro obstáculo, a insuficiente participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, aspecto igualmente referenciado nas entrevistas, condiciona todo o processo de participação das medidas de política social activas, de que é exemplo a Rede Social, nas quais a mobilização de todos

os actores sociais, a participação e o envolvimento das pessoas que sofrem a exclusão devem ser implementados a todos os níveis, prioridades que são amplamente assinaladas no PNAI, na ENPSIS e nos princípios orientadores deste Programa. As pessoas que sofrem situações de pobreza e exclusão social, para além de não terem hábitos de participação, por se encontrarem há muito tempo afastados dos diferentes processos de decisão, são igualmente confrontadas com inúmeros obstáculos quando procuram participar, quando procuram ser cidadãos activos. Estes obstáculos reportam-se à falta de confiança, perda de capacidades, ao isolamento, ao conformismo, ao baixo nível de aspirações, à falta de poder e de informação, bem como problemas financeiros, de emprego, de saúde, de discriminação e de fraco acesso à habitação, formação e educação.

A participação é uma prioridade no desenvolvimento de estratégias de combate à pobreza e exclusão social, na medida em que só com a implicação directa dos indivíduos, vítimas destes fenómenos, é que se poderão implementar políticas efectivas de inclusão social. A concretização deste princípio exige abordagens específicas e práticas efectivas e continuadas no tempo, uma vez que existe ainda uma frágil cultura de cidadania e de direitos sociais na sociedade portuguesa. O processo de consciencialização e interiorização da participação é lento e gradual e deverá dirigir-se a todos os actores sociais, não só à população mais desfavorecida, mas prioritariamente àqueles que são detentores dos processos de decisão, constituindo a Rede Social o instrumento privilegiado para promover uma verdadeira democracia participativa.

A questão reside no aumento do empowerment do cidadão individual, das organizações e da comunidade. No contexto de uma democracia participada, as perspectivas actuais exigem que esse empowerment se situe para além da coordenação das parcerias e se oriente para acções que visem alterações de distribuição de poder e dos recursos (...) assente em três estratégias: a transformação das estruturas de decisão, a distribuição dos recursos de forma mais igualitária e a transformação cultural dos actores envolvidos (Guerra:2006:159-161). Estes princípios estão presentes num instrumento considerado relevante para a promoção da cidadania activa, o Orçamento Participado/OP, modelo já experimentado em alguns municípios portugueses, com um nível de decisão política que garante maior proximidade entre os cidadãos e decisores. Esta metodologia surgiu no Brasil e tem vindo a expandir-se, assumindo-se como uma nova forma de governança, na qual a participação directa dos cidadãos é fundamental em processos de consulta, de co-decisão e na definição de prioridades face ao investimento do orçamento público em determinados territórios e assenta na reflexão e debate relativamente aos problemas e dificuldades dos cidadãos e dos territórios onde se inserem (Gonçalves, 2009:1-9).

Alguns dos constrangimentos assinalados vêm de encontro aos detectados nas avaliações nacionais efectuadas ao funcionamento do Programa Rede Social e aos referenciados por alguns autores, e que já foram abordados neste trabalho. Aspectos que se prolongam no tempo, com graus diferenciados consoante o território e as dinâmicas locais, e que se vão cristalizando, havendo

necessidade de se promover um salto qualitativo no funcionamento dos CLAS, de forma a conferir maior eficácia na aplicação das medidas, programas e projectos de combate à pobreza e exclusão social.

3.3.6. Avaliação da Importância e Contributos da Rede Social no Combate à Pobreza e Exclusão Social

O contributo da intervenção da Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar foi avaliado positivamente pela clara maioria dos inquiridos, ou seja, por 91,7%, contra apenas 8,3% que não concorda com tal intervenção. Esta opinião é transversal ao género, às idades, às habilitações, ao tipo de instituição e cargo que ocupam os representantes inquiridos, assim como ao tempo de permanência no CLAS.

Dos 33 inquiridos que responderam positivamente a esta questão, 26 apresentaram alguns indicadores que legitimam esse entendimento e que foram categorizados, de acordo com as palavras-chave que mais predominavam no discurso, para melhor sistematização:

Tabela n.º11	Contributos da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social
Articulação/Gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais	<p>"Uma maior e mais visível articulação, permitindo que as situações de risco sejam acauteladas."</p> <p>"Através de uma maior e melhor articulação dos recursos existentes e criação/ dinamização de outras respostas consideradas pertinentes através da realização do diagnóstico".</p> <p>"Especialmente porque fomenta a articulação entre as instituições possibilitando uma maior resposta a diferentes situações de pobreza e exclusão social, ajudando igualmente na identificação de focos de pobreza não abrangidos ou parcialmente trabalhados, possibilitando a sua cobertura".</p> <p>"Promove a articulação e subsidiariedade dos recursos concelhios".</p> <p>"Porque contribuindo para a organização e adequabilidade das respostas sociais, abre o caminho nesse sentido ainda que de forma incipiente por enquanto".</p>
Maior difusão da informação actualizada a todas as entidades	<p>"No âmbito da divulgação/partilha de informação relativa às respostas sociais, serviços e projectos existentes nas diversas instituições do concelho, promovendo a partilha e o trabalho em parceria/interinstitucional".</p> <p>" Porque as entidades aderentes ao CLAS estão melhor informadas dos instrumentos de combate à pobreza e exclusão social e reportam aos clientes que os procuram ".</p> <p>"Tem proporcionado uma maior visibilidade e conhecimento sobre os problemas sociais do Concelho".</p> <p>"Tem tido iniciativas de promoção da solidariedade e de alerta da população para o problema".</p> <p>"Informando os parceiros sobre os projectos que vão surgindo na área do social e que permitem combater a pobreza e exclusão social".</p> <p>"A participação e divulgação de programas de âmbito local e nacional".</p> <p>" Sensibilização para a problemática da Pobreza e Exclusão Social junto da comunidade e entidades locais".</p>
Coordenação da intervenção social local	<p>"Deram-se passos positivos. Há maior coordenação e mais envolvimento da comunidade para as causas sociais através de parcerias. As Comissões Sociais de Freguesia também têm contribuído para a mudança de comportamento, muito em especial ao nível da prevenção. Mas há muito a fazer".</p> <p>"A coordenação e gestão da intervenção social local".</p> <p>"Apesar das dificuldades, a acção da Rede Social tem produzido resultados positivos na coordenação/aprovação dos projectos implementados pelas instituições parceiras ".</p> <p>"Se existem famílias em carência, com toda a certeza que se não existisse uma concertação da Rede Social em Ovar, a situação seria muito mais grave face ao deslocamento de muitas empresas e a não existência de novas frentes de emprego".</p> <p>"Os projectos e outras iniciativas promovidas e/ou concertadas em sede de CLAS permitem que as Instituições locais, junto das suas comunidades, atenuem os focos de pobreza existentes".</p> <p>"Tem conseguido favorecer o acordo entre as IPSS do concelho, no sentido de evitar a sobreposição de candidaturas para redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social".</p> <p>"O contributo é positivo mas o aumento das carências, deste período de crise, exigem um esforço complementar, célere e com boa organização / coordenação de todas as instituições".</p>
Pobreza e Exclusão social Aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais,	<p>"Tem minorado as situações de maior carência".</p> <p>"A promoção e ou desenvolvimento de acções de prevenção e diminuição da pobreza".</p> <p>"De algum modo tem contribuído para minimizar situações de pobreza e exclusão social através das Instituições parceiras".</p> <p>" Pelos casos de reabilitação que tenho conhecimento".</p> <p>"Todo o trabalho desenvolvido para a prevenção da pobreza e exclusão social é elemento potenciador de redução da problemática."</p> <p>"Apoio eventual a famílias carenciadas em medicação, pagamento das despesas domésticas, como a luz, água e até algumas rendas."</p> <p>" Tem contribuído para a criação de respostas para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social".</p> <p>"Porque sem esse trabalho, as coisas estariam piores. No meu entender, o carenciado tem que ser o primeiro a ajudar-se a si próprio, claro que tem de ser ajudado para isso. Ele está muito dependente dos subsídios e ajudas dos outros e nada faz para se ajudar".</p>
Construção de diagnósticos e outros instrumentos	<p>"Através da construção de diagnósticos actualizados e sua divulgação junto das entidades intervenientes na área social".</p> <p>"Auxilia na concretização de diagnósticos sociais (ainda que muitas vezes desactualizados)".</p> <p>"Também se têm orientado instrumentos (Planos e Projectos) para as reais necessidades do concelho".</p> <p>"A rede social pelo trabalho que promove congrega um conjunto de conhecimentos que se traduzem em diagnósticos e planos de desenvolvimento orientadores da intervenção das entidades locais".</p>

Daqui sobressaiam cinco grandes contributos da Rede Social ao combate à pobreza e exclusão social: a *coordenação da intervenção social*; a *concertação e articulação interinstitucional*, ao gerar uma gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais e uma intervenção mais facilitada e eficaz; a *sistematização, disseminação e actualização da informação*, ao possibilitar uma maior compreensão da realidade e uma maior participação, capacidade de decisão e transparência nos processos de intervenção local; a *construção do diagnóstico e outros instrumentos*, como etapas de um processo que pressupõe a adopção de uma metodologia de planeamento integrado, participado e estratégico; o *aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais*, ao gerar respostas específicas para necessidades específicas.

Estes contributos foram igualmente salientados nas entrevistas, conforme os seguintes relatos:

“Indirectamente através da concertação estratégica para apresentação de programas e projectos que visam promover respostas mais ajustadas à realidade local (...), a difusão de informação, a promoção dos fóruns temáticos com o objectivo de estimular a participação e a concertação” (Técnica/ articulação directa - nº3).

“Como pontos fortes refiro a concertação, a forte divulgação de informação, o relacionamento inter-institucional e alguma abertura das instituições” (Técnica/ articulação directa - nº5).

“Tem contribuído através da promoção de candidatura a projectos e programas nacionais e comunitários”. (Técnica/ articulação indirecta - nº2).

Os 8,1% que fizeram uma análise negativa da intervenção da Rede Social sugeriram como propostas para melhorar o seu funcionamento, a elaboração de um Planeamento Estratégico bem delineado, assim como a promoção de uma maior intervenção da Sociedade Civil e de um outro tipo de coordenação. Nesta mesma linha apareceram as sugestões apresentadas nas entrevistadas:

“Poderia fazer mais, fomentando intervenções locais, com recursos locais, e não estar à espera de programas e projectos de âmbito nacional ou europeu”. (Técnica/ articulação directa - nº5).

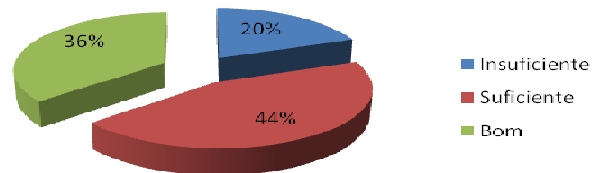
“A definição de um Planeamento Estratégico da intervenção social no concelho de Ovar”. (Técnica/ articulação directa - nº3).

“Orientarmo-nos mais para actuações que visem eliminar ou atenuar as causas da pobreza e exclusão social no nosso concelho”. (Técnica/ articulação indirecta - nº2).

“Repensar a liderança e a coordenação das redes sociais”. (Técnica/ articulação directa - nº1).

3.3.7. Avaliação Global da Rede Social

Na avaliação global da intervenção da Rede Social, verifica-se que quase metade dos inquiridos (44,9%), classificaram o trabalho desenvolvido pela mesma no combate à pobreza e exclusão social como suficiente, 36,1% como bom e 19,4% como insuficiente.

Gráfico 13: Classificação do trabalho da Rede Social

Base: 36 indivíduos

A maioria dos representantes das entidades parceiras reconhece vantagens no trabalho da Rede Social, mas manifesta também alguma insatisfação, alertando para a necessidade de se proceder a mudanças, quer ao nível da sua coordenação, organização e funcionamento quer no sentido de garantir uma melhor actuação sobre os factores geradores de pobreza e exclusão social. As principais fragilidades percebidas pelos parceiros estão maioritariamente ligadas às questões da participação, do planeamento estratégico da intervenção social e de um combate à pobreza e exclusão social pela via do desenvolvimento, de práticas de intervenção que trabalhem mais os níveis de cidadania da população.

Sem prejuízo da importância do caminho já percorrido, sendo de salientar o recurso aos Fóruns Temáticos ou a grupos de trabalhos, como metodologias para garantir a participação da população, a Rede Social deverá preocupar-se em reforçar as suas preocupações com estas questões, sobretudo no âmbito das CSF, estruturas privilegiadas para a promoção de uma participação mais directa por parte das entidades e população locais. No seu objectivo final, o do combate à pobreza e exclusão social, a Rede Social deve procurar orientar a sua intervenção, não só a um nível micro, com a implementação de programas integrados e individualizados de prevenção e de inclusão social, mas também para um nível macro, promovendo mudanças estruturais, que podem influenciar os níveis de exclusão, ao criar condições efectivas de inserção dos grupos mais desfavorecidos.

Contudo, as Redes Sociais dependem não só das características da sua coordenação, da sua organização e funcionamento, mas sobretudo do perfil das suas organizações sociais. Estas devem estar preparadas para desempenhar um importante papel sócio-político, com a adopção de estratégias de actuação inovadoras, de aproximação a actores-chave como as empresas e as Universidades, de estratégias colectivas de aproximação aos públicos mais vulneráveis, de estratégias de difusão de informação intra-organizacional e de actualização das qualificações técnicas dos seus profissionais, preparando-os para responder aos fenómenos de pobreza e exclusão social em constante mutação

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

*“Combater a exclusão não é uma questão de generosidade,
Mas de responsabilidade pública”*

Vladimir Spidla

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Após a apresentação do enquadramento teórico e dos resultados do estudo, importa agora responder à pergunta de partida, elemento estruturante deste trabalho, qual *o papel da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social*, na perspectiva dos seus principais intervenientes, *ou seja, qual o papel da Rede Social e dos seus impactos a nível local, susceptíveis de contribuir ou não para a melhoria dos processos de combate à pobreza e exclusão social.*

Neste capítulo final, proponho-me analisar o valor acrescentado da pesquisa efectuada para o desenvolvimento e consolidação do Programa Rede Social. Partindo da perspectiva dos seus representantes sobre a implementação e desenvolvimento deste programa no território, pretendeu-se conhecer como a relação entre este programa e o combate à pobreza e exclusão era concretizada na prática, identificando as potencialidades e os obstáculos e algumas necessidades de mudança na sua intervenção futura para atingir o seu objectivo final, o combate à pobreza e à exclusão social.

Com base nos resultados do estudo, e dando resposta à pergunta de partida, aquele vai no sentido da afirmação, ou seja, o Programa Rede Social, na percepção dos seus elementos, tem proporcionado as condições necessárias e susceptíveis de contribuir para a melhoria dos processos de combate à pobreza e exclusão social, devido, sobretudo, ao grau de assimilação e operacionalização dos seus princípios e modelos nas práticas de intervenção local. Reconhecem-se os efeitos positivos, os esforços que se têm vindo a ser desenvolvidos no sentido da melhoria destes processos e das respostas sociais a apresentar às pessoas mais desfavorecidas. Porém, os resultados apresentados deram igualmente visibilidade a uma série de constrangimentos e limitações dos próprios processos desenvolvidos a nível local. Na percepção dos elementos que integram a Rede Social há ainda um grande caminho a percorrer para que a sua efectivação e consolidação seja uma realidade.

Pelo exposto ao longo do trabalho, pode-se constatar o seguinte:

- As pessoas que integram a Rede Social e que trabalham no contexto da luta contra a pobreza neste território são relativamente jovens, predominantemente do género feminino, habilitadas com curso superior e exercem as suas funções em IPSS/ONG, no designado Terceiro Sector;
- De um modo geral, estas pessoas valorizam a Rede Social, considerando-a como uma estratégia adequada para combater a pobreza e a exclusão social, o que traduz uma mudança na forma de intervir no social, apostando em parcerias alargadas, como estratégia colectiva mais eficaz no combate à pobreza e exclusão social.

➤Pela forma como se manifestaram, a maioria dos inquiridos parece motivada para contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, revelando conhecimento sobre os princípios do programa Rede Social e sobre as prioridades de intervenção definidas para o território, o que pode considerar-se positivo para a consolidação deste programa no concelho de Ovar e para o combate a esses fenómenos;

➤A experiência de trabalho em parcerias de rede já existente neste território facilitou a implementação deste programa, contribuindo para um maior aprofundamento do trabalho em parceria e um aumento das sinergias entre os diversos actores sociais e entre os diferentes sectores de intervenção, visível na maior coordenação da intervenção social a nível local e na gestão mais racionalizada dos recursos, efeitos positivos mais referenciados pelos intervenientes no combate à pobreza e exclusão social;

➤Os mecanismos produtores da pobreza e exclusão social mais identificados pelos representantes da Rede social assentam prioritariamente em factores sociais de exclusão, associados às características estruturais da pobreza em Portugal, e não em factores de ordem pessoal, como os atributos pessoais associados às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, o que se revela positivo para quem partilha a responsabilidade de definição das estratégias de combate a esses fenómenos;

Apesar de todos estes aspectos serem de natureza positiva e valorativa para o combate à pobreza e exclusão social neste território, também se podem tirar outras conclusões, a partir dos constrangimentos identificados:

➤Um dado que ressalta deste estudo é o limitado envolvimento da comunidade neste programa, incluindo os seus representantes. A participação na Rede Social está circunscrita às organizações parceiras que apresentam um envolvimento ainda limitado e diferenciado, não se vislumbrando ainda a inclusão e participação da população.

➤Considerando os destinatários das medidas de política social, pode-se concluir por um reduzido envolvimento destes nas acções de luta contra a pobreza que lhes são destinadas. Ora, o envolvimento dos destinatários tem sido considerado essencial pelos teóricos em processos de luta contra a pobreza, sendo realçado nas directrizes legislativas, conceptuais e metodológicas sobre esta matéria e, concretamente, no âmbito deste programa. Um dos maiores obstáculos à concretização e eficácia das políticas de combate à pobreza reside no fraco nível de participação e envolvimento daqueles que vivem e enfrentam, quotidianamente, as situações de pobreza e exclusão social e que são mais afectados pelas decisões.

➤Ao nível dos instrumentos de trabalho construídos pela Rede Social, o Diagnóstico social revela uma ausência de dados de natureza objectiva sobre a Pobreza, sendo um documento muito descritivo, denso e pouco reflectido. Na minha opinião seria fundamental que este Diagnóstico

possuísse um conhecimento objectivo e quantitativo sobre o número de pessoas que se encontram em situação de pobreza e das causas subjacentes a tal situação. Neste campo, o concelho tem sido analisado e descrito em termos mais qualitativos sobre o que se pensa serem as vulnerabilidades e potencialidades do território, não sendo, deste modo, possível avaliar com rigor o impacto da intervenção da Rede Social nos níveis de pobreza, ao longo destes dez anos da sua implantação.

➤ No que respeita à intervenção estratégica, constata-se a inexistência de uma metodologia forte de planeamento estratégico participado e global da intervenção social, que potencie o desenvolvimento social local.

Recomendações:

Tendo em conta as conclusões apontadas, podem sugerir-se as seguintes acções:

➤ Dar continuidade à formação no âmbito da Rede Social ao nível da intervenção social, do planeamento estratégico, das técnicas de empowerment dos destinatários, metodologia de diagnóstico social e de avaliação, técnicas de animação das estruturas de rede e de gestão da mudança organizacional, contemplando quer os técnicos quer os dirigentes das diversas organizações, de forma a contribuir para um aumento da capacitação das organizações que actuam a nível local na luta contra a pobreza e exclusão social. A formação e a mediação constituem estratégias essenciais para o incremento da participação, da cidadania e responsabilidade social;

➤ O papel da mediação, através do recurso a facilitadores ou mediadores, externos ou internos, entendida, não como uma liderança orientadora, mas como uma técnica passível de libertar capacidades, entendimentos e superações de conflitos, capaz de “treinar” o estabelecimento de vínculos de confiança e de colaboração social, fundamental para criar um ambiente de confiança e sociabilidade.

➤ Criar condições para o envolvimento dos destinatários das medidas, tendo em vista o seu empowerment e o envolvimento mais activo, de acordo com a filosofia e princípios activos subjacentes a este programa;

➤ Promoção do associativismo local, na medida em que essa estratégia pode contribuir para potenciar a participação e o empowerment dos destinatários e o apoio à sua inserção social. Neste processo importa promover novos espaços de solidariedade em que seja reforçada a sua capacidade para poderem participar afectivamente, tornando-se sujeitos da própria acção. Desde o envolvimento inicial em acções e debates até a aquisição de competências que contribuam para reafirmar uma consciência crítica que lhes permite participar com qualidade;

- Adopção de estratégias de actuação inovadoras, de aproximação a actores-chave como as Empresas e as Universidades;
- Realização de um Diagnóstico mais aprofundado, de natureza mais quantitativa e de estudo das causas subjacentes à situação de pobreza;
- Desenvolvimento de acções preventivas e integradoras, passíveis de antever os problemas sociais e as suas consequências, intervindo nos factores que os originam e tendem a fortalecer esses mesmos problemas, promovendo mudanças estruturais que possam influenciar os níveis de exclusão, ao proporcionarem condições efectivas de inserção;
- Implementação de um Modelo Organizativo de Articulação de estruturas locais de rede, objectivo que vem de encontro à filosofia deste Programa, e irá promover uma maior e mais célere articulação interinstitucional e uma maior inter-sectorialidade da intervenção com efeitos positivos na perspectiva estratégica de intervenção.

Referências Bibliográficas

- Aires, Sérgio (coord.) (2005), *In Extremis - Fenómenos, Actores e Práticas nos Domínios da Pobreza e Exclusão Social Extrema*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Alves, João Emídio, et al. (2008), *VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas, - Programa Rede Social em Portugal, Projectos e dinâmicas locais nas áreas do emprego e da formação*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira de, et al. (1994), *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza e Exclusão Social*, Oeiras: Celta.
- Amaro, Fausto, et al. (2001), *Filhos e Netos da Pobreza. Estudo de uma Família numa Área Urbana Degradada*, Lisboa: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso.
- Amor, Teresa (2005), “Programa Rede Social. Redefinição de Políticas Sociais ou Instâncias de Governança de Base Territorial”, *Cidades - Comunidades e Territórios* (11), pp.39-51.
- Barata, Óscar Soares (1998), *Política Social 1998*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barreto, Jacqueline (2006), “ 3º Encontro Nacional da Rede Social: consolidar, participar e desenvolver “, *Pretextos* (23), pp. 9-11.
- Branco, Francisco (2008), “Acção Social, Individualização e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo”, *Cidades - Comunidades e Territórios* (17), pp.81-91.
- Capucha, Luís (2005b), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.
- Capucha, Luís, et al. (2005a), *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social - Relatório Final*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Carmo, Hermano (2007), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano, Ferreira, Manuela Malheiro (2008), *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Castells, Manuel (2002), *A Era de Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, José Luís (coord.) (2009), *Rede Social - Desafios e Experiências de um Programa Estruturante*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Castro, José Luís, Gonçalves, Alda Teixeira (2002), “A Rede Social e o Desenvolvimento Local”, *Cidades - Comunidades e Territórios* (4), pp.71-82.
- Castro, José Luís (2000), “Rede Social - Que Futuro?”, *Pretextos* (2), pp.14-17.
- Centro de Estudos Territoriais (2005), *Avaliação do Programa Rede Social - Relatório Síntese*, Lisboa: ISS.

- Centros de Estudos Territoriais (2009), *Necessidades em Portugal - Tradição e tendências emergentes – Resultados de Inquérito por Questionário*, Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Clavel, Gilbert (2004), *A Sociedade da Exclusão. Compreendê-la para dela sair*, Porto: Porto Editora.
- Conselho Local de Acção Social de Ovar (2003), *Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Ovar*, Ovar: Rede Social de Ovar.
- Conselho Local de Acção Social de Ovar (2004), *Plano de Acção do concelho de Ovar*, Ovar: Rede Social de Ovar.
- Conselho Local de Acção Social de Ovar (2007), *Plano de Acção do concelho de Ovar*, Ovar: Rede Social de Ovar.
- Conselho Local de Acção Social de Ovar (2009), *Diagnóstico Social do concelho de Ovar*, Ovar: Rede Social de Ovar.
- Correia, Sofia (2007), *Capital Social e Comunidade Cívica, o círculo virtuoso da cidadania*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Fundação Mário Soares, Gradiva.
- Costa, Alfredo Bruto da (coord.), et al. (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza - Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.
- Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento (1997), *Pobreza Não - Erradicação da Pobreza 1997-2006*, Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social.
- Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Lisboa: Celta.
- Domingues, Leonel Henriques (2005), *Políticas Sociais em Mudança. O Estado, as Empresas e a Intervenção Social*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Estivill (coord.), et al. (1997), *O Partenariado Social na Europa. Uma Estratégia Participativa na Europa*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Estivill, Jordi (2000), “Uma perspectiva desde o Sul: cores diferentes para um mesmo mosaico europeu”, Seminário europeu - *políticas e instrumentos de combate à pobreza na união europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, pp.167-193.
- Estivill, Jordi (2000), “Camino Europeos Convergentes hacia las Redes Sociales Locales”, *Pretextos* (2), pp.22.
- Estivill, Jordi (2003), *Panorama da Luta contra a Pobreza. Conceitos e Estratégias*, Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.
- Estivill, Jordi, Caleiras, Jorge (2008), *A Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social - Portugal 2008/2010.*
- Eurobarometer (2010), Report - Poverty and Social Exclusion.
- Eurostat Statistics (2010), Combating Poverty and Social Exclusion, European Commission.
- Fangueiro, Cristina (2002), “O Território Enquanto Fonte de Intercooperação”, *Pretextos*, (12), pp.20-23.

- Ferrera, Maurizio, et al. (2000), *O Futuro da Europa Social*, Lisboa: Celta.
- Gil, António Carlos (1988), *Como elaborar Projectos de Pesquisa*, São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, Alda Teixeira (2009), *Orçamento Participativo. Um contributo para a Construção da Cidadania e da Democracia nos Níveis Locais*, Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Gonçalves, Alda, Rodrigues, Fernanda (2006) “ O Plano Nacional de Acção Para a Inclusão Social 2006-2008: uma Apresentação Breve”, *Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas*, pp.99 - 107.
- Gonçalves, Hermínia (2006) “A Rede Social da Carrazeda de Ansiães: Experiências, discursos e perspectivas”, *Redes Sociais*, pp.49-67.
- Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede. Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Guerra, Isabel (2006), *Participação e Acção Colectiva. Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril: Príncípia.
- Guião operativo para o Atendimento/Acompanhamento em Acção Social - Contratualização para a inserção (2007), Lisboa: ISS.
- Hespanha, Pedro (1999),” A Democracia e Cidadania para o Século XXI – O reequacionamento da Questão da Democracia e da Cidadania”, *A Acção Social em Debate*, pp.83-98.
- Hespanha, Pedro (coord.) (2007), *É o Desemprego Fonte de Pobreza. O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra*, Coimbra: Gráfica.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2010), *Referencial Estratégico das Plataformas Supra-Concelhias*, Lisboa: ISS.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2005), *Avaliação do Programa Rede Social: relatório de Síntese*, Lisboa: ISS.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal Continental*, Lisboa: ISS.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (1999), *Programa Piloto da Rede Social (199/2000). Documentos de Apoio aos Projectos - Piloto*, Lisboa: IDS.
- Mance, Euclides (2000), *A Revolução das Redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização actual*, São Paulo: Vozes.
- Martinho, Cássio (2002), *Algumas Palavras sobre Rede*, São Paulo:
- http://www.observatoriosocial.org.br/peas/arquivos/Algumas_palavras_sobre_redes.pdf.
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2001), *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão Social 2001-2003*, Lisboa: MSST.
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003), *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão Social 2003-2005*, Lisboa: MSST.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000), *Janeiro - Junho - Uma retrospectiva*, Lisboa: MTS

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006), *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão Social 2006-2008*, Lisboa: MTSS.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2008), *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão Social 2008-2010*, Lisboa: MTSS.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Gabinete de Estratégia e Planeamento (2009), "Inovação Social", *Cadernos Sociedade e Trabalho* (12), pp.1-317.
- Monteiro, Alcides (2006), "Redes Sociais: será que também posso participar?" *Redes Sociais*, pp.81-96.
- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, Pedro Santos (2007), *Liderança e Cultura de Rede em Portugal. Casos de Sucesso*, Lisboa: Livros Horizonte.
- MurdockK, Barbara Scott, et al. (2005), "Stakeholder Participation in Voluntary Environmental Agreements: Analysis of 10 Project XL Case Studirs", *Science, Technology & Human Values*, Vol.30 (2), pp.223-250.
- Nogueira, João Manuel (2005), "A Outra Face de Janus. Avaliação, Terceiro Sector e Causas Potenciais de Insucessos em Parcerias e Redes", *Cidades - Comunidades e Territórios* (11), pp.37.
- Núcleo da Rede Social (2001), *Programa Rede Social*, Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Núcleo da Rede Social, Departamento de Investigação e Conhecimento, *Plano de Desenvolvimento Social* (2003), Lisboa: Instituto da de Solidariedade e Segurança Social.
- Nunes, Maria do Carmo (2002), "Parceria e Empowerment. A Experiencia da Iniciativa EQUAL", *Cidades – Comunidades e Territórios*, pp.61-69.
- Paiva, Júlio (2006), *Pobreza, Exclusão, Desemprego e Empresas de Inserção em Portugal: a perspectiva dos promotores e dos beneficiários*, Porto: REAPN.
- Passy, Florence, Giugni, Marco (2001) "Social Networks and Individual Perceptions: Explaining Differential Participation in Social Movements", *Sociological Forum*, Vol16, (1), pp.123-153.
- Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*, Colecção Educação e Trabalho social (6), Porto: Porto Editora.
- Pereira, Alexandre, Poupa, Carlos (2008), *Como Escrever Uma Tese, monografia ou livro científico, usando o Word*, Lisboa: Sílabo.
- Pereirinha, José António (2008), *Política Social. Formas de Actuação no Contexto Europeu*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Perestrelo, Margarida (2002), "Planeamento Estratégico e Avaliação. Metodologias de Análise Prospectiva", *Cidades - Comunidades e Territórios* (4), pp.33-43.
- Pinto, José Madureira, Pereira, Virgílio Borges (2008), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Afrontamento.
- Quintão, Carlota (2004) - Terceiro Sector - elementos para referenciação teórica e conceptual: Braga: Universidade do Minho.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2009), *Indicadores sobre a Pobreza - Portugal e União Europeia*, Porto: REAPN.

Rede Social (1999), *Programa Piloto da Rede Social (1999/2000) - Documento de Apoio aos Projectos-piloto*; Lisboa: IDS.

Relatório do Conselho da Europa (2003), *Acesso aos Direitos Sociais na Europa*, Lisboa: Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento/Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Rodrigues, Eduardo Vítor, et al. (1999b), "A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal", *Sociologia* (9), pp.63-99.

Rodrigues, Eduardo Vítor, et al. (2000), "O Estado-Providência e os Processos de Exclusão Social: Considerações Teóricas e Estatísticas em Torno do Caso Português", *Sociologia* (10), pp.173-200.

Rodrigues, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa: ISSScoop.

Rodrigues, Vítor Eduardo (2010), *Escassos Caminhos - Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Porto: Afrontamento.

Romero, Alberto (2002), *Globalizacion y Pobreza*, Narinõ: e-libro.net. (<http://www.accionpropaganda.org/biblioteca/libros/R/Romero,%20Alberto%20%20Globalizacion%20y%20Pobreza.pdf>).

Ruivo, Fernando (2000), *Poder Local e Exclusão Social*, Coimbra: Quarteto.

Salselas, Teresa (1999), "Rever, Contextualizar e Requalificar a Acção Social", *A Acção Social em Debate*, pp.115-126.

Salvadinho, Jaime (2009) " Em Busca do tempo Perdido: reinventar o Futuro em Montes Altos", *Sociedade e Trabalho* (38), pp.39-58.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), " Contexto e Princípios de uma discussão sobre as Políticas Sociais em Portugal - do Consenso de Washington a Seattle", *Seminário Europeu - políticas e instrumentos de combate à pobreza na união europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, pp.33-49.

Sousa, Liliana, et al. (2007), *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, Lisboa: Climepsi.

Stiglitz, Joseph E.(2002), *Globalização. A grande Desilusão*, Lisboa: Terramar

Teixeira, Paulo Jorge (2000), "A importância da Planificação no Quadro do Programa Piloto da Rede Social", *Pretextos* (1), pp.5-7.

Legislação Consultada

Decisão n.º 1098/2008/CE, de 22 de Outubro, publicada no "Jornal Oficial da União Europeia", Série L, (298) de 7 de Novembro de 2008

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, Diário da República n.º 114/06 - I Série A, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa

Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho, Diário da República nº 115 - I Série Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa

Despacho n.º 23757/2009 de 29 de Outubro, Diário da República, nº 210 - II Série, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril, Diário da República nº 65- I Série, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2009 de 2 de Julho, Diário da República nº 126 – I Série, Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, Diário da República nº 267 - I Série – B, Lisboa.

Anexo I

Questionário

A Rede Social e o Combate à Pobreza e Exclusão social

O presente inquérito por questionário tem como objectivo a realização de um trabalho de investigação académico sobre a Rede Social e os seus efeitos no Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Como elemento do CLAS/Rede Social, agradecemos que avaliasse o Impacto da Rede Social de Ovar no Combate à Pobreza e Exclusão Social, assinalando com uma cruz a opção que lhe parecer mais adequada para cada um dos itens em avaliação.

Os Campos destinados às suas observações assumem particular importância, uma vez que são um espaço para explicitar aspectos qualitativos importantes sobre a especificidade da intervenção do CLAS/Rede Social.

I - ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS E DE CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE PARCEIRA E DO SEU PAPEL NA REDE SOCIAL

1. Identificação do elemento representante na Rede Social (assinale com um X)

Género: 1. Masculino 2. Feminino

Idade:

Habilitações Literárias: (assinale com um X)

1. Sabe ler e escreve		6. Bacharelato	
2. Ensino Básico 1º ciclo (4º ano)		7. Licenciatura	
3. Ensino Básico 2º ciclo (6º ano)		8. Mestrado	
4. Ensino Básico 3º ciclo (9º ano)		9. Doutoramento	
5. Ensino Secundário (12º ano)		10. Outra. Qual?	

2. Designação social da entidade parceira onde está inserido (assinale com um X)

1. IPSS 5. Colectividades
 2. ONG 6. Serviço Público
 3. Autarquia 7. Outras
 4. Entidade privada

3. Adesão à Rede Social (assinale com um X)

- 3.1. Ano de adesão:** 1. Ano de 2000 4. 2007 - 2009
 2. 2001 – 2003 5. Ano de 2010
 3. 2004 - 2006

- 3.2. Processo de adesão:** 1. Por iniciativa própria
 2. Por convite
 3. Outra (diga qual):

4. Para além do CLAS, a sua entidade integra algum outro órgão da Rede Social? (assinale com um X)

1. Sim
 2. Não

4.1. Se sim, diga qual (s):

- 1. Núcleo Executivo
- 2. Grupos Temáticos
- 3. Comissão Social de Freguesia

5. Participa em todas as reuniões plenárias do CLAS/Rede Social? (assinale com um X)

1. Sim

2. Não

5.1 Se não, indique os principais motivos de ausência (assinale com um X, podendo indicar mais que uma resposta)

1. Incompatibilidade horária	
2. Temas abordados irrelevantes e/ou desinteressantes	
3. Não se sentir útil no trabalho colectivo do CLAS	
4. Falta de motivação	
5. Saturação do trabalho em rede	
6. Imprevistos	
7. Outros. Quais?	

6. Como definiria o seu grau de Assiduidade nas reuniões do CLAS/ Rede Social desde a sua adesão (assinale com um X)

Grau de Assiduidade			
1. Presença assídua	2. Presença regular	3. Presença esporádica	4. Sem presenças

Para cada um dos parâmetros de avaliação, assinale com um **X** a opção que corresponde à sua opinião. A escala de valoração proposta é a seguinte: **Presença assídua** nas reuniões - esteve presente em todas ou em mais de metade das reuniões. **Presença regular** nas reuniões - esteve presente em metade do n.º total de reuniões. **Presença esporádica** - esteve presente em menos de metade do n.º total de reuniões. **Sem presenças** - não esteve presente em nenhuma reunião,

7. Tem conhecimento de todas as iniciativas propostas /realizadas pela Rede Social?

(assinale com um X)

1. Sim

2. Não

8. Participou/Colaborou na construção de algum dos instrumentos de trabalho da Rede Social? *(assinale com um X)*

1.Sim

2.Não

8.1.Se sim, qual (s):

1.Diagnóstico Social

2.Plano de Desenvolvimento Social

3.Planos de Acção

4.Sistema de Informação

5.Outro. Diga qual (s)?

9. A sua entidade foi promotora de alguma acção/ actividade ou projecto comunitário proposto/realizado pela Rede Social que tenha contribuído para o combate à pobreza e exclusão social no concelho de Ovar? *(assinale com um X)*

1. Sim

2. Não

9.1.Se sim, diga qual (s)?

10.Como definiria o grau de Participação da sua entidade na Rede Social? *(assinale com um X)*

<i>Grau de Participação</i>			
1.Muito Participativa	2.Razoavelmente Participativa	3.Pouco Participativa	4.Nada Participativa

Para cada um dos parâmetros de avaliação, assinale com um **x** a opção que corresponde à sua opinião. A escala de valoração proposta é a seguinte: **Muito participativa** – Participa activamente nas acções / actividades e projectos comunitários desenvolvidos na Rede, dando contributos efectivos e importantes para a concretização dos mesmos. **Razoavelmente participativa** – Participa em algumas acções/actividades da Rede e dá contributos regulares para o desenvolvimento das mesmas. **Pouco Participativa** – o seu empenhamento é reduzido e os contributos esporádicos. **Nada participativa** – ausência de participação e de contributos ao desenvolvimento das acções /actividades da Rede.

11. Conhece as prioridades de intervenção local e nacional definidas no âmbito dos seguintes instrumentos: *(assinale com um X)*

Plano de Desenvolvimento Social 1. Sim 2. Não

Plano Nacional de Acção para a Inclusão/PNAI 1. Sim 2. Não

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 1. Sim 2. Não

II - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DA REDE SOCIAL E DO SEU IMPACTO NO COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

2.1. Das seguintes opções, indique quais são as três que melhor justificam as situações de Pobreza e Exclusão social em que se encontram as pessoas do concelho de Ovar *(Ordene as opções por grau de importância, sendo 1 a mais importante)*

	(1 a 3)
1. Emprego precário	
2. Desemprego de longa duração	
3. Baixos níveis de rendimento do trabalho (salários)	
4. Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	
5. Insucesso, absentismo e abandono precoce do sistema educativo	
6. Baixos níveis de prestações sociais às pessoas que por razão de idade, saúde ou deficiência dependem do sistema de protecção social (pensões/reformas, etc.)	
7. Dependências de substâncias: Alcoolismo e toxicod dependência	
8. Disfuncionalidade e desagregação familiar	
9. Pobreza herdada/Fenómeno de transmissão intergeracional da pobreza	
10. Enfraquecimento dos laços familiares e sociais, das redes interpessoais de convivência e das solidariedades tradicionais (família, vizinhos e comunidade)	
11. Condições habitacionais precárias	
12. Os atributos pessoais, a desadaptação social ou incapacidade e falta de vontade dos indivíduos em situação de exclusão social para participar na vida social	
13. Situação de marginalidade e discriminação das minorias étnicas e população imigrante	
14. Inevitabilidade ou má sorte	
15. Outra. Qual?	

2.2. Na sua opinião, quais os três principais obstáculos à diminuição e/ou eliminação da Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar, no âmbito da intervenção da Rede Social?
(Ordene os obstáculos por grau de importância, sendo 1 o mais importante)

	(1 a 3)
1.A ausência de um planeamento estratégico do território que articule os problemas sociais dos indivíduos e das famílias com os do desenvolvimento local	
2.Fraca amplitude de programas específicos no domínio da habitação social e da reabilitação urbana	
3.Desfasamento entre as qualificações exigidas pelo mercado de trabalho e as qualificações dos indivíduos que procuram trabalho	
4.Fraca responsabilidade e envolvimento social das empresas locais	
5.Sociedade civil pouco activa, interveniente e participativa	
6.Prolongada dependência da população em situação de pobreza e exclusão social das medidas de política social e outros apoios do Estado (Rendimento Social de Inserção, Subsídio de desemprego, entre outras)	
7.Fraca sustentabilidade e descontinuidade dos projectos e programas comunitários de luta contra a pobreza implementados localmente	
8.Insuficiente articulação das políticas sociais dos diferentes sectores: saúde, habitação, educação e de segurança social	
9.Fraca qualidade / adequabilidade das respostas e equipamentos sociais às reais necessidades e carências das pessoas em situação de pobreza e exclusão social	
10.Predomínio de intervenções sociais assistencialistas e avulsas	
11.Sector empresarial com forte predomínio de pessoal indiferenciado ou não qualificado nos postos de trabalho	
12.Encerramento e /ou deslocalização de empresas locais	
13.Morosidade e insuficiente resposta dos serviços de saúde	
14.Baixa cobertura do concelho por infra-estruturas de saneamento básico	
15.Redes de transportes públicos deficitária	
16.Outra. Qual?	

2.3. Casos de Sucesso no combate à Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar

Conhece alguma situação de indivíduos ou famílias residentes no concelho de Ovar que tenham rompido com o ciclo da Pobreza?

1. Sim

2. Não

2.4. Se sim, diga quantas?

2.5. Na sua opinião, o rompimento com a situação de Pobreza e Exclusão Social vivenciada pelo indivíduo ou famílias deve-se essencialmente à intervenção de quem? Indique os dois principais responsáveis pela redução ou prevenção da pobreza no concelho de Ovar (ordene as opções por grau de importância, sendo 1 a mais importante)

	(1 a 2)
1.A União Europeia (medidas de Política Social e fundos económicos de apoio)	
2.O poder central / Governo	
3.O poder local / Autarquias	
4.As ONG ou IPSS	
5.As diferentes estruturas de parceria locais (CLAS/CPCJ/CME/NLI/ IP, etc.) *	
6.Os próprios Cidadãos	
7.As Rede de relações familiares e de solidariedade	
8.As empresas privadas	
9.Outra. Qual?	

* Conselho Local de Acção Social /Rede Social; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo; Conselho Municipal de Educação; Núcleo Local de Intervenção do Rendimento Social de Inserção; Intervenção Precoce, etc.

3. Avaliação da Rede Social de Ovar

3.1. Indique os três aspectos mais positivos da intervenção da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social no concelho de Ovar (Ordene as opções por grau de importância, sendo 1 a mais importante)

	(1 a 3)
1.A construção de diagnósticos actualizados sobre o território, garantindo uma maior visibilidade e conhecimento das situações de pobreza	
2.A coordenação da intervenção social local, evitando intervenções parcelares e sobreposições de actuações	
3.A inovação e a criatividade nos métodos de trabalho e nas estratégias de intervenção	
4.A gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais	
5.A maior eficácia e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos	
6.O esforço de investimento na cobertura adequada do concelho por Serviços e Equipamentos Sociais	
7.A criação de condições para que o cidadão, em situação de pobreza e exclusão social, participe e veja reconhecido a importância do seu contributo para a consolidação do papel da Rede Social	
8.A realização de acções de formação ao nível das competências pessoais, sociais e parentais	
9.Os incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego	
10.A promoção de acções de qualificação profissional e escolar da população	
11.A formação dos Técnicos e Dirigentes das entidades parceiras locais	
12. Outra. Qual?	

3.2. Indique os três aspectos mais negativos da intervenção da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social no concelho de Ovar (Ordene as opções por grau de importância, sendo 1 a mais importante)

	(1 a 3)
1.O enquadramento legislativo da Rede Social restringe o espírito inovador da sociedade civil, contribuindo para diminuir a sua participação	
2.A ausência de um Modelo Organizativo de Articulação das estruturas de rede existentes localmente (CLAS/Rede Social; CPCJ; NLI/RSI; CME/IP, etc.) *	
3.A fraca qualificação técnica e gestonária dos Dirigentes e técnicos que intervêm na comunidade	
4.O modelo operativo do funcionamento da Rede Social	
5.A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	
6.O fraco envolvimento das entidades parceiras	
7.A liderança da Autarquia instrumentaliza politicamente a intervenção da Rede Social	
8.A insuficiente participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social	
9.A insuficiência e acumulação de funções dos técnicos afectos ao Núcleo Executivo do CLAS	
10.A persistência dos interesses institucionais e das intervenções parcelares e avulsas	
11.As dificuldades em promover envolvimento social das empresas locais	
12.A escassa informação e visibilidade dada à intervenção da Rede Social	
13.Outra. Qual?	

* Conselho Local de Acção Social /Rede Social; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo; Conselho Municipal de Educação; Núcleo Local de Intervenção do Rendimento Social de Inserção; Intervenção Precoce, etc.

4.Acha que o trabalho desenvolvido pela Rede Social tem contribuído para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar?

1. Sim 2. Não

4.1.1. Se sim, diga porquê?

4.1.2. Se não, diga porquê e o que mudaria?

5. Como classifica o trabalho desenvolvido pela Rede Social no Combate à Pobreza e Exclusão Social no concelho de Ovar (assinale a opção com um X)

1.Insuficiente	2.Suficiente	3.Bom	4.Muito Bom

Obrigada pela colaboração

Anexo II

Guião de Entrevista Semi-Directa

1) IDENTIFICAÇÃO

- a) Género:
- b) Idade:
- c) Habilitações literárias:
- d) Tempo de serviço na instituição:
- e) Tipo de instituição que representa na Rede Social (Pública /Privada com ou sem fins lucrativos)
- f) Tipo de articulação com a Rede Social (directa/indirecta)

2) ENQUADRAMENTO E MODELO ORGANIZATIVO/FUNIONAMENTO

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) *(analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.).*

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local *(analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.).*

3) POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar *(analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.).*

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

4) PARTICIPAÇÃO/DINAMIZAÇÃO / MOBILIZAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS E DA POPULAÇÃO EXCLUÍDA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social (*analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais; desenvolvimento de uma cultura de parceria, etc.*).

5) INOVAÇÃO

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores (*analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.*).

6) DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO E DE BOAS PRÁTICAS

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição (*analisar a sua pertinência; a difusão das boas prática e o seu efeito multiplicador, etc.*).

7) AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO LOCAL DO PROGRAMA REDE SOCIAL NO COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (*efeitos e conseqüências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.*).

8) PROPOSTAS

Como pensa que será o caminho futuro da rede Social?

Anexos III

Resumo da entrevista

Nº1

Técnica superior de Serviço Social, de 39 anos de idade, com uma experiência de trabalho num serviço público de 10 anos, com articulação directa com a Rede Social

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) (analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.).

“Em termos teóricos o poder local seria o líder natural e com melhor condições para a definição das políticas e estratégias locais. A liderança do poder local poderia constituir uma vantagem, se houvesse imparcialidade e boa fé da parte deste parceiro, mas o que impera são os interesses da Câmara e de quem tem afinidades com a mesma. A fotografia é bonita, mas somos constantemente ludibriados pelos seus interesses e a informação não é divulgada com honestidade.” Há uma forte instrumentalização política da Câmara Municipal em todo este processo”.

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local (analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.).

“A segurança social seria o parceiro ideal para assegurar uma liderança mais isenta. A rotatividade poderia constituir uma alternativa, mas receio a falta de empenho de algumas entidades ou das suas hierarquias. Seria fundamental a implementação do Modelo Organizativo que congregasse todas as estruturas de parceria locais sobe a égide do CLAS, de forma a ser possível a definição de uma estratégia global de intervenção ao nível do município.”

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar (analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.).

“Não tem contribuído efectivamente, não é um objectivo desta Rede. A prioridade é o protagonismo. Esta anda a reboque do que o poder central prevê em diferentes momentos, em termos de medidas e programas. Aí sim, tem capacidade para promover a dinamização e concertação das candidaturas entre os parceiros. Não criam nada autonomamente, andam só à procura de visibilidade, tudo isto ao sabor

dos interesses da Câmara. Há uma grande confusão entre a intervenção da Câmara e da Rede Social, não há transparência”. Os panfletos de divulgação de acções dinamizadas pela Rede aparecem só com o logótipo da Câmara e das instituições eleitas, e nunca da Rede.”

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

“Ter um interesse genuíno no seu principal objectivo, o do combate à pobreza e exclusão social, e não estar tão preocupada com protagonismos.”

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social *(analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais; desenvolvimento de uma cultura de parceria, etc.).*

“A participação ainda é muito reduzida, as instituições aparecem consoante os seus interesses pessoais ou institucionais, ainda não se sentem à vontade numa lógica de parceria e partilha. As instituições não dão, vão lá buscar, para depois devolver à comunidade. Não há acolhimento nem incentivo para a partilha, por parte de quem lidera o programa”.As reuniões perdem-se com coisas supérfluas e não se valoriza a partilha nem a avaliação do que se vai fazendo. No entanto, quem mais participa são as instituições do Terceiro sector, porque têm interesse nas candidaturas, por vezes, por uma questão de sobrevivência. Ao nível do tecido empresarial não há esforço, não é uma prioridade da Rede Social. Chamam-nos para participarem nos Fórum temáticas, mas não há uma abordagem diferenciada para moldar a postura daquele parceiro que se entende como essencial para o trabalho da Rede”.

Não há qualquer acção ou esforço no sentido de envolver a população beneficiária das medidas de política social. A comunidade está alheia”.

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores *(analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.).*

“A Rede Social de Ovar é eficaz ao nível da concertação de estratégias e de acções, no fomento de um Diagnóstico e um PDS participado, o problema é a falta de participação dos parceiros. A ausência de um Planeamento estratégico global é um dos maiores constrangimentos e ainda estamos muito longe de o conseguir”.

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição *(analisar a sua pertinência; a difusão das boas prática e o seu efeito multiplicador, etc.).*

“Não são documentos fiáveis. Estão manipulados, pouco participados”.

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (*efeitos e consequências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.*).

“A Rede Social está legitimada, reconhecem-na, mas não é fidedigna. Como pontos fracos saliento: a instrumentalização política da Rede Social; Falta de transparência; não se fomenta a partilha; desvalorização de alguns parceiros; Ponto forte. Concertação de estratégias e acções”.

Como pensa que será o caminho futuro da Rede Social.

“Repensar a liderança e a coordenação das redes sociais”.

Resumo da entrevista

Nº 2

Técnica superior de Serviço Social, de 48 anos de idade, com uma experiência de trabalho numa IPSS de 11 anos, com articulação indirecta com a Rede Social.

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) (analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.).

“Não tenho uma opinião muito formada, pois não trabalho directamente com a Rede Social, mas considero que é a entidade que oferece melhores condições para assumir a coordenação de um programa como a Rede Social, pela influência e ascendência que tem sobre as outras entidades”.

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local (analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.).

“Do pouco que conheço, acho que o modelo adoptado é o mais adequado. No entanto, acho que a existência de uma estrutura mais global que incorporasse e gerisse toda a intervenção social seria o ideal, pois assim seria possível trabalharmos todos com os mesmos objectivos e éramos detentores da mesma informação. Ainda há muitas parcerias alargadas a trabalhar autonomamente e desfasadas dos objectivos e prioridades da Rede Social. O facto de não ser eu a representante da minha instituição na Rede Social, distancia-me um pouco de todo este processo, porque internamente falha a partilha da informação. Esta falha resulta devido à acumulação de tarefas por parte dos diversos técnicos de uma mesma Instituição, de pouca disponibilidade para a partilha, e, por vezes, até falta de interesse pelo trabalho dos outros. Na minha opinião, a Rede Social deveria promover reuniões parcelares com os técnicos das diversas instituições parceiras, envolvê-los em algumas das actividades da Rede Social, de forma a ficarmos mais vinculado”.

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar (analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.).

“Tem contribuído através da promoção de candidatura a projectos e programas nacionais e comunitários, como é exemplo o Projecto “ Novos Trilhos “ do Centro comunitário de Esmoriz, do Progride, entre outros. As respostas vão surgindo, o difícil é avançarmos para respostas que actuem nas causas da pobreza e exclusão social, como o desemprego, as baixas qualificações da população mais desfavorecida, e

promover uma inserção efectiva. Os projectos são muito orientados para o aumento das competências desta população, mas depois não as conseguimos inserir”.

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

“Orientarmo-nos mais para actuações que visem eliminar ou atenuar as causas da pobreza e exclusão social no nosso concelho”.

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social *(analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais;*

“Acho que melhorou significativamente o trabalho inter-institucional e noto uma maior participação das entidades parceiras em intervenções articuladas. Não tenho grande noção sobre o esforço da Rede Social para promover o envolvimento das empresas e dos beneficiários das medidas, mas seria um caminho a percorrer e essencial para obtermos mais resultados na nossa actuação”.

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores *(analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.).*

“Ao nível da minha prática profissional não sinto essa influência (ao nível das metodologias de intervenção inovadoras), mas acho que deve ter contribuído para quem está mais directamente relacionado com esse trabalho. Noto uma maior articulação nas respostas e maior partilha de informação entre as instituições, estão mais abertas e receptivas ao trabalho articulado, pelo menos da parte dos técnicos. Contudo, ainda não podemos falar de um planeamento estratégico, ainda estamos muito longe. O diagnóstico é um instrumento muito importante, mas ainda não o conheço”.

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição *(analisar a sua pertinência; a difusão das boas prática e o seu efeito multiplicador, etc.).*

“Não sei, nada passa por mim. Os circuitos de divulgação não funcionam nem internamente, nem exteriormente. Há pouca divulgação ao nível da comunidade das acções/actividades da Rede. No outro dia a instituição participou numa acção dirigida à População Idosa – “ A Semana do Idoso”- e eu não sabia que tinha sido desenvolvida pela Rede. Só mais tarde é que soube”.

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (*efeitos e consequências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.*).

“Acho que o papel da Rede é fundamental. As pessoas não participam tanto, não por não terem vontade, mas por falta de disponibilidade, informação e conhecimento sobre a importância do trabalho da rede.”A concertação do trabalho entre as instituições é um dos pontos fortes e visíveis da rede”.

Como pensa que será o caminho futuro da Rede Social.

“Não sei”.

Resumo da entrevista

Nº3

Técnica superior de Serviço Social, de 26 anos de idade, com uma experiência de trabalho numa IPSS, com articulação directa com a Rede Social

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) (analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.).

“Convêm ser. A autarquia tem mais influência política e capacidade financeira para liderar um processo como a Rede Social. É uma liderança natural e que interessa a todos. Nas CSF já não funciona tanto, dado o perfil dos seus líderes, pessoas com limitada formação, conhecimento, pouca sensibilidade e disponibilidade para assumir este desafio. Não conseguem dinamizar, porque também não estão envolvidos com este projecto”.

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local (analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.).

“O modelo é adequado, mas tem de existir maior empenho e participação de todos”.

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar (analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.).

“Indirectamente através da concertação estratégica para apresentação de programas e projectos que visam promover respostas mais ajustadas à realidade local. Directamente fica tudo no papel, não se faz mais nada. Só se preocupa com a produção de documentos, com dados estatísticos, é tudo muito genérico, nada orientado para uma efectiva intervenção nos problemas sociais”.

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

“A definição de um Planeamento Estratégico da intervenção social no concelho de Ovar”.

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social (*analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais; desenvolvimento de uma cultura de parceria, etc.*). Uma hipótese para promover o envolvimento dos parceiros seria o de promover uma liderança rotativa das reuniões do CLAS pelos parceiros ou estas serem descentralizadas.

“As pessoas não estão vinculadas com este programa. Nos fóruns temáticos promovidos apela Rede Social para a construção do PDS, as pessoas não sabem o que estão lá a fazer. Vão por ser uma reunião e por ser a Câmara Municipal a convocar. Nas reuniões plenárias são sempre os mesmos a falar, a maioria ainda tem receio de partilhar, estão muito fechadas, trabalham ainda muito para dentro e têm receio da concorrência. Temos um longo caminho a percorrer. AS IPSS são as entidades mais envolvidas, mas por causa dos técnicos, a quem delegam a sua representação. Estes estão sempre empenhados pois lidam com as situações e preocupam-se em encontrar soluções que promovam a inserção das pessoas”.

“Quanto à participação das empresas locais ou das pessoas em situação de pobreza não vejo preocupação nenhuma com esses dois objectivos. As CSF poderiam envolver essas fomentando o envolvimento dessas pessoas.”

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores (*analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.*).

“Os documentos produzidos pela Rede Social, como o diagnóstico, são muito confusos e extensos, ninguém lê. Não traduzem uma visão global da estratégia a seguir, são peças soltas, sem grande articulação. As entidades não se interessam nem procuram enquadrar essas prioridades nos seus Planos de Acção, ainda estamos muito longe disso. Há coordenação e concertação de acções, mas porque isso interessa às instituições, pois estas precisam dos pareceres da rede social”.

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição (*analisar a sua pertinência; a difusão das boas práticas e o seu efeito multiplicador, etc.*).

“É boa, há muita divulgação de projectos e programas. Não tem nenhum site, enviam tudo por e-mail”.

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (*efeitos e consequências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.*).

“Está legitimada para algumas entidades mais activas e interessadas. Como pontos forte saliento a difusão de informação, a promoção dos fóruns temáticos com o objectivo de estimular a participação e a concertação e como pontos fracos a falta de dinamização das entidades parceiras, pouca participação, muita mobilidade dos representantes das entidades parceiras”.

Como pensa que será o caminho futuro da Rede Social.

“Tem de haver uma grande mudança. O ponto de partida será uma maior consciencialização colectiva do papel da Rede Social, para podermos desenvolver outro tipo de trabalho”.

Resumo da entrevista

Nº 4

Técnica superior de Serviço Social, de 44 anos de idade, com uma experiência de trabalho numa ONG de 6 anos, com articulação indirecta com a Rede Social

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) (analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.).

“Inicialmente foi o parceiro ideal, mas agora acho que está muito viciada e cristalizada. Os parceiros estão sempre à espera que a Câmara assuma o papel, delegam total responsabilidade sobre a mesma. Há instrumentalização política e uma forte confusão de papéis entre o CLAS e a Câmara Municipal”.

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local (analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.).

“A rotatividade da liderança seria a metodologia mais adequada e esta deveria ser em todos os órgãos do CLAS. São sempre os mesmos a integrá-los. Assim, poderia ser que os parceiros se sentissem mais envolvidos no trabalho da rede Social. O Modelo organizativo global seria o ideal, mas parece não haver grande receptividade”.

AS CSF não funcionam e mesmo com técnicos a dinamizá-las continua a ser difícil conseguir a participação dos seus elementos. Os Presidentes das Juntas não reconhecem legitimidade às mesmas nem qualquer interesse no seu funcionamento. Consideram que a responsabilidade dessa intervenção, ao nível da pobreza e exclusão social, é da Câmara Municipal”.

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar (analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.).

“Não acho que tenha contribuído muito. Sem um planeamento estratégico bem definido não vamos longe, continuamos a funcionar com projectos parcelares e direccionados a problemáticas específicas. Só por força e dinamismo das instituições é que temos contribuído para o combate a esses fenómenos. Elas é que continuam a trabalhar nesse sentido e vão muito mais além da Rede Social, estão muito mais atentas aos programas / projectos que poderão promover esse combate e atenuar as situações de pobreza e exclusão social. O NLI/RSI constitui uma estrutura muito mais importante e actualizado com intervenção prioritária a esse nível”.

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

“Deixar de fazer trabalho de gabinete e preocupar-se com as questões reais do concelho. Só produzem documentos e mesmo assim desactualizado, só pedem dados estatísticos e mesmo assim não conhecem o trabalho desenvolvido pelas entidades parceiras”.

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social (analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais; desenvolvimento de uma cultura de parceria, etc.). Uma hipótese para promover o envolvimento dos parceiros seria o de promover uma liderança rotativa das reuniões do CLAS pelos parceiros ou estas serem descentralizadas.

“Pouco envolvidas e com pouca disponibilidade para participar. Promover a participação das entidades parceiras, talvez, através de reuniões parcelares, cujo tema vá de encontro às suas necessidades e interesses. Os técnicos são os mais empenhados e participativos”.

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores (analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.).

“A concertação estratégica para apresentação das candidaturas pode ser considerada uma boa metodologia de intervenção, de forma a evitar as duplicações. A formação que tem garantido aos técnicos constitui uma mais-valia e permite uma actualização ao nível dos métodos de trabalho. Os fóruns temáticos para elaboração dos instrumentos de trabalho também são uma boa prática”.

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição (analisar a sua pertinência; a difusão das boas prática e o seu efeito multiplicador, etc.).

“Muita informação, através do e-mail, mas de pouco interesse. Só seminários e mais seminários. Deveria existir um site da Rede Social e não um em conjunto com a Câmara Municipal, gerador de uma maior confusão de papéis”.

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (efeitos e conseqüências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.).

“A Rede Social está legitimada. Como pontos fortes saliento a concertação entre as instituições para a apresentação de candidaturas a Programas /projectos, a difusão de informação e como pontos fracos, a pouca dinamização das parcerias, instrumentos de trabalho pouco actualizados e oportunos; confusão de papéis; Protagonismo acentuado induz em erro as entidades; Pouco investimento na construção de um Planeamento Estratégico”.

Como pensa que será o caminho futuro da Rede Social.

“Será necessário haver mudança nas práticas, na mentalidade, na dinamização das parcerias. Está tudo muito estagnado, viciada e cristalizado”.

Resumo da entrevista

Nº 5

Técnica superior de Serviço Social, de 47 anos de idade, com uma experiência de trabalho num Serviço Público de 11 anos, com articulação directa com a Rede Social.

Gostaria de saber a sua opinião sobre o papel e a liderança da autarquia/poder local na intervenção da Rede Social e dos seus principais órgãos (CLAS/ CSF) (*analisar as vantagens e desvantagens, a instrumentalização política na intervenção da Rede Social; etc.*).

“A autarquia é a entidade com melhores condições para liderar este processo. Não sinto qualquer instrumentalização política, nem favorecimento ou confusão de papéis. As entidades é que não participam e não entendem muito bem o que é a rede social e associam a Câmara a esta estrutura. As CSF não funcionam, por falta de empenho e interesse da parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia e das outras instituições locais”.

Qual seria, para si, o modelo de organização/funcionamento mais adequado e conveniente à realidade local (*analisar o actual modelo proposto pela legislação (Plataformas Supra-concelhias; CLAS; CSF; Núcleo Executivo, Grupos de Trabalho); o modelo operativo mais adequado ao Concelho de Ovar; articulação a nível local das múltiplas estruturas de parceria existentes com a mesma configuração da Rede Social, etc.*).

“O modelo está adaptado à nossa realidade local. O problema reside na falta de participação das entidades parceiras. Estas só colaboram de acordo com os seus interesses. Não fazem nenhum esforço”.

Na sua opinião de que forma é que a Rede Social tem contribuído para combater as situações de pobreza e exclusão no concelho de Ovar (*analisar os efeitos e consequências práticas do referido programa em matéria de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar; vinculação das entidades parceiras a este objectivo; implementação e mobilização das respostas mais adequadas às necessidades da comunidade local, etc.*).

“Através da concertação estratégica entre as instituições, da divulgação de programas e projectos. Contudo, acções concretas e orientadas para os problemas sociais específicos do nosso concelho, que parta dos recursos locais e da sua articulação, à semelhança do que acontece em outros concelhos, não há. São coisa pequeninas, mas que podem ter repercussões muito positivas no combate à pobreza de um concelho específico”.

O que é que a Rede Social podia fazer e ainda não fez para contribuir de forma mais eficaz para o combate às situações de pobreza e exclusão social no concelho de Ovar.

“Poderia fazer mais, fomentando intervenções locais, com recursos locais, e não estar à espera de programas e projectos de âmbito nacional ou europeu”

Como vê a participação das entidades parceiras e da comunidade no Programa Rede Social (*analisar formas de interacção entre os parceiros; nível do envolvimento das instituições do terceiro sector, da administração pública e organismos privados, nomeadamente as empresas; a participação da população mais afectada pelos problemas sociais; desenvolvimento de uma cultura de parceria, etc.*).

“As entidades só participam quando são chamadas, não fazem um esforço para se interessarem e envolverem-se neste projecto. Movem-se por interesses. Tem que haver uma mudança de mentalidade. A participação das empresas, assim como das pessoas excluídas é fundamental, mas não agora, isso só em outro patamar. Ainda temos de percorrer um grande caminho no sentido de promover a participação daquelas que já estão presentes, mas não participam activamente. As IPSS são as que mais participam, embora haja uma grande disparidade ao nível da participação entre as instituições.”

Até que ponto a Rede Social promoveu metodologias/práticas de intervenção e projectos inovadores (*analisar a existência de um Planeamento estratégico global; o Plano de Acção da Rede Social contempla as diversidades e especificidades territoriais do concelho de Ovar; os Planos de Acção dos parceiros têm presente a prioridades de intervenção definidas no âmbito do PDS e Plano de Acção do CLAS; organização e planeamento em rede das acções; coordenação e apresentação de projectos sociais interinstitucionais, etc.*).

“É muito importante para mim e para a minha instituição estar integrada na Rede Social, pois estou em contacto permanente com novas práticas e metodologias de intervenção e com instrumentos novos. O diagnóstico é um instrumento essencial, assim como o PDS, mas ainda estamos muito longe de um Planeamento estratégico global.”

O que pensa da informação produzida pela Rede social no trabalho desenvolvido pela instituição (*analisar a sua pertinência; a difusão das boas prática e o seu efeito multiplicador, etc.*).

“Circula muita informação pertinente e tudo é importante para o nosso trabalho”.

Como avalia o papel e a legitimação da Rede Social a nível local (*efeitos e consequências práticas da Rede Social na comunidade local e na intervenção social da instituição que integra; pontos fortes e fracos, etc.*).

“Acho que ainda não está legitimada, mas não é por culpa da Rede Social, que tem feito um esforço nesse sentido. As entidades é que não reconhecem a importância da Rede, pois não se envolvem em nada que não lhes traga algum benefício. Como pontos fortes refiro a concertação, a forte divulgação de informação, o relacionamento inter-institucional e alguma abertura das instituições e como pontos fracos, o grau de participação das entidades parceiras, ao nível das Juntas de freguesia, empresários, beneficiários das medidas, ausência de intervenções locais para problemas locais”.

Como pensa que será o caminho futuro da Rede Social.

“Está a ir no bom caminho, começa a alicerçar-se, a estimular participação das pessoas. Tem de se encontrar uma estratégia para aumentar a participação, através da realização de acções ou reuniões paralelas com entidades e pessoas consideradas prioritárias, de forma a atingirmos o objectivo final deste programa, o combate à pobreza exclusão social”.

Anexo IV

Género

Statistics

Género

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		1,68
Median		2,00
Mode		2
Std. Deviation		,475

Género

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	masculino	12	32,4	32,4	32,4
	feminino	25	67,6	67,6	100,0
	Total	37	100,0	100,0	

Idade

Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	28	4	10,8	10,8	10,8
	33	1	2,7	2,7	13,5
	34	1	2,7	2,7	16,2
	36	1	2,7	2,7	18,9
	37	1	2,7	2,7	21,6
	38	2	5,4	5,4	27,0
	39	2	5,4	5,4	32,4
	40	2	5,4	5,4	37,8
	41	2	5,4	5,4	43,2
	45	3	8,1	8,1	51,4
	47	1	2,7	2,7	54,1
	49	2	5,4	5,4	59,5
	52	1	2,7	2,7	62,2
	53	1	2,7	2,7	64,9
	54	1	2,7	2,7	67,6
	57	1	2,7	2,7	70,3
	58	2	5,4	5,4	75,7
	60	1	2,7	2,7	78,4
	63	2	5,4	5,4	83,8
	66	2	5,4	5,4	89,2
	67	1	2,7	2,7	91,9
	68	1	2,7	2,7	94,6
	72	1	2,7	2,7	97,3
	76	1	2,7	2,7	100,0
	Total	37	100,0	100,0	

Statistics

Idade

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		48,14
Median		45,00
Mode		28
Std. Deviation		13,565

Idade codificada

Statistics

Idade codificada

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		1,73
Median		2,00
Mode		1
Std. Deviation		,732

Idade codificada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 25-44	16	43,2	43,2	43,2
45-64	15	40,5	40,5	83,8
»=65	6	16,2	16,2	100,0
Total	37	100,0	100,0	

Habilitações literárias

Statistics

Habilitações Literárias

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		6,38
Median		7,00
Mode		7
Std. Deviation		1,605

Habilitações Literárias

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sabe ler e escrever	1	2,7	2,7	2,7
Ensino Básico 1º ciclo (4ºano)	1	2,7	2,7	5,4
Ensino Básico 2º ciclo (6ºano)	1	2,7	2,7	8,1
Ensino Básico 3º ciclo 9ºano)	1	2,7	2,7	10,8
Ensino Secundário (12º ano)	1	2,7	2,7	13,5
Bacharelato	7	18,9	18,9	32,4
Licenciatura	23	62,2	62,2	94,6
Mestrado	1	2,7	2,7	97,3
Outra. Qual?	1	2,7	2,7	100,0
Total	37	100,0	100,0	

Habilitações Literárias codificada

Statistics

Habilitações codificada

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		2,54
Median		3,00
Mode		3
Std. Deviation		,730

Habilitações codificada

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Até ao Ensino Secundário	5	13,5	13,5	13,5
	Bacharelato	7	18,9	18,9	32,4
	Licenciatura e superior	25	67,6	67,6	100,0
	Total	37	100,0	100,0	

Crosstabs - Género e Idade

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Idade codificada * Género	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Idade codificada * Género Crosstabulation

			Género		Total
			masculino	feminino	
Idade codificada	25-44	Count	2	14	16
		% within Idade codificada	12,5%	87,5%	100,0%
		% within Género	16,7%	56,0%	43,2%
		% of Total	5,4%	37,8%	43,2%
	45-64	Count	8	7	15
		% within Idade codificada	53,3%	46,7%	100,0%
		% within Género	66,7%	28,0%	40,5%
		% of Total	21,6%	18,9%	40,5%
	»=65	Count	2	4	6
		% within Idade codificada	33,3%	66,7%	100,0%
		% within Género	16,7%	16,0%	16,2%
		% of Total	5,4%	10,8%	16,2%
Total		Count	12	25	37
		% within Idade codificada	32,4%	67,6%	100,0%
		% within Género	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	32,4%	67,6%	100,0%

Crosstabs - Género, Idade e Habilitações Literárias

Idade codificada * Género * Habilitações codificada Crosstabulation

Habilitações codificada				Género		Total
				masculino	feminino	
Até ao Ensino Secundário	Idade codificada 25-44	Count	1	0	1	
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	100,0%	
		% within Género	25,0%	,0%	20,0%	
		% of Total	20,0%	,0%	20,0%	
	45-64	Count	2	0	2	
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	100,0%	
		% within Género	50,0%	,0%	40,0%	
		% of Total	40,0%	,0%	40,0%	
	»=65	Count	1	1	2	
		% within Idade codificada	50,0%	50,0%	100,0%	
		% within Género	25,0%	100,0%	40,0%	
		% of Total	20,0%	20,0%	40,0%	
Total	Count	4	1	5		
	% within Idade codificada	80,0%	20,0%	100,0%		
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%		
	% of Total	80,0%	20,0%	100,0%		
Bacharelato	Idade codificada 25-44	Count	0	1	1	
		% within Idade codificada	,0%	100,0%	100,0%	
		% within Género	,0%	25,0%	14,3%	
		% of Total	,0%	14,3%	14,3%	
	45-64	Count	3	0	3	
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	100,0%	
		% within Género	100,0%	,0%	42,9%	
		% of Total	42,9%	,0%	42,9%	
	»=65	Count	0	3	3	
		% within Idade codificada	,0%	100,0%	100,0%	
		% within Género	,0%	75,0%	42,9%	
		% of Total	,0%	42,9%	42,9%	
Total	Count	3	4	7		
	% within Idade codificada	42,9%	57,1%	100,0%		
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%		
	% of Total	42,9%	57,1%	100,0%		
Licenciatura e superior	Idade codificada 25-44	Count	1	13	14	
		% within Idade codificada	7,1%	92,9%	100,0%	
		% within Género	20,0%	65,0%	56,0%	
		% of Total	4,0%	52,0%	56,0%	
	45-64	Count	3	7	10	
		% within Idade codificada	30,0%	70,0%	100,0%	
		% within Género	60,0%	35,0%	40,0%	
		% of Total	12,0%	28,0%	40,0%	
	»=65	Count	1	0	1	
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	100,0%	
		% within Género	20,0%	,0%	4,0%	
		% of Total	4,0%	,0%	4,0%	
Total	Count	5	20	25		
	% within Idade codificada	20,0%	80,0%	100,0%		
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%		

Means – Idade* Género * Habilitações Literárias

Case Processing Summary

	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Idade * Habilitações codificada	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%
Idade * Género	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Idade * Habilitações codificada

Idade

Habilitações codificada	Mean	N	Std. Deviation
Até ao Ensino Secundário	58,00	5	15,636
Bacharelato	59,14	7	9,529
Licenciatura e superior	43,08	25	11,416
Total	48,14	37	13,565

Idade * Género

Idade

Género	Mean	N	Std. Deviation
masculino	53,25	12	13,011
feminino	45,68	25	13,381
Total	48,14	37	13,565

Means- Idade * Género * Habilitações

Case Processing Summary

	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Idade * Habilitações codificada * Género	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Report

Idade

Habilitações codificada	Género	Mean	N	Std. Deviation
Até ao Ensino Secundário	masculino	53,50	4	13,820
	feminino	76,00	1	
	Total	58,00	5	15,636
Bacharelato	masculino	57,33	3	3,055
	feminino	60,50	4	13,026
	Total	59,14	7	9,529
Licenciatura e superior	masculino	50,60	5	17,213
	feminino	41,20	20	9,146
	Total	43,08	25	11,416
Tota	masculino	53,25	12	13,011
	feminino	45,68	25	13,381
	Total	48,14	37	13,565

Means - Idade * Género

Case Processing Summary

	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Idade * Género	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Report

Idade

Género	Mean	N	Std. Deviation
masculino	53,25	12	13,011
feminino	45,68	25	13,381
Total	48,14	37	13,565

Means - Idade * Tipo de Instituição

Case Processing Summary

	Cases					
	Included		Excluded		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Idade * Designação social codificada	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Report

Idade

Designação social codificada	Mean	N	Std. Deviation	% of Total N
IPSS e ONG	45,82	17	15,121	45,9%
Autarquias	50,40	5	13,221	13,5%
Serviço Público	47,86	7	5,872	18,9%
Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras	51,88	8	16,173	21,6%
Total	48,14	37	13,565	100,0%

Frequencies - Grau de participação

Statistics

Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social

N	Valid	37
	Missing	0
Mean		1,95
Median		2,00
Mode		2
Std. Deviation		,664

Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Muito Participativa	9	24,3	24,3	24,3
Razoavelmente Participativa	21	56,8	56,8	81,1
Pouco Participativa	7	18,9	18,9	100,0
Total	37	100,0	100,0	

Crosstabs - Grau de Participação * Género

Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social * Género Crosstabulation

			Género		Total
			masculino	feminino	
Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	Muito Participativa	Count	1	8	9
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	11,1%	88,9%	100,0%
		% within Género	8,3%	32,0%	24,3%
		% of Total	2,7%	21,6%	24,3%
	Razoavelmente Participativa	Count	9	12	21
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	42,9%	57,1%	100,0%
		% within Género	75,0%	48,0%	56,8%
		% of Total	24,3%	32,4%	56,8%
	Pouco Participativa	Count	2	5	7
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	28,6%	71,4%	100,0%
		% within Género	16,7%	20,0%	18,9%
		% of Total	5,4%	13,5%	18,9%
Total	Count	12	25	37	
	% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	32,4%	67,6%	100,0%	
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	32,4%	67,6%	100,0%	

Crosstabs - Grau de Participação * Tipo de Instituição

Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social * Designação social codificada Crosstabulation

			Designação social codificada				Total
			IPSS e ONG	Autarquias	Serviço Público	Outras: Colectividades Entidade Privada e outras	
Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	Muito Participativa	Count	3	2	2	2	9
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	33,3%	22,2%	22,2%	22,2%	100,0%
		% within Designação social codificada	17,6%	40,0%	28,6%	25,0%	24,3%
		% of Total	8,1%	5,4%	5,4%	5,4%	24,3%
	Razoavelmente Participativa	Count	10	3	5	3	21
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	47,6%	14,3%	23,8%	14,3%	100,0%
		% within Designação social codificada	58,8%	60,0%	71,4%	37,5%	56,8%
		% of Total	27,0%	8,1%	13,5%	8,1%	56,8%
	Pouco Participativa	Count	4	0	0	3	7
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	57,1%	,0%	,0%	42,9%	100,0%
		% within Designação social codificada	23,5%	,0%	,0%	37,5%	18,9%
		% of Total	10,8%	,0%	,0%	8,1%	18,9%
Total	Count	17	5	7	8	37	
	% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	45,9%	13,5%	18,9%	21,6%	100,0%	
	% within Designação social codificada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	45,9%	13,5%	18,9%	21,6%	100,0%	

Crosstabs - Grau de Participação * Ano de adesão

Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social * Ano de adesão à Rede Social Crosstabulation

		Ano de adesão à Rede Social					Total	
		Ano de 2000	2001-2003	2004-2006	2007-2009	Ano de 2010		
Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	Muito Participativa	Count	5	1	1	2	0	9
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	55,6%	11,1%	11,1%	22,2%	,0%	100,0%
		% within Ano de adesão à Rede Social	38,5%	12,5%	14,3%	25,0%	,0%	24,3%
		% of Total	13,5%	2,7%	2,7%	5,4%	,0%	24,3%
	Razoavelmente Participativa	Count	6	6	6	2	1	21
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	28,6%	28,6%	28,6%	9,5%	4,8%	100,0%
		% within Ano de adesão à Rede Social	46,2%	75,0%	85,7%	25,0%	100,0%	56,8%
		% of Total	16,2%	16,2%	16,2%	5,4%	2,7%	56,8%
	Pouco Participativa	Count	2	1	0	4	0	7
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	28,6%	14,3%	,0%	57,1%	,0%	100,0%
		% within Ano de adesão à Rede Social	15,4%	12,5%	,0%	50,0%	,0%	18,9%
		% of Total	5,4%	2,7%	,0%	10,8%	,0%	18,9%
Total	Count	13	8	7	8	1	37	
	% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	35,1%	21,6%	18,9%	21,6%	2,7%	100,0%	
	% within Ano de adesão à Rede Social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	35,1%	21,6%	18,9%	21,6%	2,7%	100,0%	

Grau de Assiduidade

Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Presença assídua	24	64,9	64,9	64,9
Presença regular	8	21,6	21,6	86,5
Presença esporádica	5	13,5	13,5	100,0
Total	37	100,0	100,0	

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS * Designação social codificada	37	100,0%	0	,0%	37	100,0%

Crosstabs - Grau de Assiduidade * Tipo de instituição

Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS * Designação social codificada Crosstabulation

			Designação social codificada				Total
			IPSS e ONG	Autarquias	Serviço Público	Outras: Colectividades Entidade Privada e outras	
Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	Presença assídua	Count	12	3	4	5	24
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	50,0%	12,5%	16,7%	20,8%	100,0%
		% within Designação social codificada	70,6%	60,0%	57,1%	62,5%	64,9%
		% of Total	32,4%	8,1%	10,8%	13,5%	64,9%
	Presença regular	Count	3	2	1	2	8
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	37,5%	25,0%	12,5%	25,0%	100,0%
		% within Designação social codificada	17,6%	40,0%	14,3%	25,0%	21,6%
		% of Total	8,1%	5,4%	2,7%	5,4%	21,6%
	Presença esporádica	Count	2	0	2	1	5
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	40,0%	,0%	40,0%	20,0%	100,0%
		% within Designação social codificada	11,8%	,0%	28,6%	12,5%	13,5%
		% of Total	5,4%	,0%	5,4%	2,7%	13,5%
Total	Count	17	5	7	8	37	
	% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	45,9%	13,5%	18,9%	21,6%	100,0%	
	% within Designação social codificada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	45,9%	13,5%	18,9%	21,6%	100,0%	

Crosstabs - Grau de Assiduidade * Habilitações literárias

Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS * Habilitações codificada Crosstabulation

			Habilitações codificada			Total
			Até ao Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura e superior	
Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	Presença assídua	Count	2	4	18	24
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	8,3%	16,7%	75,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	40,0%	57,1%	72,0%	64,9%
		% of Total	5,4%	10,8%	48,6%	64,9%
	Presença regular	Count	2	2	4	8
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	40,0%	28,6%	16,0%	21,6%
		% of Total	5,4%	5,4%	10,8%	21,6%
	Presença esporádica	Count	1	1	3	5
		% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	20,0%	14,3%	12,0%	13,5%
		% of Total	2,7%	2,7%	8,1%	13,5%
Total	Count	5	7	25	37	
	% within Grau de assiduidade nas reuniões plenárias do CLAS	13,5%	18,9%	67,6%	100,0%	
	% within Habilitações codificada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	13,5%	18,9%	67,6%	100,0%	

Crosstabs - Grau de participação, segundo o tipo de instituição

Designação social codificada * Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social Crosstabulation

		Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social			Total	
		Muito Participativa	Razoavelmente Participativa	Pouco Participativa		
Designação social codificada	IPSS e ONG	Count	3	10	4	17
		% within Designação social codificada	17,6%	58,8%	23,5%	100,0%
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	33,3%	47,6%	57,1%	45,9%
		% of Total	8,1%	27,0%	10,8%	45,9%
	Autarquias	Count	2	3	0	5
		% within Designação social codificada	40,0%	60,0%	,0%	100,0%
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	22,2%	14,3%	,0%	13,5%
		% of Total	5,4%	8,1%	,0%	13,5%
	Serviço Público	Count	2	5	0	7
		% within Designação social codificada	28,6%	71,4%	,0%	100,0%
		% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	22,2%	23,8%	,0%	18,9%
		% of Total	5,4%	13,5%	,0%	18,9%
Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras	Count	2	3	3	8	
	% within Designação social codificada	25,0%	37,5%	37,5%	100,0%	
	% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	22,2%	14,3%	42,9%	21,6%	
	% of Total	5,4%	8,1%	8,1%	21,6%	
Tota	Count	9	21	7	37	
	% within Designação social codificada	24,3%	56,8%	18,9%	100,0%	
	% within Grau de participação da entidade no trabalho da Rede Social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Nº de representantes, segundo o Tipo de Instituição

Designação social codificada

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	IPSS e ONG	17	45,9	45,9	45,9
	Autarquias	5	13,5	13,5	59,5
	Serviço Público	7	18,9	18,9	78,4
	Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras	8	21,6	21,6	100,0
	Total	37	100,0	100,0	

Nº de representantes, segundo o cargo que desempenha na entidade

Cargo que ocupa

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dirigente	21	56,8	56,8	56,8
	Técnico	16	43,2	43,2	100,0
	Total	37	100,0	100,0	

Crosstabs – Cargo que ocupa * género

Género * Cargo que ocupa Crosstabulation

			Cargo que ocupa		Total
			Dirigente	Técnico	
Género	masculino	Count	10	2	12
		% within Género	83,3%	16,7%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	47,6%	12,5%	32,4%
		% of Total	27,0%	5,4%	32,4%
feminino	Count	11	14	25	
	% within Género	44,0%	56,0%	100,0%	
	% within Cargo que ocupa	52,4%	87,5%	67,6%	
	% of Total	29,7%	37,8%	67,6%	
Total	Count	21	16	37	
	% within Género	56,8%	43,2%	100,0%	
	% within Cargo que ocupa	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	56,8%	43,2%	100,0%	

Crosstabs – Cargo que ocupa * idade

Idade codificada * Cargo que ocupa Crosstabulation

			Cargo que ocupa		Total
			Dirigente	Técnico	
Idade codificada	25-44	Count	4	12	16
		% within Idade codificada	25,0%	75,0%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	19,0%	75,0%	43,2%
		% of Total	10,8%	32,4%	43,2%
	45-64	Count	11	4	15
		% within Idade codificada	73,3%	26,7%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	52,4%	25,0%	40,5%
		% of Total	29,7%	10,8%	40,5%
	»=65	Count	6	0	6
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	28,6%	,0%	16,2%
		% of Total	16,2%	,0%	16,2%
Total	Count	21	16	37	
	% within Idade codificada	56,8%	43,2%	100,0%	
	% within Cargo que ocupa	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	56,8%	43,2%	100,0%	

Crosstabs – Cargo que ocupa * Tipo de instituição

Designação social codificada * Cargo que ocupa Crosstabulation

			Cargo que ocupa		Total
			Dirigente	Técnico	
Designação social codificada	IPSS e ONG	Count	7	10	17
		% within Designação social codificada	41,2%	58,8%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	33,3%	62,5%	45,9%
		% of Total	18,9%	27,0%	45,9%
	Autarquias	Count	4	1	5
		% within Designação social codificada	80,0%	20,0%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	19,0%	6,3%	13,5%
		% of Total	10,8%	2,7%	13,5%
	Serviço Público	Count	3	4	7
		% within Designação social codificada	42,9%	57,1%	100,0%
		% within Cargo que ocupa	14,3%	25,0%	18,9%
		% of Total	8,1%	10,8%	18,9%
Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras	Count	7	1	8	
	% within Designação social codificada	87,5%	12,5%	100,0%	
	% within Cargo que ocupa	33,3%	6,3%	21,6%	
	% of Total	18,9%	2,7%	21,6%	
Total	Count	21	16	37	
	% within Designação social codificada	56,8%	43,2%	100,0%	
	% within Cargo que ocupa	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	56,8%	43,2%	100,0%	

Multiple Response – Mecanismos produtores da Pobreza e Exclusão Social*Grau de importância

Primeira mais importante

\$pob Frequencies

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
pob ^a	Emprego precário	5	13,5%	13,5%
	Desemprego de longa duração	19	51,4%	51,4%
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	1	2,7%	2,7%
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	4	10,8%	10,8%
	Baixos níveis de prestações sociais I	2	5,4%	5,4%
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	1	2,7%	2,7%
	Pobreza herdada	2	5,4%	5,4%
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	1	2,7%	2,7%
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	1	2,7%	2,7%
	Outra.	1	2,7%	2,7%
Total	37	100,0%	100,0%	

Segunda mais importante

\$pob Frequencies

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
pob ^a	Emprego precário	6	16,2%	16,2%
	Desemprego de longa duração	6	16,2%	16,2%
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	5	13,5%	13,5%
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	4	10,8%	10,8%
	Insucesso, absentismo e abandono precoce do sistema educativo	2	5,4%	5,4%
	Baixos níveis de prestações sociais I	2	5,4%	5,4%
	Dependências: Alcoolismo e toxicodependência	5	13,5%	13,5%
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	1	2,7%	2,7%
	Pobreza herdada	1	2,7%	2,7%
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	1	2,7%	2,7%
	Condições habitacionais precárias	2	5,4%	5,4%
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	2	5,4%	5,4%
	Total	37	100,0%	100,0%

Terceira mais importante

\$pob Frequencies

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
pob ^a	Emprego precário	1	2,7%	2,7%
	Desemprego de longa duração	3	8,1%	8,1%
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	2	5,4%	5,4%
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	6	16,2%	16,2%
	Insucesso, absentismo e abandono precoce do sistema educativo	4	10,8%	10,8%
	Dependências: Alcoolismo e toxicodependência	4	10,8%	10,8%
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	6	16,2%	16,2%
	Pobreza herdada	4	10,8%	10,8%
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	1	2,7%	2,7%
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	6	16,2%	16,2%
	Total	37	100,0%	100,0%

Multiple Response – Mecanismos produtores da Pobreza e Exclusão Social*Género

\$Pob*p1.1 Crosstabulation

			Género		Total
			masculino	feminino	
Pob ^a	Emprego precário	Count	2	3	5
	Desemprego de longa duração	Count	7	12	19
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	Count	1	0	1
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	Count	1	3	4
	Baixos níveis de prestações sociais I	Count	0	2	2
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	Count	0	1	1
	Pobreza herdada	Count	0	2	2
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	Count	1	0	1
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	Count	0	1	1
	Outra.	Count	0	1	1
Total	Count	12	25	37	

Multiple Response - Mecanismos produtores da Pobreza e Exclusão Social* * Idade

\$Pob*p1.2.a Crosstabulation

			Idade codificada			Total
			25-44	45-64	»=65	
Pob ^a	Emprego precário	Count	2	3	0	5
	Desemprego de longa duração	Count	8	6	5	19
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	Count	0	0	1	1
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	Count	3	1	0	4
	Baixos níveis de prestações sociais I	Count	1	1	0	2
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	Count	1	0	0	1
	Pobreza herdada	Count	1	1	0	2
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	Count	0	1	0	1
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	Count	0	1	0	1
	Outra.	Count	0	1	0	1
Total	Count	16	15	6	37	

Multiple Response - Mecanismos produtores da Pobreza e Exclusão Social* * Habilitações

\$Pob*p1.3.a Crosstabulation

			Habilitações codificada			Total
			Até ao Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura e superior	
Pob ^a	Emprego precário	Count	0	0	5	5
	Desemprego de longa duração	Count	3	6	10	19
	Baixos níveis do rendimento do trabalho (salários)	Count	1	0	0	1
	Existência de uma população activa pouco escolarizada e qualificada	Count	1	0	3	4
	Baixos níveis de prestações sociais I	Count	0	0	2	2
	Disfuncionalidade e desagregação familiar	Count	0	0	1	1
	Pobreza herdada	Count	0	0	2	2
	Enfraquecimento dos laços familiares e sociais	Count	0	1	0	1
	Os atributos pessoais e sociais dos indivíduos em situação de exclusão social	Count	0	0	1	1
	Outra.	Count	0	0	1	1
Total	Count	5	7	25	37	

Crosstabs - Desemprego *Idade

Idade codificada * Desemprego de longa duração Crosstabulation

			Desemprego de longa duração			Total
			mais importante	segunda mais importante	terceira mais importante	
Idade codificada	25-44	Count	8	4	2	14
		% within Idade codificada	57,1%	28,6%	14,3%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	42,1%	66,7%	66,7%	50,0%
		% of Total	28,6%	14,3%	7,1%	50,0%
	45-64	Count	6	2	1	9
		% within Idade codificada	66,7%	22,2%	11,1%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	31,6%	33,3%	33,3%	32,1%
		% of Total	21,4%	7,1%	3,6%	32,1%
	»=65	Count	5	0	0	5
		% within Idade codificada	100,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	26,3%	,0%	,0%	17,9%
		% of Total	17,9%	,0%	,0%	17,9%
Total	Count	19	6	3	28	
	% within Idade codificada	67,9%	21,4%	10,7%	100,0%	
	% within Desemprego de longa duração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	67,9%	21,4%	10,7%	100,0%	

Crosstabs – Desemprego * Habilitações

Habilitações codificada * Desemprego de longa duração Crosstabulation

			Desemprego de longa duração			Total
			mais importante	segunda mais importante	terceira mais importante	
Habilitações codificada	Até ao Ensino Secundário	Count	3	0	1	4
		% within Habilitações codificada	75,0%	,0%	25,0%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	15,8%	,0%	33,3%	14,3%
		% of Total	10,7%	,0%	3,6%	14,3%
	Bacharelato	Count	6	1	0	7
		% within Habilitações codificada	85,7%	14,3%	,0%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	31,6%	16,7%	,0%	25,0%
		% of Total	21,4%	3,6%	,0%	25,0%
	Licenciatura e superior	Count	10	5	2	17
		% within Habilitações codificada	58,8%	29,4%	11,8%	100,0%
		% within Desemprego de longa duração	52,6%	83,3%	66,7%	60,7%
		% of Total	35,7%	17,9%	7,1%	60,7%
Total	Count	19	6	3	28	
	% within Habilitações codificada	67,9%	21,4%	10,7%	100,0%	
	% within Desemprego de longa duração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	67,9%	21,4%	10,7%	100,0%	

Multiple Response – Responsáveis pela redução da pobreza e exclusão social

Case Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
\$Responsáveis ^a	35	94,6%	2	5,4%	37	100,0%

a. Dichotomy group tabulated at value 1.

\$Responsáveis Frequencies

	Responses	Percent of Cases		
		N	Percent	Percent of Cases
Responsáveis ^a	A União Europeia (medidas de Política Social e fundos económicos de apoio)	2	5,7%	5,7%
	O poder central / Governo	2	5,7%	5,7%
	O poder local / Autarquias	8	22,9%	22,9%
	As ONG ou IPSS	8	22,9%	22,9%
	As diferentes estruturas de parceria locais (CLAS/CPCJ/CME/NLI/ IP, etc.) *	7	20,0%	
	Os próprios Cidadãos	7	20,0%	20,0%
	As Rede de relações familiares e de solidariedade	1	2,9%	2,9%
Total		35	100,0%	100,0%

Multiple Response – Responsáveis pela redução da pobreza e exclusão social * Grau de importância

Grau de importância - Primeira mais importante

\$res Frequencies

	Responses	Percent of Cases		
		N	Percent	Percent of Cases
res ^a	A União Europeia (medidas de Política Social e fundos económicos de apoio)	2	5,7%	5,7%
	O poder central / Governo	2	5,7%	5,7%
	O poder local / Autarquias	8	22,9%	22,9%
	As ONG ou IPSS	8	22,9%	22,9%
	As diferentes estruturas de parceria locais (CLAS/CPCJ/CME/NLI/ IP, etc.) *	7	20,0%	20,0%
	Os próprios Cidadãos	7	20,0%	20,0%
	As Rede de relações familiares e de solidariedade	1	2,9%	2,9%
Total		35	100,0%	100,0%

Multiple Response – Grau de maior importância * Habilitações

\$Responsáveis*p1.3.a Crosstabulation

			Habilitações codificada			Total
			Até ao Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura e superior	
Responsáveis ^a A União Europeia (medidas de Política Social e fundos económicos de apoio)	Count		0	1	1	2
	% within \$Responsáveis		,0%	50,0%	50,0%	
	% within p1.3.a		,0%	14,3%	4,3%	
	% of Total		,0%	2,9%	2,9%	5,7%
O poder central / Governo	Count		1	0	1	2
	% within \$Responsáveis		50,0%	,0%	50,0%	
	% within p1.3.a		20,0%	,0%	4,3%	
	% of Total		2,9%	,0%	2,9%	5,7%
O poder local / Autarquias	Count		3	3	2	8
	% within \$Responsáveis		37,5%	37,5%	25,0%	
	% within p1.3.a		60,0%	42,9%	8,7%	
	% of Total		8,6%	8,6%	5,7%	22,9%
As ONG ou IPSS	Count		0	0	8	8
	% within \$Responsáveis		,0%	,0%	100,0%	
	% within p1.3.a		,0%	,0%	34,8%	
	% of Total		,0%	,0%	22,9%	22,9%
As diferentes estruturas de parceria locais (CLAS/GPCJ/CME/NLI/IP, etc.) *	Count		0	1	6	7
	% within \$Responsáveis		,0%	14,3%	85,7%	
	% within p1.3.a		,0%	14,3%	26,1%	
	% of Total		,0%	2,9%	17,1%	20,0%
Os próprios Cidadãos	Count		1	1	5	7
	% within \$Responsáveis		14,3%	14,3%	71,4%	
	% within p1.3.a		20,0%	14,3%	21,7%	
	% of Total		2,9%	2,9%	14,3%	20,0%
As Rede de relações familiares e de solidariedade	Count		0	1	0	1
	% within \$Responsáveis		,0%	100,0%	,0%	
	% within p1.3.a		,0%	14,3%	,0%	
	% of Total		,0%	2,9%	,0%	2,9%
Total	Count		5	7	23	35
	% of Total		14,3%	20,0%	65,7%	100,0%

Multiple Response – Grau de maior importância * Tipo de instituição

\$Responsáveis*p2a Crosstabulation

			Designação social codificada				Total
			IPSS e ONG	Autarquias	Serviço Público	Outras: Colectividades Entidade Privada e outras	
Responsáveis ^a	A União Europeia (medidas de Política Social e fundos económicos de apoio)	Count	1	1	0	0	2
		% within \$Responsáveis	50,0%	50,0%	,0%	,0%	
		% within p2a	5,9%	25,0%	,0%	,0%	
		% of Total	2,9%	2,9%	,0%	,0%	5,7%
	O poder central / Governo	Count	0	1	1	0	2
		% within \$Responsáveis	,0%	50,0%	50,0%	,0%	
		% within p2a	,0%	25,0%	16,7%	,0%	
		% of Total	,0%	2,9%	2,9%	,0%	5,7%
	O poder local / Autarquias	Count	3	1	1	3	8
		% within \$Responsáveis	37,5%	12,5%	12,5%	37,5%	
		% within p2a	17,6%	25,0%	16,7%	37,5%	
		% of Total	8,6%	2,9%	2,9%	8,6%	22,9%
	As ONG ou IPSS	Count	7	0	0	1	8
		% within \$Responsáveis	87,5%	,0%	,0%	12,5%	
		% within p2a	41,2%	,0%	,0%	12,5%	
		% of Total	20,0%	,0%	,0%	2,9%	22,9%
	As diferentes estruturas de parceria locais (CLAS/CPCJ/CME/NLI/IP, etc.) *	Count	2	0	3	2	7
		% within \$Responsáveis	28,6%	,0%	42,9%	28,6%	
		% within p2a	11,8%	,0%	50,0%	25,0%	
		% of Total	5,7%	,0%	8,6%	5,7%	20,0%
	Os próprios Cidadãos	Count	4	1	1	1	7
		% within \$Responsáveis	57,1%	14,3%	14,3%	14,3%	
		% within p2a	23,5%	25,0%	16,7%	12,5%	
		% of Total	11,4%	2,9%	2,9%	2,9%	20,0%
As Rede de relações familiares e de solidariedade	Count	0	0	0	1	1	
	% within \$Responsáveis	,0%	,0%	,0%	100,0%		
	% within p2a	,0%	,0%	,0%	12,5%		
	% of Total	,0%	,0%	,0%	2,9%	2,9%	
Total	Count	17	4	6	8	35	
	% of Total	48,6%	11,4%	17,1%	22,9%	100,0%	

Multiple Response – Aspectos positivos da Rede Social * Grau de importância

Case Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
\$tr ^a	36	97,3%	1	2,7%	37	100,0%

a. Dichotomy group tabulated at value 1.

Grau de importância – Primeira mais importante

\$tr Frequencies

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
tr ^a	A construção de diagnósticos actualizados sobre o território	11	30,6%	30,6%
	A coordenação da intervenção social local, evitando intervenções parcelares e sobreposições de actuações	10	27,8%	27,8%
	A gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais	7	19,4%	19,4%
	A maior eficácia e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos	1	2,8%	2,8%
	O esforço de investimento na cobertura adequada do concelho por Serviços e Equipamentos Sociais	3	8,3%	8,3%
	A criação de condições para que o cidadão, em situação de pobreza e exclusão social, participe	1	2,8%	2,8%
	A realização de acções de formação ao nível das competências pessoais, sociais e parentais	2	5,6%	5,6%
	A promoção de acções de qualificação profissional e escolar da população	1	2,8%	2,8%
Total		36	100,0%	100,0%

a. Dichotomy group tabulated at value 1.

Grau de importância – Segunda mais importante

\$avp Frequencies

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
avp ^a			
A construção de diagnósticos actualizados sobre o território	8	22,2%	22,2%
A coordenação da intervenção social local, evitando intervenções parcelares e sobreposições de actuações	9	25,0%	25,0%
A gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais	11	30,6%	30,6%
A maior eficácia e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos	3	8,3%	8,3%
O esforço de investimento na cobertura adequada do concelho por Serviços e Equipamentos Sociais	1	2,8%	2,8%
A criação de condições para que o cidadão, em situação de pobreza e exclusão social, participe	1	2,8%	2,8%
A realização de acções de formação ao nível das competências pessoais, sociais e parentais	1	2,8%	2,8%
A promoção de acções de qualificação profissional e escolar da população	2	5,6%	5,6%
Total	36	100,0%	100,0%

a. Dichotomy group tabulated at value 2.

Grau de importância – Terceira mais importante

\$avp Frequencies

		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
avp ^a	A construção de diagnósticos actualizados sobre o território	2	5,6%	5,6%
	A coordenação da intervenção social local, evitando intervenções parcelares e sobreposições de actuações	6	16,7%	16,7%
	A gestão mais racionalizada dos recursos existentes e das potencialidades locais	7	19,4%	19,4%
	O esforço de investimento na cobertura adequada do concelho por Serviços e Equipamentos Sociais	9	25,0%	25,0%
	A criação de condições para que o cidadão, em situação de pobreza e exclusão social, participe	4	11,1%	11,1%
	A realização de acções de formação ao nível das competências pessoais, sociais e parentais	1	2,8%	2,8%
	Os incentivos ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego	3	8,3%	8,3%
	A promoção de acções de qualificação profissional e escolar da população	3	8,3%	8,3%
	A formação dos Técnicos e Dirigentes das entidades parceiras locais	1	2,8%	2,8%
Total		36	100,0%	100,0%

a. Dichotomy group tabulated at value 3.

Crosstabs - A inexistência de um Planeamento Estratégico * Género

A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social * Género Crosstabulation

			Género		Total
			masculino	feminino	
A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	mais importante	Count	3	7	10
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	30,0%	70,0%	100,0%
		% within Género	75,0%	87,5%	83,3%
		% of Total	25,0%	58,3%	83,3%
	segunda mais importante	Count	1	0	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	100,0%	,0%	100,0%
		% within Género	25,0%	,0%	8,3%
		% of Total	8,3%	,0%	8,3%
	terceira mais importante	Count	0	1	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	,0%	100,0%	100,0%
		% within Género	,0%	12,5%	8,3%
		% of Total	,0%	8,3%	8,3%
Total	Count	4	8	12	
	% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	33,3%	66,7%	100,0%	
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	33,3%	66,7%	100,0%	

Crosstabs - A inexistência de um Planeamento Estratégico * Habilitações

A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social * Habilitações codificada
Crosstabulation

			Habilitações codificada		Total
			Até ao Ensino Secundário	Licenciatura e superior	
A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	mais importante	Count	2	8	10
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	100,0%	80,0%	83,3%
		% of Total	16,7%	66,7%	83,3%
	segunda mais importante	Count	0	1	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	,0%	100,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	,0%	10,0%	8,3%
		% of Total	,0%	8,3%	8,3%
	terceira mais importante	Count	0	1	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	,0%	100,0%	100,0%
		% within Habilitações codificada	,0%	10,0%	8,3%
		% of Total	,0%	8,3%	8,3%
Total	Count	2	10	12	
	% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	16,7%	83,3%	100,0%	
	% within Habilitações codificada	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	16,7%	83,3%	100,0%	

Crosstabs - A inexistência de um Planeamento Estratégico * Tipo de instituição

A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social * Designação social codificada Crosstabulation

			Designação social codificada			Total
			IPSS e ONG	Serviço Público	Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras	
A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	mais importante	Count	2	5	3	10
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	20,0%	50,0%	30,0%	100,0%
		% within Designação social codificada	50,0%	100,0%	100,0%	83,3%
		% of Total	16,7%	41,7%	25,0%	83,3%
	segunda mais importante	Count	1	0	0	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	100,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Designação social codificada	25,0%	,0%	,0%	8,3%
		% of Total	8,3%	,0%	,0%	8,3%
	terceira mais importante	Count	1	0	0	1
		% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	100,0%	,0%	,0%	100,0%
		% within Designação social codificada	25,0%	,0%	,0%	8,3%
		% of Total	8,3%	,0%	,0%	8,3%
Total	Count	4	5	3	12	
	% within A Inexistência de um Planeamento Estratégico global da intervenção social	33,3%	41,7%	25,0%	100,0%	
	% within Designação social codificada	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	33,3%	41,7%	25,0%	100,0%	

Frequencies - Rede Social e a contribuição para a redução da pobreza e exclusão social

Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não	3	8,1	8,3	8,3
	sim	33	89,2	91,7	100,0
	Total	36	97,3	100,0	
Missing	99	1	2,7		
Total		37	100,0		

Crosstabs - Contribuição para a redução da pobreza e exclusão social Gênero

Gênero * Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social Crosstabulation

			Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social		Total
			não	sim	
Gênero	masculino	Count	1	11	12
		% within Gênero	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	33,3%	33,3%	33,3%
		% of Total	2,8%	30,6%	33,3%
	feminino	Count	2	22	24
		% within Gênero	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	66,7%	66,7%	66,7%
		% of Total	5,6%	61,1%	66,7%
Total		Count	3	33	36
		% within Gênero	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Crosstabs - Contribuição para a redução da pobreza e exclusão social * Tipo de Instituição

Designação social codificada * Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social Crosstabulation

			Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social		Total
			não	sim	
Designação social codificada	IPSS e ONG	Count	1	16	17
		% within Designação social codificada	5,9%	94,1%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	33,3%	48,5%	47,2%
		% of Total	2,8%	44,4%	47,2%
Autarquias		Count	0	4	4
		% within Designação social codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	12,1%	11,1%
		% of Total	,0%	11,1%	11,1%
Serviço Público		Count	2	5	7
		% within Designação social codificada	28,6%	71,4%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	66,7%	15,2%	19,4%
		% of Total	5,6%	13,9%	19,4%
Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras		Count	0	8	8
		% within Designação social codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	24,2%	22,2%
		% of Total	,0%	22,2%	22,2%
Total		Count	3	33	36
		% within Designação social codificada	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Frequencies - Classificação do Trabalho da Rede Social

Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Insuficiente	7	18,9	19,4	19,4
	Suficiente	16	43,2	44,4	63,9
	Bom	13	35,1	36,1	100,0
	Total	36	97,3	100,0	
Missing	99	1	2,7		
Total		37	100,0		

Crosstabs - Classificação do trabalho * Género

Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social * Género Crosstabulation

			Género		Total
			masculino	feminino	
Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social	Insuficiente	Count	1	6	7
		% within Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social	14,3%	85,7%	100,0%
		% within Género	8,3%	25,0%	19,4%
		% of Total	2,8%	16,7%	19,4%
	Suficiente	Count	8	8	16
		% within Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Género	66,7%	33,3%	44,4%
		% of Total	22,2%	22,2%	44,4%
	Bom	Count	3	10	13
		% within Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social	23,1%	76,9%	100,0%
		% within Género	25,0%	41,7%	36,1%
		% of Total	8,3%	27,8%	36,1%
Total	Count	12	24	36	
	% within Classificação do trabalho desenvolvido pela Rede Social no combate à Pobreza e Exclusão Social	33,3%	66,7%	100,0%	
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	33,3%	66,7%	100,0%	

Crosstabs - Classificação do Trabalho * Idade

Idade codificada * Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social Crosstabulation

			Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social		Total
			não	sim	
Idade codificada	25-44	Count	0	15	15
		% within Idade codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	45,5%	41,7%
		% of Total	,0%	41,7%	41,7%
	45-64	Count	3	12	15
		% within Idade codificada	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	36,4%	41,7%
		% of Total	8,3%	33,3%	41,7%
	»=65	Count	0	6	6
		% within Idade codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	18,2%	16,7%
		% of Total	,0%	16,7%	16,7%
Total		Count	3	33	36
		% within Idade codificada	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Crosstabs - Classificação do Trabalho * Habilitações Literárias

Habilitações codificada * Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social Crosstabulation

			Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social		Total
			não	sim	
Habilitações codificada	Até ao Ensino Secundário	Count	1	4	5
		% within Habilitações codificada	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	33,3%	12,1%	13,9%
		% of Total	2,8%	11,1%	13,9%
	Bacharelato	Count	0	7	7
		% within Habilitações codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	21,2%	19,4%
		% of Total	,0%	19,4%	19,4%
	Licenciatura e superior	Count	2	22	24
		% within Habilitações codificada	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	66,7%	66,7%	66,7%
		% of Total	5,6%	61,1%	66,7%
Total		Count	3	33	36
		% within Habilitações codificada	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Crosstabs - Classificação do Trabalho * Tipo de Instituição

Designação social codificada * Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social Crosstabulation

			Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social		Total
			não	sim	
Designação social codificada	IPSS e ONG	Count	1	16	17
		% within Designação social codificada	5,9%	94,1%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	33,3%	48,5%	47,2%
		% of Total	2,8%	44,4%	47,2%
Autarquias		Count	0	4	4
		% within Designação social codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	12,1%	11,1%
		% of Total	,0%	11,1%	11,1%
Serviço Público		Count	2	5	7
		% within Designação social codificada	28,6%	71,4%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	66,7%	15,2%	19,4%
		% of Total	5,6%	13,9%	19,4%
Outras: Colectividades, Entidade Privada e outras		Count	0	8	8
		% within Designação social codificada	,0%	100,0%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	,0%	24,2%	22,2%
		% of Total	,0%	22,2%	22,2%
Total		Count	3	33	36
		% within Designação social codificada	8,3%	91,7%	100,0%
		% within Contribuição do trabalho desenvolvido pela Rede Social para a redução e prevenção da Pobreza e Exclusão Social	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%